

MOD11

Universidade Federal de Uberlândia
Instituto de Economia
Mestrado em Desenvolvimento Econômico

REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: O
ASSENTAMENTO NOVA SANTO INÁCIO E RANCHINHO NO
MUNICÍPIO DE CAMPO FLORIDO (MG).

Mirian Nomura

Uberlândia
2001
SISBI/UFU



Mirian Nomura

MOIS

332.021.2(21)

N8111L

100/mem

REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: O
ASSENTAMENTO NOVA SANTO INÁCIO E RANCHINHO NO
MUNICÍPIO DE CAMPO FLORIDO (MG).

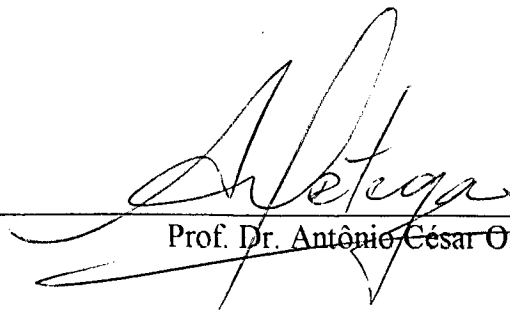
Dissertação apresentada ao programa de
Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico
da Universidade Federal de Uberlândia, como
requisito parcial para a obtenção do título de
mestre em Desenvolvimento Econômico.

Área de concentração: Agricultura e
Desenvolvimento Sustentável

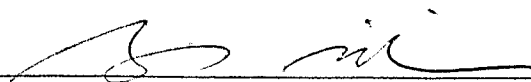
Orientador: Professor Dr. Antônio César Ortega.

FU-00012469-2

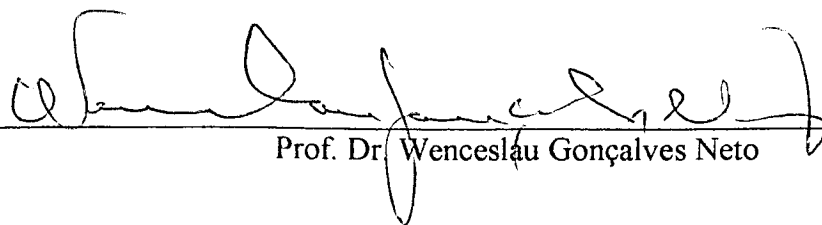
Dissertação defendida e aprovada, em 16 de Maio de 2001, pela banca examinadora:



Prof. Dr. Antônio César Ortega



Prof. Dr. Shigeo Shiki



Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto

As famílias do assentamento Nova Santo Inácio e Ranchinho

Malditas sejam

Todas as cercas!

Malditas todas as

propriedades privadas

que nos privam

de viver e de amar!

Malditas sejam todas as leis,

amanhadas por poucas mãos

para ampararem cercas e bois

e fazer da terra, escrava

e escravos os humanos!

(Dom Pedro Casaldáliga)

Resumo

A questão agrária ainda é um tema recorrente no cenário brasileiro, a propriedade da terra continua concentrada, e com ela encontram-se concentrados o poder econômico e político, criando assim, uma dinâmica que impede grande parte da população rural de melhores condições de vida, trabalho e participação democrática nas decisões políticas.

O modelo de desenvolvimento rural, baseado na modernização tecnológica de latifúndios, provocou e tem provocado consequências negativas para o meio ambiente, para o processo de concentração fundiária e de renda. Nas décadas de 1980 e 1990, os problemas sociais e econômicos da população rural são agravados em decorrência do caráter parcial do processo de modernização, e o que é pior, grande parte dos excluídos por este processo vão para as cidades, inchando as periferias, pois estas não mais oferecem postos de trabalho para essa população sobrando.

Assim, a reforma agrária, nos dias atuais, representa não só uma forma de dar condições dignas de vida e cidadania para parcela importante da população rural, como significa também uma estratégia para um novo modelo de desenvolvimento, agora baseado no local, um modelo que integre campo e cidade, rural e urbano.

Por meio do estudo dos impactos do assentamento Nova Santo Inácio e Ranchinho no município de Campo Florido, foi possível verificar os efeitos multiplicadores da reforma agrária, ou seja, mediante a implantação de um assentamento observa-se a dinamização da economia do município, pois, ocorre o aumento da produção agropecuária, aumento na comercialização de diferentes produtos (alimentícios, vestuário, móveis, aparelhos domésticos, produtos agropecuários, materiais de construção etc.), e aumento de diferentes serviços (bancário, perfuração de poços, transporte, escritório etc). O processo de luta pela terra traz também ao assentado a possibilidade de melhor representar seus interesses frente à sociedade, ganhando espaço nas decisões políticas.

Sumário

Introdução	7
Capítulo 1. Reforma agrária no Brasil: um breve resgate histórico.	10
1.1. O surgimento da propriedade privada da terra no Brasil.	10
1.2. Da abolição até a formação do mercado de trabalho capitalista.	13
1.3. A república velha: o controle da terra.	17
1.4. A revolução de 1930: o rompimento do ordenamento agrário-conservador.	19
1.5. Propostas de reforma agrária nos anos 50 e 60.	21
1.6. Modernização conservadora no campo.	28
1.7. A Nova República e o PNRA.	32
1.8. O sentido da reforma agrária a partir dos anos 80.	33
Capítulo 2. O desenvolvimento rural brasileiro.	39
2.1. Uma visão histórica da via de desenvolvimento rural brasileiro.	39
2.2. As consequências do modelo de desenvolvimento rural baseado na modernização conservadora da agricultura.	46
2.3. Questão agrária e desenvolvimento local.	52
2.4. Reforma agrária como estratégia do Desenvolvimento Local.	60
Capítulo 3. O assentamento Nova Santo Inácio e Ranchinho e os impactos no município de Campo Florido	65
3.1. O assentamento Nova Santo Inácio e Ranchinho	65
3.1.1. A origem da renda das famílias assentadas	69
3.1.2. A evolução da produção e comercialização	75
3.1.3. Qualidade de vida: condições de saúde, educação, habitação, infraestrutura e lazer	83
3.1.4. Condições ambientais	85
3.2. Os impactos no município	87
3.2.1. Entrada de créditos e obras de infra-estrutura	88
3.2.2. O surgimento de novos estabelecimentos comerciais e a evolução da arrecadação.	91
3.2.3. A inserção política e social dos assentados.	97
Considerações finais	100
Perspectivas para a reforma agrária.	103
Referências bibliográficas.	104
Anexo	108

Introdução

O Brasil é um dos países com a estrutura fundiária mais concentrada do mundo, herança de um passado colonial, que permanece como um obstáculo para que uma grande parte da população tenha melhores condições de vida. O acesso à terra significa muito mais que aliviar os problemas de injustiça social, visto que a concentração fundiária representa a concentração de renda e de poder. Os assentamentos de reforma agrária representam uma estratégia eficiente para dar melhores oportunidades de trabalho, renda e melhores condições para o exercício da cidadania.

Desta forma, a realização maciça de uma reforma agrária no país representa uma estratégia para um novo modelo de desenvolvimento, agora, baseado em unidades de trabalho familiar e não mais nos latifúndios. Um modelo de desenvolvimento que não se resume apenas ao crescimento econômico, mas, sim, um modelo que integre as dimensões sociais, econômicas e políticas, onde as relações entre o meio rural e urbano sejam valorizadas e dinamizadas.

A reforma agrária representa uma oportunidade para que a população rural revele um conjunto variado de funções para a sociedade, estimulando os potenciais de cada território, ou seja, os assentamentos representam uma forma de desenvolvimento não só do campo, mas também das cidades onde estão inseridos, principalmente as cidades de pequeno porte¹, onde as possibilidades de geração de renda são precárias.

Assim, o objetivo geral do trabalho foi analisar os impactos sócio-econômico-políticos do assentamento de reforma agrária Nova Santo Inácio e Ranchinho, na área desapropriada e no município de Campo Florido.

A escolha do assentamento Nova Santo Inácio e Ranchinho baseou-se no fato de que este é um dos projetos de assentamento mais antigos da região do Triângulo Mineiro e está inserido em um município pequeno, onde os impactos teriam melhores condições de serem auferidos.

¹ Segundo ABRAMOVAY (1998), apesar da queda do peso demográfico dos pequenos municípios, se somarmos à população definida como estritamente rural a que vive em municípios com menos de 20 mil habitantes, veremos que aí vivem quase um terço da população brasileira, cinquenta milhões de pessoas em 1996.

Assim, procurou-se demonstrar neste trabalho, que, por meio do assentamento Nova Santo Inácio e Ranchinho, houve um processo de melhora no padrão de vida das famílias assentadas, no que diz respeito às condições de saúde, educação, moradia, bem como no processo de geração de renda. Mediante o assentamento, foi possível conquistar recursos (públicos – escolas, estradas, etc - e privados), que atenderam a população assentada e o município como um todo.

A implantação do assentamento dinamizou a economia do município. Houve um aumento do número de estabelecimentos comerciais, e do volume de bens comercializados no município, aumentando, desta forma, a arrecadação fiscal municipal.

O assentamento propiciou a maior inserção dos assentados nas decisões políticas locais, fazendo com que fossem melhor representados na sociedade, pois houve a sua participação em instituições públicas e também em diferentes entidades e movimentos. Assim, o assentado foi capaz de defender seus interesses, obtendo um reconhecimento social que antes não possuía.

Neste estudo de caso, foram realizados levantamentos de dados no assentamento Nova Santo Inácio e Ranchinho por meio de questionários aplicados a uma amostra de 31 famílias (população de 115 famílias), considerando um intervalo de confiança de 80%, buscando, assim, avaliar as condições de vida das famílias assentadas, suas condições de trabalho e o processo de geração de renda.

Foi realizado, também, um levantamento de dados no município de Campo Florido. Por intermédio da Prefeitura buscou-se dados que pudessem mostrar a evolução da arrecadação fiscal, do número de estabelecimentos comerciais, o volume de créditos recebidos pelo município de Campo Florido. Na EMATER, foram levantados dados sobre a situação da área no momento da desapropriação, bem como a evolução da produção agropecuária do assentamento.

Foram efetuadas, também, entrevistas qualitativas com lideranças políticas do assentamento, membros da prefeitura e do comércio local no intuito de reunir elementos suficientes para compreender a contribuição que o assentamento vem trazendo para o desenvolvimento econômico, social e político do município.

Por meio do INCRA, foi possível obter algumas informações referentes ao assentamento, tais como créditos e obras de infra-estrutura realizadas, e, através do IBGE, foi possível fazer um levantamento das informações referentes à população e à produção agropecuária do município de Campo Florido.

Assim, o primeiro capítulo teve como objetivo fazer um resgate histórico das discussões acerca da questão agrária brasileira, desde a Lei de Terras de 1850 até hoje. Foram enfocados, desta forma, os momentos históricos importantes acerca da questão agrária, e como a reforma agrária era proposta pelos diferentes segmentos da sociedade. Concluindo este capítulo, apresentou-se a discussão sobre o sentido atual de uma reforma agrária no país.

O segundo capítulo traçou uma visão histórica da via de desenvolvimento rural brasileiro, mostrando as mudanças entre as relações entre rural e urbano, e como esse modelo de desenvolvimento trouxe impactos negativos para o país. Assim, subsídios para entender a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento rural e local foram alcançados. No tópico seguinte, foram mostrados os pressupostos teóricos do modelo de desenvolvimento rural, expondo como este responde melhor à atual conjuntura sócio-econômica tanto do meio rural quanto do urbano. Em seguida, foram citados alguns trabalhos explicando como a reforma agrária pode ser entendida como uma importante estratégia para esse modelo de desenvolvimento local.

No terceiro capítulo apresentou-se o estudo de caso realizado no assentamento Nova Santo Inácio e Ranchinho e no município de Campo Florido, que apontaram indicadores de como o processo de reforma agrária representa uma ferramenta para o desenvolvimento local. Para tanto, este capítulo analisou as informações referentes ao processo de geração de renda, evolução da produção, os aspectos tecnológicos e seu processo de comercialização, as condições de saúde, educação, habitação, infra-estrutura, lazer, e as condições ambientais do assentamento. No item seguinte, indicaram-se os impactos que o assentamento ocasionou no município, em específico, na arrecadação e geração de recursos, o surgimento de novos estabelecimentos comerciais e a inserção política e social dos assentados no município de Campo Florido.

Capítulo 1. Reforma agrária no Brasil: um breve resgate histórico.

Faz-se necessário, para o entendimento da problemática da questão agrária atual, e, no nosso caso em específico, como a reforma agrária pode apresentar-se como estratégia para um novo modelo de desenvolvimento rural e local, resgatar como essas questões foram tratadas e discutidas ao longo de nossa história.

Neste sentido, apresentar-se-á, neste capítulo, como surgiu a propriedade privada de terras no Brasil. A seguir, tratar-se-á de momentos importantes de nossa história que estão relacionados ao debate acerca da questão agrária, como o processo de abolição da escravidão e formação do mercado de trabalho assalariado; a hegemonia agrário-conservadora na República Velha; a Revolução de 1930; e as propostas de reforma agrária nos anos 50 e 60. Logo em seguida, será analisado o processo de modernização conservadora da agricultura pós-64, destacando como foi discutida a questão agrária, e tendo, finalmente subsídios para entender o sentido atual de uma reforma agrária.

1.1. O surgimento da propriedade privada da terra no Brasil.

Historicamente, o Brasil sempre apresentou uma estrutura fundiária altamente concentrada, ou seja, desde o período de colonização, a forma de distribuição e acesso à terra foram desiguais. As primeiras propriedades rurais surgiram pela divisão do território colonial em grandes glebas de terra concedidas a pouquíssimos donatários. Estes latifúndios eram denominados de Capitânicas Hereditárias. Logo após, devido à necessidade de uma exploração mais organizada do território brasileiro, já que a atividade puramente extrativista esgotara-se, surgiram as sesmarias. Estas propriedades adotaram a cultura da cana-de-açúcar e seu aproveitamento industrial como principal atividade econômica. Desta forma, as sesmarias com suas lavouras açucareiras deram origem ao sistema agrário brasileiro, cuja característica marcante era o alto grau de concentração de terras.

No século XVII, especialmente o período entre 1640 e 1680, ocorre a expansão das grandes propriedades mediante a disseminação das plantações de cana-de-açúcar no litoral do Nordeste e Rio de Janeiro, como também, através do desenvolvimento de

fazendas de gado nos sertões do Piauí e Ceará. Esses latifúndios caracterizavam-se pelo direcionamento da produção para os grandes mercados transatlânticos. A exploração agrícola de grandes propriedades foi a forma encontrada pela Metrópole para valorizar as terras da colônia, já que as áreas brasileiras não possuíam um tesouro indígena a saquear ou de minas de metais preciosos de fácil localização, como ocorreu com as demais colônias da época (ANDRADE, 1987).

Esse período da formação da propriedade fundiária no Brasil foi tratado por SMITH (1990) em "Propriedade da terra & transição - Estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil". Esse autor traça uma periodização em três momentos históricos na formação da propriedade privada no Brasil, sendo o primeiro um momento que abrange grande parte da história colonial do país, quando ocorreram as primeiras iniciativas da Coroa portuguesa em distribuir terras visando a sua inserção no quadro de produção mercantil. Para SMITH, o desenvolvimento das sesmarias no Brasil Colônia passa por um processo adaptativo em relação à sesmaria em Portugal, contudo, sem perder seu traço fundamental, não se caracterizando como forma de domínio incondicional e sem ser feudal. Ou seja, as sesmarias no Brasil representavam uma forma impeditiva da absolutização da propriedade fundiária, pois esta, sempre foi uma concessão de terra com a condição de reversibilidade de sua posse a Coroa. Não havia nenhum movimento dos produtores escravistas no intuito de legitimar a propriedade fundiária, já que a dinâmica econômica, segundo SMITH, era a da acumulação escravista, pelo qual o escravo era a forma de riqueza que garantia a inserção na esfera mercantil, em que o escravo e não a terra tinha valor mercantil, ou seja:

"Escravo é riqueza e substrato de status da classe proprietária, é garantia de dívida. O escravismo conduz ao latifúndio e não o inverso. Escravo é estoque, enraizado na tradição dos valores mercantilistas" (SMITH, 1990:345).

Um segundo período traçado por SMITH caracteriza-se pela desagregação do regime de sesmarias, tendo sido extinto em 1822, pouco tempo antes da Independência. Dois fatores são destacados nesse período. O primeiro relaciona-se ao crescimento agrícola a partir do fim do século XVII e início do século XIX, fazendo-se necessárias mais terras para a expansão da cana, do algodão, de culturas de subsistência e para o cultivo do café, que começava a desenvolver-se no país. O segundo fator diz respeito à

transferência da Corte para o Brasil, que resultaria na distribuição de terras em troca de favores ao poder real.

O terceiro período (1822 a 1850) situa-se entre o fim do regime sesmarial até a aprovação da Lei de Terras. Esse período é caracterizado por um movimento indiscriminado de apossamento de terras, resultante, em grande parte, da remoção de empecilhos como cobrança de foros. Esses fatos, segundo SMITH (1990), correspondem à formação efetiva do latifúndio, pois não havia mais o regime de sesmarias, que impunha restrições de área e de número de propriedade por sesmeiros².

Assim, o padrão de acumulação não se basearia mais na expansão mercantil escravista, o capital mercantil tenderia a transformar-se, tanto devido à presença estrangeira, principalmente inglesa, de financiamento e participação nos interesses de exportação e importação, quanto devido ao novo impulso que a agricultura cafeeira passava a requerer. Somada a esses fatores ocorria, a formação do mercado interno, principalmente, nas áreas do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Para SMITH, a extinção do tráfico e o processo de legitimação da propriedade privada da terra são dispositivos complementares, que marcam o processo de transição por que passou o país no sentido de assegurar a mercantilização da terra e a colonização européia, baseada na implantação do trabalho livre.

SMITH (1990) considera, acerca da Lei de Terras (1850), que, se por um lado, o Estado não conseguiu de imediato obter os resultados esperados - recobrar o controle sobre as terras devolutas e substituir o trabalho escravo por trabalho assalariado³ -, por outro lado, a Lei de Terras permitiu a legalização da propriedade privada.

Segundo LINHARES & SILVA (1999), a Lei de Terras de 1850 é um bom exemplo do uso de uma legislação modernizante e reformista para a expropriação dos camponeses e índios. A Lei de Terras impunha, ao menos para as áreas já ocupadas, a compra como única forma de acesso a terra. Desta forma, a Lei de Terras de 1850 contribuiu para a expropriação das áreas ocupadas pelo campesinato negro, índio ou mestiço, já que estes não possuíam recursos financeiros para a compra de terras. Entretanto as consequências predominantes, logicamente, foram o reforço da

² O autor destaca que esse processo não ocorre no Nordeste açucareiro da mesma forma que na região onde o café se encontrava em franca expansão.

³ Segundo SMITH, a inspiração que serviu de eixo para a elaboração do anteprojeto da Lei de Terras foi baseado no sistema Wakefieldiano, ou seja, o trabalho escravo deve ser substituído por trabalho livre.

concentração fundiária, pois era permitido que os latifundiários registrassem em cartório amplas áreas.

1.2. Da abolição até a formação do mercado de trabalho capitalista.

A partir de meados do século XIX iniciava-se um movimento de questionamento das estruturas coloniais existentes. Esse movimento era composto, em sua grande maioria, de jovens que haviam estudado na Europa e estavam familiarizados com as idéias liberais, tendo, como exemplo, a Inglaterra e os Estados Unidos. Eles criticavam as velhas estruturas herdadas do período colonial e propunham reformas que modernizassem a economia e sociedade brasileira, no intuito de adequar as velhas estruturas produtivas às novas necessidades dos mercados capitalistas em expansão. Para os reformistas liberais, a herança colonial era um atraso a ser superado para que fosse possível alcançar o pleno desenvolvimento. Nesta perspectiva, a escravidão deveria acabar para ceder lugar a formas modernas de organização do trabalho (LINHARES & SILVA, 1999).

Principiava-se uma forte campanha a favor da abolição, defendida por jovens estudantes, escritores e jornalistas. Ao mesmo tempo, surgia a preocupação, entre os agricultores, sobre a forma de trabalho que pudesse substituir o regime escravista. As regiões com terras mais férteis, que cultivavam o principal produto de exportação - o café -, poderiam fazer opção pela mão-de-obra estrangeira, pelo imigrante, porém, as regiões com lavouras decadentes, como a do Nordeste açucareiro e a do Rio de Janeiro, não dispunham de recursos para contratação de imigrantes estrangeiros. Ocorria a instalação de trabalhadores como parceiros ou moradores nas grandes fazendas. Segundo ANDRADE (1987), o trabalhador sentia-se preso à terra por receber lotes para as culturas de subsistência, dando ao proprietário, por um baixo salário, ou gratuitamente, alguns dias de trabalho semanal. Os trabalhadores também se endividavam nos armazéns (barracões), de propriedade do fazendeiro, que vendia a crédito produtos essenciais aos agricultores.

O movimento abolicionista no Brasil, dessa forma, além de ser uma luta pelos direitos a favor da libertação da população negra, possuía ainda em seus fundamentos outros motivos políticos, econômicos, sociais e nacionais. NABUCO (2000), um dos representantes desse movimento, defendia o fim da escravidão, não somente porque ela

é ilegítima em face das idéias morais de cooperação e solidariedade, mas sobretudo porque *"...a escravidão, assim como arruina economicamente o país, impossibilita o seu progresso material, corrompendo-lhe o caráter, desmoraliza-lhe os elementos constitutivos, tira-lhe a energia e a resolução, desonra o trabalho manual, retarda a aparição das indústrias, promove a bancarrota, desvia os capitães do seu curso natural, afasta as máquinas, excita o ódio entre classes, produz uma aparência ilusória de ordem, bem-estar e riqueza, a qual encobre os abismos de anarquia moral, de miséria e destituição, que do Norte ao Sul margeiam todo o nosso futuro"* (NABUCO, 2000:81).

Portanto, a luta pelo abolicionismo estava relacionada ao desenvolvimento econômico e social do país, pois o regime de terras sob a escravidão consistia na divisão de todo o solo em grandes propriedades devido ao sistema de Sesmarias, permitindo, assim, o direito à posse da terra a uma pequena parte da população que não cultivava a terra e não permitia que outros a cultivassem. Desta forma, NABUCO (2000) descreve as vastas regiões exploradas pela escravidão com um aspecto de tristeza e abandono, onde não há o consórcio do homem com a terra e o solo, que, explorado pelo grande proprietário, volta à natureza estragado e exausto. No Norte do país, o grande proprietário, que enriqueceu por meio da exploração do escravo no cultivo da cana-de-açúcar acabou falido devido ao emprego extravagante das riquezas adquiridas. Também no Sul, apesar do progresso material que a cultura do café produzia, e os investimentos estrangeiros que atraía, as influências da escravidão não deixavam de ser desastrosas para o país, pois esse sistema de trabalho, unido ao parcelamento do solo em grandes propriedades: *"... explorou a terra sem atenção a localidade, sem reconhecer deveres para com o povo de fora das suas porteiras; consumiu os lucros na compra de escravos e no luxo da cidade; não edificou escolas, nem igrejas, não construiu asilos, não fez estradas, não construiu casas, sequer para os seus escravos, não fomentou nenhuma indústria, não deu valor venal à terra, não fez benfeitorias, não granjeou o solo, não empregou máquinas, não concorreu para o progresso algum da zona circunvizinha"* (NABUCO, 2000:115).

Assim, a luta a favor do abolicionismo vinculava-se a uma redistribuição fundiária. NABUCO (2000), ao disputar as eleições do Recife no ano de 1884, expõe estas idéias em seu discurso:

"A propriedade não tem somente direitos, tem também deveres, e o estado da pobreza entre nós, a indiferença com que todos olham para a condição do povo, não faz honra à propriedade, como não faz honra ao Estado. Eu, pois, se for eleito, não separarei mais as duas questões - a da emancipação dos escravos e a da democratização do solo. Uma é o complemento da outra. Acabar com a escravidão não nos basta; é preciso destruir a obra da escravidão. (...) Sei que falando assim, serei acusado de ser um nivelador. Mas não tenho medo de qualificativos. Sim, eu quisera nivelar a sociedade, mas para cima, fazendo-se chegar ao nível do art. 179 da Constituição do Império que nos declara todos iguais perante a lei" (NABUCO, 2000:XVII).

Diante do diagnóstico que apontava resultados negativos da escravidão, os abolicionistas propunham a implantação do trabalho livre, pois este é mais econômico, mais inteligente, mais útil à terra, benéfico ao distrito onde ela está inserida, mais próprio para gerar indústrias, civilizar o país, elevar o nível de todo o povo.

A libertação dos escravos representava um passo essencial na formação do mercado de trabalho capitalista, pois a formação deste dependia da existência de trabalhadores livres e destituídos de meios de produção. Porém, como aponta SZMRECSÁNYI (1997), a erradicação definitiva da escravidão não foi, por si só, capaz de dar origem à formação de um mercado de trabalho capitalista. Neste sentido, outros dois processos interagiram e foram complementares entre si: a grande migração de trabalhadores europeus e, em menor grau, o deslocamento de trabalhadores livres nacionais da economia de subsistência no campo para a economia de mercado nas fazendas e nos núcleos urbanos.

A imigração não era uma novidade no Brasil do final do século XIX, a novidade era a sua magnitude e intensidade e o seu caráter deliberadamente econômico. SZMRECSÁNYI (1997) aponta para duas correntes imigratórias no Brasil:

1. *"A corrente colonizadora, a qual tinha por objetivo a implantação de núcleos de povoamento, e que se concentrou no sul do país (nos atuais estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) e em menor grau*

na região Sudeste (em certas áreas de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo);

2. *A corrente propriamente imigratória, que se destinou basicamente a suprir de mão-de-obra a cafeicultura e as demais atividades econômicas do Oeste paulista, embora também tivesse ocorrido com menor intensidade no Rio de Janeiro" (SZMRECSÁNYI, 1997:39).*

As duas correntes tiveram origens, motivações e características diferenciadas entre si. A primeira, inicialmente, teve um caráter político-militar, tratava-se não só de povoar as fronteiras do território como também de formular o caráter desse povoamento, que até então era efetuado por meio da importação de escravos africanos. Porém, essa colonização foi insuficiente porque a organização social, política e econômica do Brasil, e a continuidade do tráfico africano, não entusiasmavam a vinda de imigrantes.

Com o fim do tráfico, a imigração e a colonização européia passaram a ser prioritárias. Assim, a partir de 1850, a segunda modalidade de corrente imigratória passava a efetivar-se com o objetivo fundamental de fornecer mão-de-obra de origem européia, já que a mão-de-obra nacional era encarada pelos fazendeiros como reserva emergencial, com produtividade igual ou inferior a dos escravos e muito inferior a dos trabalhadores imigrantes.

Inicialmente, esse processo de imigração ocorreu mediante o sistema de parceria. Centenas de colonos alemães e suíços foram incorporados às fazendas de café do Oeste paulista. Porém, esse sistema apresentou graves inconvenientes: o colono começava a trabalhar endividado com o fazendeiro (dívida referente ao transporte do imigrante para o Brasil) e ele não poderia abandonar a fazenda antes de ter quitado todo seu débito. As condições a que eram submetidos os colonos levou-os a protestar, gerando conflitos que acabaram comprometendo a viabilidade do sistema de parceria.

O governo passou, então, a arcar com as despesas de transporte dos colonos, e os fazendeiros acabaram, novamente, contratando mão-de-obra européia, agora, vinda da Itália. Um novo sistema foi estabelecido entre fazendeiros e imigrantes, o colonato. Nesse sistema, o colono participava da lavoura cafeeira desde seu início, com a permissão de usar os espaços intercalares para o cultivo de gêneros de subsistência. Para cuidar do cafezal, eles recebiam um salário fixo anual e também uma quota por alqueire

de café colhido. Segundo SZMRECSÁNYI (1997), a partir de 1875, a entrada de imigrantes tornou-se crescente, e, aproximadamente, mil trabalhadores eram trazidos para o país anualmente. Na passagem do século XIX para o século XX, com a economia das primeiras crises de produção do café, houve uma diminuição na entrada de imigrantes italianos, fato que foi compensado pelo aumento da entrada de trabalhadores de outras procedências - portugueses, espanhóis e os primeiros japoneses.

1.3. A República Velha: o controle da terra.

O novo regime implantado no Brasil, a República, teve o forte apoio de uma aliança entre o setor agrário, neste caso representado, principalmente, pelos cafeicultores paulistas e grupos urbanos, representados por funcionários públicos, militares, intelectuais, como jornalistas e professores, e grupos dominantes não diretamente envolvidos com o poder, como as alianças agrárias do Sul do país. Essa aliança colocava-se como oposição aos latifundiários escravistas, que reivindicavam da República indenizações pelos escravos libertos⁴.

Com o início da República, alguns setores urbanos e reformistas mais avançados colocavam suas propostas na ordem do dia. Ruy Barbosa, por exemplo, defendia um projeto de modernização do país, de rompimento com o passado colonial. Esse projeto propunha a adoção de um novo sistema de desenvolvimento agrário baseado na via "farmer"⁵, ao mesmo tempo propunha o incentivo à industrialização e ao fomento à imigração, como respostas à necessidade de mão-de-obra. Nessa via indicada pelos Liberais, a terra seria totalmente mercantilizada pelo capital, que lhe atribuiria um preço, entrando, desta forma, na esfera de circulação do capital, e seu preço seria conferido de acordo com procedimentos econômicos explícitos, como os mecanismos de renda diferencial da terra, renda de situação, além é claro, das benfeitorias e demais bens disponíveis sobre a mesma. Essas propostas mexiam com o prestígio social que a posse da terra representava, pois o capital e seus proprietários assumiriam o controle da

⁴ LINHARES & SILVA (1999) explica que a adesão dos fazendeiros paulistas à República ocorreu por estes estarem sendo contrariados com a política imperial de indenização paga à lavoura fluminense.

⁵ Modelo de desenvolvimento agrário que se consolidou nos Estados Unidos, baseado no pequeno fazendeiro, no trabalho familiar.

economia, pelo qual a eficiência e a produtividade da terra estabeleceriam critérios de hierarquização.

Assim, o risco de criar um cadastro geral das terras, base para um imposto territorial, fez com que os latifundiários, grandes cafeicultores de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, se voltassem contra tal projeto e lançassem uma proposta para o setor agrícola baseado em crédito fácil, redução dos impostos de exportação, estabilidade financeira e cambial e obras de infra-estrutura (portos e ferrovias). Assim, o projeto defendido por Ruy Barbosa, que, entre outros itens, advogava a tributação da propriedade fundiária, um programa de incorporação dos negros à Nação por meio do sistema de ensino e da distribuição de terras, bem como o desenvolvimento industrial, seria deixado de lado.

A República Velha foi um dos momentos marcantes para o processo de formação de latifúndios com base no patrimônio público, fazendo com que a Lei de Terras fosse letra-morta até que os latifundiários incorporassem as terras que quisessem. Isto ocorreu devido à intensa atividade de transferência de patrimônio fundiário da união para os estados e para os particulares, legitimando os apossamentos feitos a partir de 1850. Esse processo foi legitimado pela Constituição Federal de 1891, em seu artigo 64, que garantia a transferência das terras públicas para o patrimônio dos estados da federação, dando-lhes a prerrogativa de legislar sobre o tema. Abria-se, desta forma, a possibilidade para que os latifundiários legitimassem terras que, em grande parte dos casos, era tomada de pequenos agricultores. A primeira Constituição Republicana, de 1891, garantia a intocabilidade da grande propriedade, em seu artigo 73, parágrafo 17, que estabelecia que "o direito de propriedade mantém-se em toda a sua plenitude, salvo a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante indenização prévia".

LINHARES & SILVA (1999) destaca que não era apenas a Constituição que facilitava a apropriação de terras pelos grandes fazendeiros. A "Lei que Orça a Receita Geral na República", de 1891, inaugurava uma série de dispositivos repetidos em quase todas as leis orçamentárias posteriores, visando a regular a situação dos arrendatários das terras públicas. Esses grandes fazendeiros, que haviam ocupado terras públicas sem qualquer mecanismo de legitimação ou pagamento, procuravam, com a mudança de regime, legalizar a sua situação.

Os estados federados praticavam uma política fundiária que acentuava ainda mais a ampla distribuição de terras feita pela União. Os estados da Bahia, Minas Gerais,

Pará, Santa Catarina e Ceará procuraram, de 1891 até praticamente o fim da República Velha, legitimar as grandes posses existentes e prorrogaram, sucessivamente, os prazos para novas legitimações.

Assim, a política da República Velha, extremamente conservadora, acentuou ainda mais a concentração fundiária do país, e aumentou o poder dos grandes fazendeiros.

1.4. A Revolução de 1930: rompimento do ordenamento agrário-conservador.

Segundo LINHARES & SILVA (1999), com a revolução de 1930 e o conseqüente afastamento dos setores até então dominantes, em especial, a elite agrária de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, criaram-se, pela primeira vez, as condições para uma efetiva alteração do ordenamento agrário do país.

As transformações que estavam ocorrendo, principalmente no setor agrícola, incidiam pesadamente sobre o domínio tradicional das oligarquias agrárias. As exportações tradicionais, sobretudo de produtos in natura, não mais encontravam mercados, e seus preços despencavam, enquanto que a demanda interna por alimentos e matérias-primas não só se mantinha firme, como, ainda, ao longo da década, aumentava substancialmente. Assim, as exportações passaram a ser vistas como causa principal da fragilidade da economia nacional, de sua dependência externa e mesmo como risco para a soberania do país.

Desta forma, o governo Vargas condenava o predomínio da política agrário-exportadora e propunha uma política intervencionista, no sentido de produzir o maior número de artigos para abastecer o mercado interno. Neste sentido, a intenção do governo Vargas visava:

- *"Institucionalizar formas de apoio ao mercado interno, através do reforço crescente da infra-estrutura viária, com melhoria das rodovias, ferrovias e reaparelhamento dos portos;*
- *Estruturar um denominador comum de todas as categorias em uma política salarial única, evitando que o mercado livre provocasse um aumento dos salários das categorias especializadas ou uma superoferta de trabalho que deprimisse salários*

abaixo das possibilidades da incorporação produtiva do trabalhador, perturbando os novos mecanismos de regulação econômica;

- *Incentivar a mobilidade da fronteira econômica, visando incorporar amplos espaços vazios do país (como o Brasil central, as fronteiras da bacia do Paraná-Paraguai e a orla amazônica) ao processo produtivo, ocupando os sertões.*
- *Reunir os diversos núcleos demográficos isolados, que até então não eram levados a sério na contabilidade nacional, ou, conforme Vargas, povoar racionalmente o país, através de uma boa rede viária, como única forma de ligar os nódulos da nossa população ganglionar, assumindo assim a ideologia da fronteira ou do bandeirantismo, de suma importância na tática governamental" (LINHARES & SILVA, 1990:108, 109).*

Porém, a ação colonizadora, povoadora ou mesmo incentivadora à produção agrícola buscada por Vargas iria chocar-se com a estrutura fundiária desigual e concentrada. A inclusão dos trabalhadores rurais na política nacional foi realizada somente por meio de imagens positivas do homem do campo e seu trabalho. No momento em que os trabalhadores urbanos, em especial os industriais, eram plenamente trazidos para o cenário da organização econômica e política, os camponeses eram vistos como agentes políticos passivos, que deveriam sofrer a ação benéfica do Estado sem ocuparem a cena política emergente (LINHARES & SILVA, 1999).

O governo Vargas, pela primeira vez na história do país, colocava-se contrário à hegemonia agrário-exportadora e à monocultura, criticando a dependência externa do país e sua vinculação com o capitalismo mundial. O impacto da crise de 1929 sobre o Brasil, desvalorizando o café, mostrava que todo o país poderia afundar junto com a monocultura. A questão que se colocava na época era como a agricultura, atrasada e arcaica, desempenharia suas funções básicas.

Para superar esse atraso da agricultura foram tomadas várias medidas voltadas para a modernização das relações de trabalho no campo, e permitir que a população pobre tivesse acesso à terra. O Decreto 24.606, de 1933, extinguiu o sistema de arrendamento de terras, inclusive, das ordens e instituições religiosas. O Estado passava, ainda, a exigir o título da propriedade para a legitimação das posses, o que significava a cassação dos direitos dos latifundiários que vinham se apossando de terras públicas anteriormente. Ao mesmo tempo, autorizava a desapropriação mediante o pagamento de

quarenta vezes o valor do último foro pago (o que significava uma radical redução do preço do imóvel).

Porém, o Estado Novo não tinha interesse em pressionar os setores agrários tradicionais, ou seja, não pretendia intervir em áreas onde os latifundiários já estivessem consolidados. O decreto que permitia a desapropriação quase não foi usado e, no seu lugar, o governo optou por uma ação colonizadora, com interesse especial na colonização das áreas de fronteira, sobretudo o Brasil Central e a fronteira no Oeste. Exemplo disso foi a colonização com base no assentamento de agricultores familiares na região Sul do que hoje é o Estado do Mato Grosso do Sul, que, até os dias atuais, tem predominância da pequena propriedade.

A constituição de 1934 representava um avanço em relação à de 1891, pois determinava que o trabalho agrícola fosse regulamentado e que a educação chegasse ao campo, e que os trabalhadores rurais brasileiros tivessem preferência no processo de colonização. Porém, ela logo foi substituída pela Constituição de 1937, que apresentava grandes preocupações em relação aos problemas urbanos, mantendo a indenização prévia nos casos de desapropriação, o que representava um grande empecilho para qualquer processo de mudança fundiária.

Se, por um lado, Vargas contrariava fortemente os interesses agrários, pondo o latifúndio sob controle, incentivando a colonização interna, limitando a expansão fundiária, promovendo a pequena produção familiar na fronteira, por outro, abstinha-se de promover, no conjunto do país, uma mudança significativa da estrutura fundiária pela realização massiva de uma reforma agrária, deixando, assim, o latifúndio tradicional intocado (LINHARES & SILVA, 1999).

1.5. Propostas de reforma agrária nos anos 50 e 60

Segundo LINHARES & SILVA (1999), o debate iniciado no governo Vargas, acerca do caráter que deveria assumir o desenvolvimento brasileiro, torna-se o grande catalisador da política brasileira nas décadas de 1950 e 1960. A continuidade do processo de industrialização poderia ocorrer pela expansão do mercado interno ou por meio da abertura do mercado externo, mediante uma política mais agressiva de exportação, com aceitação, é claro, de capitais estrangeiros como financiadores da

industrialização⁶. Foi a primeira opção chamada nacional-desenvolvimentista, que acabou vigorando nas décadas de 1950 e 1960, e assim o campo brasileiro tornava-se o centro das questões referentes ao desenvolvimento, em que o atraso da agricultura, em especial a sua estrutura fundiária, seria apontado como obstáculo ao processo de desenvolvimento capitalista no país.

O debate acerca do atraso da agricultura já era diagnosticado no pós-guerra, por meio das recomendações da Comissão Mixta Brasil-EUA. Na década de 50, as propostas de desenvolvimento que se modelavam na época tinham fortes influências do projeto desenvolvimentista formulado pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) -, órgão das Nações Unidas, sediado no Chile. E durante os governos Juscelino Kubtschek e João Goulart o Instituto de Estudos Brasileiros (ISEB) foi um dos mecanismos de elaboração da ideologia nacional-desenvolvimentista.

Segundo AGUIAR (1986), as Reformas de Base do governo João Goulart, por meio do Plano Trienal, diagnosticava a estrutura agrária altamente concentrada como o principal obstáculo à modernização e à adequação do setor agrícola brasileiro aos requisitos do desenvolvimento econômico e social, no início dos anos 60. Portanto, uma das propostas desse plano era a realização de uma reforma agrária no país. Dessa forma, pelos programas de desenvolvimento - Plano Trienal (1963 até 1965) e também no PAEG (1964 até 1966) -, a solução proposta se pautaria em mudanças na estrutura fundiária, pois as distorções do setor agrícola teriam origem no latifúndio, pressupondo, assim, a realização de uma reforma agrária.

A reforma agrária, como mostra GOMES DA SILVA (1996), foi entre as Reformas de Base a que gerou o mais agitado debate público, pois, enquanto as demais reformas exigiam apenas leis ordinárias, a reforma agrária implicava modificar a Constituição de 1946, que, em seu artigo 141, exigia pagar as desapropriações mediante prévia indenização, pelo justo preço e em dinheiro vivo.

Em 15 de março de 1964, o então presidente João Goulart propôs, em um comício no Rio de Janeiro, a supressão da palavra "prévia" e da expressão "em dinheiro", do texto do art. 147 da Constituição, e a mudança na redação do art. 147 para:

⁶ LINHARES & SILVA (1999), expõe que a polarização internacional no plano da guerra fria corresponderia a essa polarização interna, no plano da análise de realidade e propostas, em termos de nacionalismo e entreguismo, numa ótica de comunismo e democracia, respectivamente.

"O uso da propriedade é condicionado ao bem-estar social. A União promoverá a justa distribuição da propriedade e o seu melhor aproveitamento, mediante desapropriação por interesse social segundo os critérios que a lei obedecer" (GOMES DA SILVA, 1996:29).

Assim, a questão agrária brasileira passaria a ser ponto central dos debates políticos entre os intelectuais de esquerda, formando-se duas grandes correntes, que formularam diferentes interpretações e teorias sobre as origens do sistema agrário brasileiro e, conseqüentemente, apresentavam visões diferenciadas a respeito da necessidade e objetivos de uma reforma agrária.

A primeira corrente defendia que o campo representava uma herança do passado colonial, ou seja, teria havido um feudalismo brasileiro, cujos restos impediam o desenvolvimento capitalista. O latifúndio deveria ser superado para que o país pudesse ampliar a cidadania e o bem-estar dos trabalhadores rurais e o pleno desenvolvimento, inclusive, industrial. Assim, a reforma agrária teria um papel revolucionário, pois, com a distribuição de terras, seria possível superar as velhas relações de produção - herança do feudalismo colonial -, que travavam o desenvolvimento da agricultura. Alberto Passos Guimarães foi um dos defensores desta corrente. Ele defendia a reforma agrária como uma estratégia revolucionária e não como uma estratégia evolucionista, ou seja, desenvolvimento gradual sem reformas. Segundo esse autor:

"Uma reforma agrária democrática tem um alcance muito maior: seu objetivo fundamental é destruir pela base um duplo sistema espoliativo e opressivo; romper, extirpar, simultaneamente, as relações semicoloniais de dependência ao imperialismo e os vínculos semifeudais de subordinação ao poder extra-econômico, político e jurídico da classe latifundiária. E tudo isso para libertar as forças produtivas e abrir novos caminhos à emancipação econômica e ao progresso de nosso país" (GUIMARÃES, 1977:38).

Para a outra corrente, o campo não era, de modo algum, feudal ou atrasado, sendo o conjunto das relações de trabalho então existentes inequivocamente capitalistas. A reforma agrária teria o objetivo de melhorar o padrão de vida da massa trabalhadora rural, por meio, principalmente, do exercício efetivo dos direitos trabalhistas. Caio

Prado Júnior (1981) foi um dos defensores desta corrente, para ele, a reforma agrária também cumpriria importante papel para o desenvolvimento sócio-econômico do país:

"... a reforma agrária, a meu ver, deve representar nas condições específicas do Brasil de hoje, e efetivamente representa no seu desdobramento histórico, um grande e natural passo no processo em que se encontra engajada a evolução do país (...) O nosso real desenvolvimento, para ter sentido em profundidade, consistirá (...) na superação das atuais situações sócio-econômicas, herdadas do passado, e, sobretudo e em particular, as estruturas agrárias que mantêm uma parte considerável da população - refletindo-se daí, mais ou menos acentuadamente, no conjunto da nação - em miseráveis condições de vida, materiais, culturais e sociais-humanas..." (PRADO JR., 1981:12, 13).

Entretanto, LINHARES & SILVA (1999) destaca, ainda, uma terceira posição no campo da esquerda, que defendia a idéia de que não haveria qualquer oposição insuperável entre as velhas estruturas agrárias vigentes no país e o moderno capitalismo industrial das grandes metrópoles. O capitalismo, na sua dinâmica por maiores lucros, criaria e recriaria velhas relações de trabalho (parceria, meação e até mesmo a escravidão) conforme as suas necessidades de expansão, ou seja, o fato de existirem relações de produção atrasadas, arcaicas não seria obstáculo para o desenvolvimento do capitalismo, mas, sim, faria parte da própria racionalidade do capitalismo periférico.

O ponto de vista dos conservadores, ao contrário da esquerda, que considerava a propriedade e as relações de trabalho elementos fundamentais da questão agrária brasileira, dava destaque aos aspectos técnicos. Assim, a reforma agrária não era necessária, já que a estrutura fundiária não representava obstáculo para o capitalismo. Os problemas do campo seriam resolvidos não pela distribuição de terras, mas, sim, pela modernização tecnológica.

Assim, a burguesia industrial construía os argumentos de que a agricultura era um obstáculo ao pleno desenvolvimento econômico do país, já que ela era incapaz de absorver novas tecnologias, seus índices de produtividade eram baixos, e durante a década de 50 e início da década de 60, o Brasil passava por uma profunda crise de abastecimento, especialmente os grandes centros urbanos (Rio de Janeiro, São Paulo e Recife), sofrendo com a falta de gêneros básicos como feijão, pão, açúcar e o leite.

A agricultura, com sua estrutura fundiária altamente concentrada e a presença de latifúndios improdutivos, expressão bastante usada na época, era considerada, inclusive pela burguesia industrial, como entrave ao desenvolvimento capitalista do país. Em 1960, os latifúndios (propriedades com mais de mil hectares e com grande variação de região para região) representavam apenas 0,9% das propriedades, ocupando 47,3% do total das terras, cultivando apenas 2/3 dessa área, contribuindo com somente 11,5% da produção e ocupando 7% da mão-de-obra rural ativa (LINHARES & SILVA, 1999). Assim, o latifúndio não contribuía na oferta de alimentos em quantidades suficientes para baixar o custo de reprodução da força de trabalho, não ofertava matérias primas na quantidade e qualidade determinadas pelas agroindústrias, não contribuía na criação de mercado consumidor e não liberava mão-de-obra. Portanto, o latifúndio era incapaz de desenvolver-se tecnicamente e de contribuir com a produção. Esse processo de concentração também impedia que grande parte dos trabalhadores rurais não tivessem acesso à terra, ficando impedidos de participar do processo social de progresso técnico, marginalizando-os do mercado (pouco produzem e pouco consomem). Assim, esses trabalhadores não geravam renda, e não se incorporavam no mercado interno.

GRAZIANO DA SILVA (1987), analisando as propostas de reforma agrária daquele período no país, ressalta que nunca houve um rompimento entre os interesses maiores da burguesia industrial e agrária. Porém, diferenças importantes relacionadas às propostas de reforma agrária. Para os industriais, as indenizações não deveriam ser pagas previamente e em dinheiro, isto acabaria tornando a reforma agrária muito cara. Os latifundiários aceitariam a reforma agrária e a indenização paga em Títulos da Dívida Pública desde que isto significasse incremento da produtividade, facilidade de créditos, acesso a insumos e a mecanização agrícola, ou seja, uma atuação centrada na capitalização da grande propriedade.

Apesar do apoio e interesse da burguesia industrial em promover uma distribuição de terras, ainda que restrita, ela preocupava-se, antes de mais nada, em desenvolver a agricultura, fazendo com que ela fosse mais produtiva. Segundo GRAZIANO DA SILVA:

“As várias propostas de reforma agrária da burguesia industrial, que se afirmava como classe social hegemônica e portadora de um projeto desenvolvimentista para o país, visavam antes de tudo

resolver a questão agrícola⁷, via aumento da produção agrícola, via aumento de produtividade no campo" (GRAZIANO DA SILVA, 1998:15)

No final dos anos 50, as reivindicações camponesas, que se expressavam por lutas intensas e disseminadas em todo o território nacional, pela criação de novos direitos, passam a configurar-se como uma luta pela reforma agrária. Dentre as forças que procuravam articular o movimento camponês, quatro grandes linhas se configuravam: os que seguiram a orientação do Partido Comunista (PC), das Ligas Camponesas, setores moderados da igreja católica e os "católicos radicais" (GRAZIANO DA SILVA, 1987).

O PC possuía uma proposta moderada de reforma agrária, pelo qual procurava atrair os "setores progressistas da burguesia", cujos pontos centrais eram: fixação de um limite máximo para as propriedades (500 ha); desapropriação dos latifúndios (por valor inferior ao venal); venda de lotes aos camponeses "a preços módicos" (GRAZIANO DA SILVA, 1987).

Já as Ligas Camponesas possuíam uma proposta mais radical e propunham uma reforma agrária "na lei ou na marra" e defendiam a desapropriação das terras por interesse social com indenização em Títulos do Poder Público, resgatáveis a longo prazo e a juros baixos. A proposta da Liga camponesa enfatizava o caráter revolucionário da luta pela terra, colocando na ordem do dia a luta pelo socialismo. Os setores moderados da Igreja Católica faziam oposição a esse caráter revolucionário das Ligas e propunham uma reforma agrária por meio da desapropriação das terras abandonadas e inexploradas e a sua venda aos legítimos camponeses (GRAZIANO DA SILVA, 1987).

Os católicos radicais não possuíam um programa definido, acreditavam que os trabalhadores rurais, pela sua participação nos sindicatos, iriam desenvolver sua própria consciência de classe e agir como classe (GRAZIANO DA SILVA, 1987).

⁷ GRAZIANO DA SILVA (1990) define questão agrária e agrícola da seguinte forma: "A questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças na produção em si mesma: o que se produz, onde se produz e o quanto se produz. Já a questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção: como se produz, de que forma se produz. No equacionamento da questão agrícola as variáveis importantes são as quantidades e os preços dos bens produzidos. Os principais indicadores da questão agrária são outros: a maneira como se organiza o trabalho e a produção; o nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais; a produtividade das pessoas ocupadas no campo, etc."

No início dos anos 60, essa diversidade de orientações políticas do movimento camponês intensificava as lutas pela reforma agrária, ao mesmo tempo em que não conseguiam uma unificação em nível de propostas políticas. O movimento camponês vivia um período de lutas intensas, porém não conseguia aglutinar forças e propor uma reforma agrária revolucionária, que ultrapassasse reivindicações isoladas e específicas. Como destaca GRAZIANO DA SILVA:

“a falta de uma consciência de classe e uma equivocada política de atrelamento ao Estado por parte dos setores majoritários da cúpula do movimento camponês, não permitiu que os trabalhadores rurais se constituíssem de fato numa força política real no país antes de 64” (GRAZIANO DA SILVA, 1987:16).

Após o golpe militar de 1964, essas forças políticas que lutavam pela reforma agrária foram fortemente reprimidas. Assim, o governo militar aprovou o Estatuto da Terra como forma de resposta às lutas do campesinato antes do golpe militar e, também, como uma proposta que pudesse adequar os interesses da burguesia industrial frente às necessidades de desenvolvimento do capitalismo no campo.

Dessa maneira, o governo militar reprimiu os movimentos sociais e propôs, ele mesmo, as reformas no campo, aprovando o Estatuto da Terra e a Emenda Constitucional, que permitia a indenização em títulos da dívida pública, e criando o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), que seria responsável por efetuar reformas em áreas pré-definidas. Como bem observa GRAZIANO DA SILVA:

“Reformas parciais poderiam existir, mas desde que a iniciativa delas não partisse de um movimento popular organizado” (GRAZIANO DA SILVA, 1987:16).

Segundo GRAZIANO DA SILVA (1987) a burguesia agrária, representada pelos latifundiários, colocava-se contra o Estatuto da Terra, principalmente, devido à possibilidade das indenizações serem pagas em Títulos da Dívida Agrária. Porém, reconheciam que o Estatuto seria uma forma eficiente de aliviar os conflitos fundiários e que também abriria a oportunidade de estimular a modernização da agricultura. GRAZIANO DA SILVA resume da seguinte forma:

“O Estatuto da Terra criava, assim, os instrumentos indispensáveis de política agrícola – crédito, preços mínimos,

assistência técnica etc – para o sucesso da modernização conservadora que se seguiria após 1965" (GRAZIANO DA SILVA, 1987:17)

O Estatuto da Terra definia o que era propriedade da terra no Brasil e suas modalidades, impunha a desapropriação por interesse social, nos casos considerados necessários, bem como a compra de terras pela União para efeito de reforma agrária. Porém, o Estatuto da Terra permitia que a burguesia agrária industrial acelerasse o desenvolvimento do capitalismo no campo. A interpretação feita sobre o Estatuto da Terra possibilitou que a questão chave da questão agrária fosse a modernização do latifúndio.

1.6. Modernização conservadora no campo

O processo de modernização da agricultura, iniciado nos anos 50, a partir das propostas de desenvolvimento que tinham a industrialização como principal vetor do processo de desenvolvimento econômico, representava uma solução para o atraso da agricultura, da estagnação da sua produção. Caberia à agricultura gerar uma produção maior de excedentes agrícolas, produzir matérias-primas para a indústria nacional, que estava se desenvolvendo, e produzir alimentos para a população urbana.

Os programas governamentais, durante a década de 60, buscavam, assim, solucionar o problema que a agricultura, com seus baixos índices de produtividade e baixo volume de produção, estava causando para o desenvolvimento capitalista e, particularmente, ao processo de industrialização. Segundo AGUIAR (1986), no Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968 até 1970) as distorções seriam resolvidas, principalmente, pela modernização do latifúndio, no sentido de superar as contradições que este tipo de exploração criava para a acumulação capitalista. Esse programa apresentava o avanço tecnológico como principal vetor de modernização, e assim, o setor agrícola conseguiria aumentos de produção e ampliação dos índices de produtividade. Isso se daria por meio de mudanças no sistema produtivo e maior uso de insumos agrícolas (fertilizantes, corretivos, defensivos), sementes melhoradas geneticamente, máquinas e implementos.

Os militares convergiam em alguns pontos com a burguesia industrial da década de 50 em relação ao diagnóstico sobre a agricultura, baseada em tecnologias tradicionais (atrasadas), era tida como um obstáculo ao desenvolvimento industrial do país, porém, não se propunha mais a mudança da estrutura fundiária, o atraso no campo seria superado com um aumento da capitalização dos agricultores. Ou seja, disponibilizar à agricultura fontes de financiamento, créditos de fácil acesso, incentivando, desta forma, a compra de máquinas agrícolas, implementos, insumos e sementes melhoradas.

Segundo AGUIAR (1986), a política modernizante estaria presente, também, no MEBAG, programa Metas e Bases, de 1970 até 1971. O Estado assumia claramente o papel de promotor desse processo, mediante um amplo sistema de incentivos financeiros e fiscais (isenção do ICM para insumos modernos até a constituição de fundos especiais de incentivo e apoio às exportações de produtos agrícolas), e uma política de crédito rural com taxas de juros menores. O Metas e Bases, ao contrário dos planos anteriores, mostrava uma preocupação com o desenvolvimento de regiões atrasadas (Nordeste) e regiões de fronteira (Centro-oeste e Norte).

Um dos principais instrumentos utilizados pelo Estado para modernizar a agricultura foi a política de crédito rural, através, principalmente, da criação do SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural). O SNCR tinha o objetivo de criar condições para que os agricultores adquirissem máquinas, equipamentos e insumos. O governo disponibilizou recursos para o financiamento, a curto prazo, para o custeio e a comercialização da safra, e de médio e longo prazo, para financiar investimentos na aquisição de máquinas, equipamentos e construção de silos e armazéns. Outra forma de modernizar a agricultura em curto espaço de tempo, foi a criação de créditos para a compra de insumos (AGUIAR, 1986).

Outra política importante para o processo de modernização foi a PGPM (Política de Garantia de Preços Mínimos). Esta política consistia em mecanismos basicamente financeiros, especialmente, por meio das operações de EGF (Empréstimo do Governo Federal) que financiavam a estocagem pelo produtor, que aguardava melhores preços, e também por meio de operações de AGF (Aquisição do Governo Federal), que executava a compra do produto pelo governo para formação de estoques oficiais.

O aumento na utilização de máquinas, insumos químicos e sementes melhoradas, reflete-se, notadamente, no crescimento do consumo intermediário para a

produção de mercadorias. GRAZIANO DA SILVA (1999), mostra que o crescimento do consumo intermediário (expresso como porcentagem do valor bruto da produção) acentuou-se a partir dos anos 60 (tabela 1): em 1939, este valor era de 10%, em 1965, subiu para 14,3%, em 1965 esse valor deu um salto para 34,4%, e, em 1980, para 40%.

Tabela 1. Consumo intermediário (CI) na agricultura, como porcentagem do Valor Bruto da Produção (VP), 1939/80.

Ano	1939	1949	1959	1965	1970	1975	1980
CI/VP	10,0	11,0	14,3	21,5	27,6	34,4	38,7
% a.a.		+1,0	2,7	+7,0	5,7	+4,7	+2,4

Fonte: Ajustamento linear dos dados de Ribeiro e Gheventer (1983) a partir das estimativas de Kageyama (1986) com base nos dados dos Censos Agropecuários de 1960, 1975 e 1980.

O período de modernização recente, intensificado a partir da década de 1970, foi marcado pelo desenvolvimento de uma agricultura capitalista em processo de integração com a economia urbana e industrial. Este processo de integração se estabelece por meio da implantação, no Brasil, das indústrias de tratores e implementos agrícolas e das indústrias de insumos químicos para a agricultura. Assim, a necessidade de importar tais produtos diminuiria. GRAZIANO DA SILVA (1987) mostra que, já em 1964, 90% da oferta de tratores pertencia à indústria nacional, em 1970 este número cresceu para 99%. O número de tratores por área média também se elevou consideravelmente: em 1940, a área média (em hectares) por trator era de 58.487 ha, já em 1960 esta área caiu para 4.073.

Pelos dados da tabela 2, podemos observar a transformação da base técnica da agricultura. A tabela demonstra que houve um aumento na produção e no consumo de NPK e na frota de tratores de 4 rodas (unid.) durante o período de 1950-1980.

Tabela 2. Produção e consumo de NPK e frota de tratores na agricultura brasileira (1950-1980)

Ano	NPK (mil toneladas de Nutrientes)		Frota de tratores de 4 rodas (unid.)
	Produção de NPK	Consumo aparente de NPK	
1950	n.d.	n.d.	8.372
1960	105,7	198,4	61.345
1967	116,9	444,9	n.d.
1970	190,2	999,0	143.309
1975	677,5	1.980,0	323.113
1980	1.871,7	4.066,1	545.205

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários e Anuários Estatísticos do Brasil (vários anos)

n.d. = dado não disponível

O Estado criou em 1973 a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), com o objetivo de contribuir no processo de modernização por meio da geração de pesquisas de novas variedades, mais adaptadas ao nosso clima, e sementes melhoradas geneticamente, que fossem mais produtivas.

Desta forma, o processo de modernização da base técnica conseguiu alcançar o seu objetivo mais desejado, aumentar a oferta de alimentos e matérias-primas. Segundo GRAZIANO DA SILVA (1999), a disponibilidade interna de vários produtos alimentícios cresceu com a modernização da agricultura. Este autor utilizou dados do Centro de Estudos Agrícolas (CEA) da FGV/RJ sobre o balanço da disponibilidade de gêneros alimentícios de origem vegetal e constata que dos doze principais produtos (arroz, banana, batata, café, cana, feijão, laranja, mandioca, milho, soja, tomate e trigo) apenas três – feijão, laranja e mandioca – mostram queda na disponibilidade per capita no período de 1973 a 1983, e o arroz e a banana apenas acompanharam o crescimento populacional, porém, ocorreram aumentos significativos para a batata, café, cana, milho, soja, tomate e trigo. GRAZIANO DA SILVA (1999), também destaca que este aumento da produção de alimentos e matérias-primas concomitante a uma migração rural-urbana da magnitude da observada nos anos 70, só poderia ser obtida com um crescimento da produtividade do trabalho no campo. Assim, na década de 1970, em média, a produtividade do trabalho na agricultura cresceu a uma taxa de 2 % enquanto a de São

Paulo cresceu 3,1%. O aumento da produção e produtividade agrícola foi então alcançado através da incorporação de novas áreas e do aumento da produtividade do trabalho, bem como da produtividade da terra, devido ao uso de insumos e sementes melhoradas, sem que fosse necessária, contudo, a realização de uma reforma agrária.

1.7. A nova República e o PNRA.

O debate sobre a questão agrária, após os governos militares, foi retomado em 1985, com a eleição de Tancredo Neves, que apesar de eleito, não foi empossado em virtude de seu falecimento. Em seu lugar, tomou posse José Sarney, e, em 30 de Abril de 1985, foi criado o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), com Nelson Ribeiro à sua frente. José Gomes da Silva foi nomeado presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Nesse período, reuniram-se os técnicos e estudiosos da reforma agrária com o objetivo de formar 17 Comissões Temáticas, com 102 especialistas nos mais variados assuntos ligados à questão agrária brasileira, que deveriam fornecer a matéria-prima para a elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

GOMES DA SILVA (1996) explica que a proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária precisou de apenas 10 versões antes de virar o Plano, porém, o poder dos latifundiários e dos políticos conservadores introduziu tantas e tais modificações na Proposta, inicialmente preparada pelas Comissões Temáticas do MIRAD/INCRA, que foram necessárias 12 edições sucessivas do polêmico documento para chegar a uma versão conciliatória.

Essas alterações, progressivamente, foram se concentrando em questões de fundo que colocavam em cheque a viabilidade do Plano como um projeto amplo e massivo de reforma agrária. As alterações ocorreram, principalmente, no tocante à definição das áreas prioritárias, onde deveriam ocorrer as desapropriações. As áreas prioritárias foram ilustradas com um mapa mostrando a localização e extensão das regiões a serem afetadas pela reforma agrária. Nas primeiras versões do Plano haveria desapropriações em todo o Brasil, depois na versão oficial, predominou somente algumas áreas da Amazônia, Nordeste e áreas que convinhem "ao pessoal do Sudeste e do Centro-oeste do país". Todavia, o maior retrocesso estaria no objetivo proposto pelo

Plano, que, na proposta, era "mudar a estrutura fundiária" e que no Plano, passou para o de "contribuir para modificar o regime de posse e uso da terra".

1.8. O sentido da reforma agrária a partir dos anos 80.

Diante do que foi exposto, a questão agrária a partir dos anos 80 insere-se em um novo contexto. O primeiro fato a destacar é que a reforma agrária não é mais uma proposta da burguesia brasileira, ou seja, ela não é mais uma necessidade para o processo de desenvolvimento capitalista. A visão de GRAZIANO DA SILVA (1994), sobre esse tema, segue neste sentido:

"... a reforma agrária do ponto de vista do desenvolvimento capitalista, do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas no campo não é mais uma necessidade, seja para a burguesia, seja para as classes produtoras. Isso não quer dizer que ela não seja uma possibilidade. Quer dizer apenas que a reforma agrária hoje, na década de 80, é uma necessidade dos trabalhadores rurais, não mais do patronato brasileiro. Se houver reforma agrária ela será feita pela luta dos trabalhadores, não mais por uma necessidade intrínseca do desenvolvimento capitalista" (GRAZIANO DA SILVA, 1994: 142).

RANGEL (2000), foi um dos primeiros a argumentar que a realização prévia de uma reforma agrária não era necessária para a modernização da agricultura brasileira. Segundo esse autor, não seria necessária a intervenção do Estado no sentido de realizar tal reforma para que o capitalismo se desenvolvesse, este tenderia a desenvolver-se espontaneamente:

"Ao crescer, a indústria solicita à agricultura mais víveres e mais matérias primas e, no mesmo passo, drena dela parte da população laboriosa; e não obstante sua diminuição, deverá suprir o excedente de produtos. O que a experiência demonstrou é que esta mudança basta para induzir a transformação da agricultura e propiciar sua modernização, a saber, o desenvolvimento do capitalismo no campo" (RANGEL, 2000: 9).

Outro fator importante a se destacar sobre a questão agrária, a partir dos anos 80, é que a crise agrária produziu impactos significativos no setor urbano, ou seja, a liberação de mão-de-obra do meio rural, acelerada pelo processo de modernização conservadora da agricultura nos anos 70, acabou por inchar as cidades. Mais ainda, durante a década de 90, ocorreu uma redução do emprego urbano, mesmo os menos qualificados, que serviam de "válvula de escape" para os expulsos do campo. Segundo RANGEL (2000):

"... nas condições concretas brasileiras, a crise agrária perdeu, em grande parte, o seu caráter agrícola ou rural, na medida em que o complexo rural⁸ se desfez, lançando sobre as cidades parte considerável da mão-de-obra que antes retinha, suscitando, assim, no quadro urbano, uma crise que, nem por ser urbana e não-rural, perdeu o seu caráter agrário" (RANGEL, 2000: 145)

Assim, o sentido da reforma agrária, a partir dos anos 1980, passa pela distribuição de riquezas no país, e esta, por sua vez, coloca-se muito mais fora do setor agropecuário do que dentro, visto que sua importância sócio-econômica torna-se cada vez mais residual. Segundo VEIGA (1994), o importante é examinar o papel que a agricultura desempenha no processo geral de desenvolvimento e, especialmente, o impacto redistributivo que ela pode ter entre a população urbana. Esse autor destaca duas características básicas das sociedades capitalistas que mais se desenvolveram: a opção pela agricultura familiar e seu modelo de administração dos mercados agrícolas. Países como o México, onde predominam agricultores patronais e familiares, sugerem que esse tipo de estrutura fundiária (bimodal) não favorece a passagem à fase intensiva de crescimento econômico, devido a seus efeitos regressivos na distribuição de renda e, como decorrência, no perfil da demanda. Assim, VEIGA (1994), baseando-se na experiência histórica dos países do Primeiro Mundo, argumenta sobre a necessidade de favorecer o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil, e este é o objetivo estratégico que dá sentido econômico a uma reforma agrária no Brasil atual:

"Precisamos de uma reforma agrária que desafogue os minifundistas, oferecendo-lhes a oportunidade de se tornarem

⁸ Segundo RANGEL (2000), o complexo rural caracteriza-se pelo conjunto de atividades desenvolvidas no interior das fazendas, assentadas em uma economia natural, com uma incipiente divisão do trabalho. Essas fazendas, para produzir a mercadoria de exportação tinham que produzir todos os bens intermediários e os meios de produção necessários.

agricultores familiares viáveis; uma reforma agrária que transforme arrendatários em proprietários; uma reforma agrária que oferece terra aos filhos dos pequenos proprietários; enfim, uma reforma agrária cuja diretriz central seja o fomento e apoio a nossa agricultura familiar" (VEIGA, 1994: 91).

O fato dos assentamentos de reforma agrária terem como base a agricultura familiar faz surgir visões conflitantes sobre a sua viabilidade como promotora de desenvolvimento, particularmente, econômico. De um lado, a reforma agrária não é considerada necessária, pois a agricultura é capaz de alcançar altos índices de produtividade, sobretudo, sem necessitar da incorporação maior de mão-de-obra, ou mais proprietários no meio rural. Recentemente, caminhando para o mesmo entendimento, a reforma agrária teria o sentido de atenuar diferenças sociais, e não de promover crescimento econômico, pois os assentamentos de reforma agrária já implantados no Brasil apresentam índices de produção e produtividade muito baixos, só demonstrando ser um processo de favelização rural. Para GRAZIANO NETO (1994), inexistem no Brasil farta disponibilidade de terras ociosas para programas de redistribuição agrária, e mesmo que houvesse abundância de terras não haveria tantos interessados nos lotes. Por fim, segundo esse autor, um programa dessa natureza não teria a eficácia desejada, deixando insolúvel o problema da miséria no país.

Entretanto, outros estudiosos apontam que a reforma agrária pode ser encarada como um processo capaz de desenvolver sistemas produtivos suficientemente eficientes para superar o custo de oportunidade do trabalho, ou seja, os assentamentos representam a melhor oportunidade de trabalho encontrada por trabalhadores rurais que não conseguem colocação no mercado de trabalho urbano/industrial. Também, nesse mesmo sentido, defendendo a intensificação da reforma agrária no país, existem aqueles que apontam como promotora de efeitos multiplicadores para o processo de desenvolvimento, como é o caso da descentralização do consumo – assentados inseridos no sistema econômico como produtores e consumidores (ABRAMOVAY, 1994).

A compreensão da reforma agrária, como um processo mais amplo de desenvolvimento, vem sendo defendida por estudos realizados em assentamentos rurais de reforma agrária. Esses estudos têm apontado que, apesar da precária ajuda governamental, os assentamentos foram capazes de ampliar as oportunidades de emprego, reduzindo as pressões de oferta de mão-de-obra no mercado de trabalho

urbano-industrial e, também, apontam ainda não só no sentido de melhorar o padrão de vida dos assentados, como também na dinamização da economia local, e, em alguns casos, da economia regional em que esses assentamentos estão inseridos.

O trabalho da FAO de 1992, intitulado Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária, dirigido pelo economista Carlos Guanziroli, referente à amostra de cerca de 10% dos projetos de assentamento desenvolvidos durante a Nova República (44 projetos visitados, num total de 828 famílias entrevistadas), apresenta dados animadores em relação ao desempenho sócio-econômico dos assentamentos. Este trabalho analisou diversas variáveis – como processo de geração e distribuição de renda, capitalização, comercialização da produção agrícola, etc – concluindo que “os programas de assentamento foram eficazes na promoção do desenvolvimento rural e na fixação do homem no campo, e geraram uma renda superior à média de renda passível de ser obtida por qualquer categoria de trabalhadores rurais no campo”⁹. Também se verificou que a geração de renda nos assentamentos, embora aconteça de forma concentrada, colabora no sentido de melhorar o perfil de distribuição de renda geral. Verificou-se, ainda, que os assentamentos colaboraram no aumento da produção de alimentos e foram eficientes em desenvolver um setor de agricultura comercial. Porém, constatou-se que a produtividade dos assentamentos, em geral, é baixa quando comparada ao contexto regional.

ABRAMOVAY (1994), analisando o estudo do BNDES de 1992, dirigido por Márcio Henrique Castro, sobre o desempenho sócio-econômico de 26 projetos de assentamento de reforma agrária, conclui que, embora a renda monetária média dos assentamentos seja de três salários mínimos, ela é muito concentrada, e que apenas 20% dos assentados terão condições de se converter em agricultores profissionais. Ou seja, a reforma agrária não seria o melhor caminho para se promover a distribuição de renda, já que ela é incapaz de alcançar seu objetivo fundamental, que é o de estabilizar uma nova camada de produtores rurais. Entretanto, ABRAMOVAY faz considerações importantes sobre o trabalho de CASTRO (1992). Primeiro, os assentamentos estudados por CASTRO foram implantados no quadro do regime autoritário, quando as organizações de trabalhadores rurais, que hoje têm um papel importante na gestão dos assentamentos, não existiam, e quando o INCRA adotava concepção centralizada e pouco eficiente da gestão dos projetos. Como não existia um processo amplo de reforma agrária, é de

⁹ Grifo nosso.

esperar que o desempenho dos assentamentos, situados em regiões distintas, seja diferente.

Com relação ao processo de geração de renda constatado por CASTRO (1992), e diagnosticada como elemento negativo do processo de reforma agrária, ABRAMOVAY ressalta que o problema é de natureza metodológica, ou seja, toda a ênfase do trabalho de CASTRO (1992) está nos fatores internos ao assentamento. O que deve ser levado em consideração também é que, nos assentamentos onde o processo de diferenciação interna é menos acentuado (sudeste e sul), um grupo maior de pobres rurais encontrou o ambiente (melhores condições de crédito, de mercado, de acesso à assistência técnica, a bens de serviços básicos) que lhes possibilitou transformarem-se em agricultores profissionais, ou seja, obter renda aceitável com base em suas atividades agrícolas.

Outro fato importante observado no trabalho de CASTRO é que, além da renda monetária, as famílias estudadas estão se alimentando e desfrutando de bens (extremamente precários, na maior parte dos casos) que não estão incluídos nos cálculos por ele oferecidos. Assim, para a melhoria da qualidade de vida desses assentados, como de resto para toda a agricultura familiar, são as rendas não monetárias, obtidas, por exemplo, pelo auto-consumo. Por isso, para melhor apreender a viabilidade econômica dos assentamentos, ABRAMOVAY (1994) apresenta uma vertente baseada na eficiência pelo custo de oportunidade do trabalho, em que o cálculo que rege a formação do critério de eficiência para os assentados não se pauta pelo custo de oportunidade do capital, mas do trabalho. Isto pode mudar ao longo do tempo, se os produtores prosperarem e se desenvolverem, podendo o comportamento empresarial tomar conta da atividade econômica. O assentamento representa o melhor custo de oportunidade do trabalho, já que, na maior parte dos casos, os agricultores não tinham atividade assalariada permanente antes de serem assentados.

Esse raciocínio se encaixa muito bem para as condições brasileiras, em que já se constatou que a expansão do sistema econômico não tem condições de gerar empregos suficientes para absorver a oferta de mão-de-obra produzida pelo êxodo rural. Assim, se o êxodo rural não for contido, a pressão da oferta de mão-de-obra sobre a demanda no setor urbano-industrial continuará suficientemente forte, de modo a evitar um processo de redistribuição dinâmica da renda, que, finalmente, incorpore no mercado a grande massa da população brasileira (ROMEIRO, 1994).

Assim, a reforma agrária continua sendo um tema recorrente, seja pelas pressões exercidas por movimentos sociais organizados no sentido de realizar tal reforma agrária, seja também pelo fato de que a terra continua concentrada nas mãos de poucos, existindo milhões de trabalhadores rurais sem a propriedade da terra, e uma grande parcela das terras localizadas nos latifúndios continuaram ociosas. Ademais, como ressaltamos acima, os centros urbanos não oferecem postos de trabalho suficientes para absorver toda a população de trabalhadores rurais que foram expulsos do campo durante o período de modernização conservadora, e que ainda continuam sendo expulsos. Como decorrência, observamos o aumento da pobreza, fome e da concentração de renda tanto no meio rural, quanto no urbano.

Por tudo isso, é que pretendemos demonstrar que a reforma agrária pode ser entendida como estratégia para um novo modelo de desenvolvimento rural e local, pois sua realização de maneira mais intensa no Brasil não significa apenas a redemocratização da posse e propriedade da terra, significa também um combate eficiente à fome, a pobreza, ao desemprego, contribuindo assim, na distribuição de renda. No capítulo seguinte, desenvolver-se-á a discussão que leva a propor um novo modelo de desenvolvimento rural/local e, portanto, aprofundar a idéia de como a reforma agrária pode ser entendida como estratégia para este novo modelo.

Capítulo 2. O desenvolvimento rural brasileiro.

Apesar deste trabalho ter como objetivo compreender o processo de desenvolvimento local com base em um projeto de assentamento de reforma agrária e suas conseqüências sobre o desenvolvimento urbano (comercial e industrial), far-se-á, numa primeira seção, um resgate do que podemos denominar como sendo uma visão histórica da via de desenvolvimento rural brasileiro.

Logo em seguida, para entender a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento, será apresentada as conseqüências desse modelo de desenvolvimento e, por fim, na última seção, a visão de que os processos de assentamento de reforma agrária podem significar mais que um impulso ao desenvolvimento rural. Podem significar, na verdade, um grande impulso ao desenvolvimento local, já que seus impactos vão para além do meio rural e alcançam todo o município.

2.1. Uma visão histórica da via de desenvolvimento rural brasileiro

No Brasil, até 1850, predominou na agricultura uma dinâmica, chamada, por RANGEL (2000) de dinâmica do complexo rural, num contexto em que o comércio exterior exercia influências, particularmente, sobre a economia do país. As propriedades agrícolas firmavam sua economia em bases naturais, destinando apenas parte da sua produção para a atividade agrícola de exportação, outra parte era ocupada pela produção de seus bens de consumo, a produção dos próprios bens de produção.

A principal característica do complexo rural era a incipiente divisão do trabalho, já que o mercado interno praticamente não existia, havia apenas um produto de valor comercial, destinado à exportação, as atividades que poderiam formar o mercado interno ocorriam unicamente no interior dos estabelecimentos rurais, e os bens produzidos somente tinham valor de uso, não se destinavam ao mercado.

A decomposição do complexo rural foi um processo longo, que, como visto anteriormente, iniciou-se em 1850 com a Lei de Terras e a proibição do tráfico, terminando um século depois com a implantação do D1 (indústria pesada) em bases industriais modernas.

Ao mesmo tempo em que o complexo rural entrava em crise, o café despontava como principal produto de exportação, iniciando novas formas de exploração do trabalho, constituindo-se, assim, o que CANO (1983) denominou de complexo cafeeiro, que representou grandes transformações nas relações de produção, principalmente, devido à formação de novas formas de exploração do trabalho, favorecendo a divisão social do trabalho. CANO (1983) destaca que em São Paulo, principalmente no oeste paulista, houve condições favoráveis para as transformações desse setor. Ou seja, o sistema de produção e circulação do café foi capaz de desencadear um processo dinâmico de acumulação, operando na base de relações capitalistas de produção. Não foi o caso do Vale do Paraíba, em que a escassez de terras e os altos preços dos escravos levaram a uma diminuição das margens de lucro da atividade cafeeira, provocando, conseqüentemente, a decadência dessa economia.

Além da atividade principal, o café, o complexo cafeeiro era constituído por outros componentes, como o sistema ferroviário; a agricultura produtora de alimentos e matérias-primas; o sistema bancário; atividades criadoras de infra estrutura; a atividade do Estado e a indústria manufatureira. Esta última, apontada por CANO (1983) como uma das mais importantes atividades do complexo, e que o autor divide em três segmentos:

"O primeiro, compreende a fabricação de máquinas e implementos para a atividade agrícola e para o beneficiamento do café; o segundo, a produção de sacarias de juta para a embalagem do café; o terceiro, abarca os demais subsectores manufatureiros, onde nessa etapa do nosso desenvolvimento, predominam os bens de consumo corrente" (CANO, 1983:79)

Cada um desses setores desempenhou importante papel no processo de ampliação das oportunidades de inversão de capitais acumulados no complexo cafeeiro.

Assim, o complexo cafeeiro paulista exerceu fortes influências no setor urbano, pois ele necessitava de novos meios comerciais e financeiros para sua comercialização e expansão. A necessidade de novos meios de transporte para o café, novas máquinas de beneficiamento e novos insumos estimularam atividades no setor urbano, como os bancos, as estradas de ferro, as fábricas têxteis etc.

Desta forma, o complexo cafeeiro, utilizando agora mão-de-obra assalariada, teve impactos na economia urbana, pois o regime de salários fez surgir "*...uma ampla camada social com poder aquisitivo capaz de dilatar o mercado para bens de consumo corrente, ampliando, dessa forma, as oportunidades internas de inversão do complexo; proporcionou também o alargamento da disponibilidade de mão-de-obra para a expansão urbana-industrial, tanto pela entrada direta de imigrantes não-agrícolas como pelo próprio movimento de atração e fuga de imigrantes, gerada pelas crises do café*" (CANO, 1983:50).

A agricultura diversificava-se e passava a produzir para um mercado interno estruturado nas indústrias que estavam surgindo nas cidades, principalmente, por incentivo da atividade cafeeira. Porém, como destaca CANO (1983), esse processo ocorreu de forma dinâmica apenas em São Paulo, sendo que outras regiões - chamadas de periferia por este autor - não conseguiam competir com a economia paulista. Norte, Nordeste, Minas Gerais e parte do Centro-oeste não modernizavam sua agricultura nos níveis alcançados por São Paulo e o Sul, aumentando ainda mais as desigualdades entre centro e periferia.

Desta forma, o desenvolvimento da cafeicultura promoveu o desenvolvimento e diversificação da agricultura paulista, que passou a expandir-se por meio do sistema de colonato. Neste regime de trabalho, era permitido que o colono plantasse e desenvolvesse pequenas criações dentro da propriedade cafeeira, permitindo-se o plantio intercalado nas ruas do cafezal, de arroz, milho e feijão. Quando o colono não tinha acesso a esse tipo de plantio, o fazendeiro cedia terras não ocupadas com o café para aquele mesmo fim.

Assim, o colono obtinha parte fundamental de sua subsistência, vendendo ainda eventuais excedentes nas zonas urbanas em expansão. Porém, essa atividade era totalmente dependente da atividade principal, o café, dependia de tempo que sobrava e dos recursos que não estavam sendo utilizados nessa cultura.

À medida que o complexo cafeeiro se desenvolvia, gerando um processo crescente de urbanização, o sistema reclamaria a expansão da agricultura independente da atividade nuclear, ou seja, aquela que era feita fora da propriedade cafeeira, operando com seus próprios recursos físicos.

CANO (1983) mostra que a produção paulista de algodão cresceu após a crise de 1929, devido à violenta queda nos preços do café, o que alteraria profundamente a estrutura relativa das contabilidades das diferentes culturas, levando, assim, o algodão a retomar um papel extremamente importante na agricultura paulista. Esse autor mostra que a expansão diversificada da agricultura paulista não ocorria, apenas, em função das crises cafeeiras. Ela ocorria tanto nas crises como nas fases de expansão do café e isso se devia à crescente independência que a agricultura praticada fora da propriedade cafeeira ia adquirindo à medida que o mercado urbano se expandia. Assim, a agricultura cumpriu a clássica função de suprir a expansão urbana, com seus excedentes de alimentos e de matérias-primas, e dada sua relativamente avançada técnica então utilizada, possibilitou, também, que parte da expansão demográfica e da imigração pudesse alimentar os requisitos de mão-de-obra reclamados pela expansão urbana, que já se processava em São Paulo.

A partir de 1930, o desenvolvimento passou a ser compreendido como sinônimo de industrialização, suplantando a agricultura na prioridade dos governos. A agricultura deveria assumir um papel muito importante, ainda que subordinado, no desenvolvimento do país, como: abastecer a população, financiar importações, baratear o preço da produção industrial nascente, ocupar o território e gerar empregos. Para tanto, era necessária a intervenção do Estado no sentido de desenvolver uma massa urbana capaz de inserir-se no mercado de consumo para bens não-duráveis e, principalmente, alimentos, base para a constituição de um mercado auto-sustentável. A expansão do mercado interno só seria possível por meio de mecanismos que garantissem maior distribuição de renda, não como objetivo em si, mas como meio de permitir o consumo interno da produção nacional e, desta forma, garantir o funcionamento automático da economia. O mercado interno surgia, assim, como garantia para o desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, como defesa contra os efeitos adversos das flutuações econômicas internacionais. Desta forma, condenava-se o predomínio da política agrário-exportadora.

No decorrer do processo de urbanização e de industrialização no Brasil, ocorria, progressivamente, o desaparecimento das indústrias que funcionavam dentro dos estabelecimentos do setor agropecuário. Essa substituição trouxe importantes consequências para a população rural, que ao perder parte de suas ocupações foi obrigada a especializar-se na produção agropecuária. Esta produção tornava-se cada vez

mais voltada para o atendimento dos mercados urbanos e industriais, nacionais e estrangeiros, e cada vez menos dedicada à simples subsistência e ao autoconsumo, que eram os principais destinos dos produtos agropecuários nas economias pré-industriais e pouco urbanizadas do passado. SZMRECSÁNZI (1997) ressalta que essa especialização, conjugada a uma crescente concorrência, levou à diferenciação dos produtores, à concentração e centralização dos meios de produção, e à transformação das atividades produtivas.

A substituição da agricultura pela indústria, no que diz respeito à tarefa de converter os produtos primários em produtos acabados, deve, acima de tudo, acumular o capital constituído por bens de natureza especial, ou seja, depende da instalação de bens de produção de novo tipo (de produção de bens da indústria pesada).

De acordo com RANGEL (2000), os traços essenciais entre agricultura e a indústria, durante o processo de industrialização, são:

- *“Esta consiste essencialmente na transferência de certas atividades de âmbito rural para âmbito urbano, do que resulta um considerável aumento da produção per capita.*
- *Esse aumento de produtividade constitui a fonte única dos recursos para a capitalização, que, por sua vez, condiciona a transferência de novos efetivos de mão-de-obra para fora da agricultura.*
- *A industrialização é, portanto, um processo que se nutre a si mesmo: por um lado depende da imobilização de recursos para fazer-se e, por outro, cria esses recursos”* (RANGEL, 2000: 42).

A partir do pós-guerra, o crescimento da agricultura passou a ser determinado pelo aumento da produtividade agrícola. Isto se deu por meio da incorporação de novas tecnologias. Entretanto, esse processo de modernização intensificou-se somente após a internalização do D1 - indústrias de insumos e máquinas para a agricultura - no país. Até então, a incorporação de novas tecnologias estava na dependência da capacidade de importação da economia brasileira, cuja prioridade era a indústria (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

Assim, somente com a internalização do D1, de toda a economia e depois da agricultura, é que passou a ocorrer a integração técnica definitiva entre, de um lado, as

indústrias que produzem máquinas e insumos para a agricultura, e, de outro, as indústrias processadoras de matérias-primas do setor agrícola.

Essa integração é que pode ser definida como sendo da constituição de Complexos agroindustriais (CAI's). A partir dela, GRAZIANO DA SILVA (1996) diz constituir-se uma nova dinâmica, em um processo de industrialização da agricultura. A constituição dos CAI's foi, assim, um dos momentos do processo de modernização por que passou a agricultura do país.

Estes CAI's (Complexos agroindustriais) consolidam-se, na década de 70, *"a partir da integração técnica intersetorial entre as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura propriamente dita e as agroindústrias processadoras, integração que só se torna possível a partir da internalização da produção de máquinas e insumos para a agricultura"* (GRAZIANO DA SILVA, 1996:31).

Essa integração, provocada pela constituição dos complexos agroindustriais, não é apenas técnica, ou seja, não se trata somente de um encadeamento de cunho tecnológico, mas também, e talvez principalmente, de capitais, envolvendo sempre uma intensa concentração e centralização de capitais (DELGADO, 1997).

Esse processo de industrialização segundo GRAZIANO DA SILVA (1996), não pode ser visto somente como a utilização de insumos industriais na produção agrícola.

"A industrialização do campo é um momento específico do processo de modernização, a reunificação agricultura-indústria num patamar mais elevado que o do simples consumo de bens industriais pela agricultura. É o momento da modernização a partir do qual a indústria passa a comandar a direção, as formas e o ritmo da mudança na base técnica agrícola, o que ela só pode fazer após a implantação do DI para a agricultura no país" (GRAZIANO DA SILVA, 1996:32).

Dentro desse contexto, o autor sinaliza para uma nova dinâmica agrícola, em que a constituição dos CAI's e a industrialização da agricultura passam a ser seus novos determinantes. Isto significa dizer que a agricultura passa a fazer parte de uma dinâmica comandada, de um lado, pelas indústrias de máquinas e insumos, à procura de mercado, e, por outro lado, pelas agroindústrias, em busca de matérias-primas.

Esse processo de industrialização ganha dinamismo próprio a partir das novas possibilidades abertas pelo processo de substituição de importações, ou seja, ampliam-se atividades tipicamente urbanas, formando um mercado nacional (de alimentos, de trabalho e de matérias-primas) em um crescente processo de integração.

Para GRAZIANO DA SILVA (1996:26), a nova dinâmica agrícola "*...não pode mais ser apreendida só a partir dos mecanismos internos da própria atividade agrícola (como a propriedade da terra, a base técnica da produção, a fronteira), e nem a partir da segmentação do mercado interno x externo. Trata-se agora de uma dinâmica conjunta da indústria para a agricultura-agricultura-agroindústria*". Ainda segundo esse autor, além da subordinação da agricultura à dinâmica industrial, a agricultura deixa de ser um setor autônomo, mas passa a depender da indústria, esta nova dinâmica da agricultura traz outros resultados, como, por exemplo, o processo de trabalho. A partir da década de 60, observou-se a formação de um setor de assalariados rurais em substituição às formas antigas de relações familiares, ou seja, "*...o processo de industrialização da agricultura permitiu a criação de um verdadeiro proletariado rural, estreitando-se a possibilidade de reprodução de formas independentes da pequena produção ou de formas em que o trabalhador mantém o controle do processo de trabalho*" (GRAZIANO DA SILVA, 1996:34)".

Importante observar que, como destacamos no capítulo 1, a via de desenvolvimento da agricultura brasileira, que levou à constituição dos complexos agroindustriais, e que implicou um processo de modernização da agricultura, deu-se sem que fosse alterada a estrutura fundiária. Exatamente por isso, ela é denominada por muitos estudiosos de uma modernização conservadora, que permitiu à agricultura cumprir as funções que dela se esperava sem reformas profundas em suas estruturas. Como destaca RANGEL (2000), aquela alternativa pagaria seu preço quando o chamado pelo autor D1 artesanal urbano já não absorvesse a força de trabalho desqualificada expulsa do campo.

2.2. Conseqüências do modelo de desenvolvimento rural baseado na modernização conservadora da agricultura.

O processo de modernização aprofundou as relações capitalistas de produção mediante o aumento da importância do assalariamento rural temporário. Este assalariamento, segundo AGUIAR (1997), foi parcial e precário devido ao aumento da sazonalidade e ao alargamento da monocultura em algumas áreas do país. A introdução de novas técnicas faz aumentar a sazonalidade do trabalho, pois, reduz a necessidade de mão-de-obra nas atividades de plantio e dos tratos culturais, concentrando-se na colheita, e também introduz a descontinuidade da ocupação, pois uma mesma atividade pode ser feita em menor tempo.

O crescimento da sazonalidade do trabalho foi analisado por KAGEYAMA (1986), citada por GRAZIANO DA SILVA (1999). Na década de 70, houve um aumento significativo do trabalho assalariado no campo (empregados permanentes e temporários), crescendo a um ritmo dez vezes superior ao das outras modalidades, fazendo com que a força de trabalho assalariada passasse de 23% para 350% do total da força de trabalho absorvida pelos estabelecimentos agropecuários. Outro dado interessante refere-se ao fato de que o aumento dos trabalhos temporários, entre 1970 e 1980, foi responsável por mais da metade de todos os empregos criados na agricultura brasileira ao longo da década.

Essa sazonalidade do trabalho na agricultura incorporou, principalmente, pequenos produtores, que, devido à insuficiência dos seus meios de produção, são obrigados a vender sazonalmente sua força de trabalho a outros estabelecimentos agropecuários. Os pequenos produtores foram responsáveis, em 1980, segundo estimativa de KAGEYAMA (1986), por dois terços da força de trabalho temporário utilizada nos estabelecimentos agropecuários, o que equivale a 2,9 milhões de pessoas em todo o Brasil.

Outra conseqüência do processo de modernização refere-se às longas jornadas de trabalho enfrentadas pelos agricultores familiares. Nas categorias de autônomos e não-remunerados, que incluem a maior parcela da produção familiar do setor agrícola, 27,7% das pessoas trabalham além da jornada legal (48 horas semanais). Essa categoria, em regiões mais modernizadas do país, alcança jornadas de trabalho acima de 48 horas semanais. A longa jornada de trabalho ocorre, porque os agricultores familiares inseridos na moderna agricultura, necessitam despender mais horas de trabalho, para

competir com as grandes propriedades modernizadas. Com relação à baixa produtividade das unidades familiares KAGEYAMA (1986) apresenta uma estimativa considerando o valor adicionado por unidade de força de trabalho como indicativo da produtividade do trabalho, assim, os estabelecimentos pequenos apresentam este valor bastante reduzido em comparação com estabelecimentos com grandes áreas. Nos de menos de 10 ha, a produtividade do trabalho equivale a apenas um quarto da produtividade alcançada pelos estabelecimentos de mais de 100 ha de área total. Considerando apenas um corte nos 100 ha, os estabelecimentos com área acima deste limite têm uma produtividade que é mais do que o dobro da observada abaixo desse limite.

O aumento da jornada de trabalho não representa um acréscimo de renda (tabela3). No Brasil, em 1980, 60,1% dos empregados agrícolas com renda até um salário-mínimo trabalhavam 40 horas ou mais (GRAZIANO DA SILVA, 1987).

Tabela 3. Proporção de empregados agrícolas com renda até um salário-mínimo trabalhando 40 horas ou mais por semana, São Paulo e Brasil, 1980 (porcentagem dos empregados).

Jornadas semanais	São Paulo	Brasil
40 a 48 horas	23,3	39,8
49 horas e mais	17,6	20,3
Soma	40,9	30,1

Fonte: Kageyama, 1985. Incluem-se os que declararam renda nula.

A pequena produção que não se modernizou está sujeita à subocupação permanente, resultado da impossibilidade de ocupar plenamente todos os seus membros devido à exiguidade de recursos produtivos, principalmente, a terra. KAGEYAMA (1986) apresenta as estimativas de que 5,9 milhões de trabalhadores familiares maiores de 15 anos estão subocupados (trabalham menos de 15 horas).

Assim, pode-se dizer que o processo de modernização agravou ainda mais a questão agrária devido ao seu caráter parcial. Ele foi parcial porque atingiu de maneira diferenciada as regiões, os produtos, os tipos de lavouras e, particularmente, os produtores, pois apenas uma parcela destes teve acesso aos créditos para a aquisição de

máquinas, equipamentos, insumos e sementes melhoradas, e continuaram apresentando baixos índices de produtividades.

Um exemplo da parcialidade em relação a região se faz presente nos dados sobre o número de hectares explorados por trator em São Paulo comparado com os dados do Brasil. São Paulo apresentava, em 1980, 85,5 tratores por 1000 pessoas ocupadas, enquanto o Brasil apresentava apenas 23,8 tratores por 1000 pessoas ocupadas (Quadro 1). GRAZIANO DA SILVA (1987) apresenta estes dados e mostra que apenas 32,1% dos estabelecimentos agropecuários do país utilizavam adubação, enquanto que em São Paulo 77,7% dos estabelecimentos agropecuários utilizavam adubação.

Quadro 1. Indicadores de modernização da agricultura: São Paulo e Brasil, 1960-1970-1980.

Indicadores	São Paulo			Brasil		
	1960	1970	1980	1960	1970	1980
Ha explorados por trator	641	277	134	3407	1483	572
Tratores por 1000 pessoas ocupadas	n.d.	43,3	85,5		8,9	23,8
Estabelecimentos que usam adubação (%)	26,6	47,5	77,7	13,2	18,6	32,1
Despesas por ha explorado (Índice: SP/1970 = 100)	n.d.	100	178	n.d.	28	46
Despesas por pessoa ocupada (Índice : SP/1970 = 100)	n.d.	100	171	n.d.	31	53

n.d. - Dado não-disponível ou não-comparável.

Fonte: Kageyama (1986) a partir dos Censos Agropecuários.

O processo de modernização conservadora da agricultura também foi responsável pelo aumento do êxodo rural. Pelos dados da tabela 4, verificamos que a participação relativa da população economicamente ativa rural na força de trabalho total do país tem diminuído a cada ano. Em 1940, essa participação era de 66,7%, em 1970, caiu para 44,6% e, nos de 1990, era de apenas 24%. Segundo ROMEIRO (1994), esse êxodo rural acentuado na década de 70 explica-se pela combinação entre a intensificação dos fatores de expulsão ligados às transformações nas relações de trabalho no campo e à ampliação das oportunidades de trabalho no setor urbano-industrial.

Tabela 4. Participação relativa da população economicamente ativa rural na força de trabalho total

Anos						
1940	1950	1960	1970	1980	1985	1990
66,7	60,5	54,4	44,6	30,1	28,5	24,0

Fonte: FIBGE

Com relação às oportunidades de trabalho no setor urbano-industrial, GRAZIANO DA SILVA (1996) aponta algumas perspectivas para os anos 90, no sentido dos setores urbanos não absorverem os imigrantes do campo. Ele analisa que, nos anos 70, houve um saldo positivo de 13,2 milhões de novos postos de trabalho, metade dos quais nas indústrias de transformação (+ 4 milhões) e na construção civil (+ 1,5 milhões), sendo que o perfil desses novos postos de trabalho exigia pessoas de pouca qualificação e trabalho repetitivo para a grande indústria de base fordista. Já nos anos 1981/89, houve também um saldo positivo de 12,7 milhões de novos postos de trabalho, sendo que 20% apenas na indústria de transformação (+2,4 milhões) e na construção (+0,4 milhão). As atividades que mais aumentaram foram de comércio, de mercadorias, serviços de alojamento, alimentação e serviços públicos e sociais, mostrando que existe um novo perfil nesses empregos, ou seja, exigem mão-de-obra mais qualificada.

A modernização conservadora atua também na concentração fundiária, decorrendo do fato de que a propriedade da terra é condição para a obtenção de créditos subsidiados. Quanto maior a extensão territorial da propriedade maior poderia ser o montante de créditos. Este processo levou à expulsão dos pequenos produtores de suas terras, e estes transformaram-se em colonos, parceiros e moradores, trabalhadores volantes ou migraram para as grandes e médias cidades.

A concentração de terra nas mãos de poucos sempre foi uma característica marcante da estrutura fundiária brasileira. Se observarmos os dados da tabela 5, podemos constatar que em 1940, a estrutura fundiária já se apresentava concentrada, 1,5% dos proprietários dos estabelecimentos agrícolas com mais de 1.000 ha, o que corresponde a 27.812 unidades ocupavam uma área de 95,5 milhões de ha, isto é, 86% dos proprietários dos estabelecimentos agrícolas com menos de 100 ha, correspondente a 1.630.000 unidades, ocupavam uma área de apenas 35,9 milhões de hectares, menos, portanto, de 19% das áreas.

Ao analisarmos os dados de 1985, verificamos que esta realidade se agravou ainda mais. Pelos dados da tabela 5, constatou-se que 0,9% dos proprietários dos estabelecimentos agrícolas com área superior à 1.000ha, 50.105 unidades, ocupavam uma área de 164, 7 milhões de hectares, ou 44% do total das terras, mais de 90% dos proprietários dos estabelecimentos agrícolas com menos de 100ha, 5.252.265 unidades, ocupavam uma área de apenas 79,7 milhões de hectares, ou 21% do total das terras.

Portanto, o Brasil apresenta uma estrutura fundiária altamente concentrada, e o que é pior, esta concentração aumentou ainda mais no período em que foi implantado um modelo de modernização de base técnica da agricultura.

Tabela 5. Estrutura fundiária - Brasil - 1940 a 1985

Classes de área (ha)	Número de estabelecimentos						
	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985
Total	1.904.508	2.064.642	3.337.769	4.924.019	4.993.252	5.159.851	5.834.779
Menos de 10	654.557	710.934	1.495.020	2.519.630	2.601.860	2.598.019	3.085.841
10 a 100	975.438	1.052.557	1.491.415	1.934.392	1.898.949	2.016.774	2.166.424
100 a 1.000	243.818	268.159	314.746	414.746	446.170	488.521	518.618
1.000 a 10.000	26.539	31.017	30.883	35.425	39.648	45.496	47.931
10.000 e mais	1.273	1.611	1.597	1.449	1.820	2.345	2.174
Área total (ha)							
menos de 10	2.2.898.439	3.025.372	5.952.381	9.083.495	8.982.646	9.004.259	10.029.780
10 a 100	33.112.160	35.562.747	47.566.290	60.069.704	60.1710637	64.494.630	69.678.938
100 a 1.000	66.184.999	75.502.717	86.029.455	108.742.676	115.923.043	126.799.188	131.893.557
1.000 a 10.000	62.024.817	73.903.482	71.420.904	80.059.162	89.866.944	104.548.849	108.397.132
10.000 e mais	33.504.832	45.008.788	38.893.112	36.190.429	48.951.812	60.007.780	56.287.168
Total	197.720.247	232.211.106	246.862.142	294.145.466	323.896.082.363	363.854.421	376.286.577

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Diante das transformações ocorridas, especialmente, entre a agricultura e indústria, entre o rural e o urbano, e, notadamente, devido às consequências do modelo de desenvolvimento rural anteriormente descrito, que causou e ainda causa impactos negativos ao meio ambiente e sobretudo gera concentração de riquezas e renda no país, acreditamos ser necessário um novo modelo de desenvolvimento rural.

Neste sentido, adotamos a interpretação feita por José Eli da Veiga no livro “A face rural do desenvolvimento – natureza, território e agricultura”(VEIGA: 1997 e 2000). Nele, este autor defende que:

“...não existe desenvolvimento rural que possa ser separado e independente do desenvolvimento urbano, tanto quanto não pode existir um desenvolvimento agrícola que dispense o desenvolvimento comercial e industrial. O desenvolvimento é um processo complexo e multifacético que impõe esse tipo de recortes para efeito de análise, sem que isso signifique que possam existir como fenômenos concretos” (VEIGA, 2000:12).

Assim, apresentaremos no tópico seguinte as discussões acerca de um novo modelo de desenvolvimento rural, baseado, agora, no desenvolvimento local e que pode fortalecer a justificativa da defesa de uma reforma agrária massiva em pleno século XXI.

2.3. Questão agrária e Desenvolvimento Local

Diante do que foi exposto, justifica-se um modelo de desenvolvimento que não se resuma, como os anteriores, apenas ao crescimento econômico, um modelo de desenvolvimento que integre dimensões sociais, econômicas e políticas. Assim, o processo de desenvolvimento deve considerar as várias formas de integração e troca entre os espaços e setores de um determinado território, em substituição do enfoque que segmentava as relações entre rural e urbano, buscando uma ação integrada entre Estado e sociedade, articulando e envolvendo todos os segmentos e atores sociais na implementação de um projeto de desenvolvimento.

Em primeiro lugar, devemos pensar o local não apenas como limite geográfico ou territorial, mas, sim, mediante as relações que ocorrem dentro desse espaço. Segundo

JARA (1999), o local não pode ser reduzido ao espacial, ao geográfico. De acordo com o autor, o local "*... diz respeito a relações sociais e políticas dentro de uma fronteira, de um espaço territorial*" onde o destaque deve ser dado à "*...rede de relações (dominação, cooperação, reciprocidade, conflito, participação, exclusão, etc,...) que embasam determinadas práticas e comportamentos*" (JARA, 1999:296). O que constitui o local são as relações, se queremos saber o que caracteriza um certo tipo de realidade local, temos que conhecer as relações. Se queremos mudar essa realidade, combater a pobreza, temos que transformar as relações existentes (JARA, 1999).

Para JARA (1999), o local dever ser visto além do seu limite territorial, da sua fronteira espacial, pois esta é apenas simbólica. A verdadeira territorialidade deriva da vivência cultural e histórica das comunidades que habitam um determinado local. Ou seja, "*...toda a comunidade, toda etnia, toda nação se objetiva em um determinado território. E isso significa, via de regra, um tipo de relação cultural com a terra, um conjunto de grupos sociais conectados a uma malha de poder, memória e sonhos coletivos, uma comunhão com um conjunto de valores, atitudes e representações coletivas que modelam os comportamentos*" (JARA, 1999:296).

No mesmo sentido, CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA (1999) argumentam que o local representa o agrupamento das relações sociais, é onde os homens estabelecem relações, onde as instituições públicas e locais atuam para regular a sociedade. Representa, assim, o lugar de encontro das relações de mercado e formas de regulação social, que, por sua vez, determinam formas diferentes de organização da produção e diferentes capacidades inovadoras, tanto para produtos como para processos, levando a uma diversificação de produtos apresentados ao mercado não simplesmente com base no custo relativo de fatores.

O local pode representar um espaço sócio territorial, podendo ser um município ou uma região compreendendo vários municípios, onde se passam as ações definidas pelo desenvolvimento local integrado e sustentável. Neste conceito, as políticas de âmbito local não se contrapõem às políticas nacionais. Portanto, o desenvolvimento refere-se a uma nova dinâmica sócio-econômica, capaz de, a partir do local de encontro de ações do Estado e da sociedade, independente do seu tamanho, potencializar resultados em virtude das parcerias interinstitucionais, que ali podem ser mais facilmente celebradas, e da convergência e integração das políticas e dos programas, que acabam coincidindo (FRANCO, 1998).

Para SALGADO (1996), o local pode ser entendido como o município, já que:

“O município é a instância em que se torna mais viável a implementação de processos de gestão que gere bem-estar, que permita acesso aos bens culturais, que melhore a qualidade de vida, focalizando toda a atenção no cidadão. É no município que fica mais clara a estranha distribuição de riquezas, o papel deficiente do Estado/Poder Público e a falta de articulação das políticas econômicas e sociais. Foi no município que primeiramente deixou-se de falar em confronto entre o Estado e a sociedade civil. É nele que se tem buscado, com mais força, formas de inter-relação para aumentar a capacidade de gestão efetiva”(SALGADO, 1996:49).

Segundo SALGADO (1996), os municípios já começam a enfrentar urgências sociais que transcendem, por suas características, as intervenções limitadas e pontuais que assumiam anteriormente. Os problemas de habitação, saúde, educação, emprego, alimentação etc, começam a constituir preocupações cotidianas de muitas prefeituras. O município possui um papel importante para o desenvolvimento, não só econômico, mas, sobretudo para o desenvolvimento humano. Desenvolver o município é, principalmente, melhorar a qualidade dos serviços aos cidadãos e procurar o desenvolvimento humano ao mesmo tempo que o econômico.

Analisando as experiências municipais, SALGADO (1996) relata que, apesar de não existir uma sistematização sobre como pode ocorrer a intervenção do município numa área tão ligada a variáveis macroeconômicas, essas experiências municipais têm demonstrado ser uma referência da capacidade local de dar respostas aos problemas de desenvolvimento, de colaborar com o setor privado e com as organizações sociais e de influir de forma significativa em ações, aparentemente, fora dos governos locais, como é o caso, por exemplo, da adoção de programas que garantam uma renda mínima, implicando mudanças na distribuição de renda.

As experiências municipais, ainda de acordo com SALGADO (1996), também estão assumindo iniciativas de maior complexidade, como, por exemplo, as experiências significativas na área do abastecimento, desde as mais simples, como a feira do produtor, às mais complexas, algumas envolvendo produção, circulação, transformação, comercialização e consumo. A relação direta entre o consumidor e o produtor melhora a

qualidade de vida das comunidades urbana e rural, interferindo, inclusive, na distribuição de renda. O abastecimento começa a ser concebido como componente da política de desenvolvimento municipal, responsável pelas funções sociais das cidades e pela garantia do bem-estar de seus habitantes. Tende a passar a ser o foco da administração municipal, que tem autonomia para legislar sobre ele e geri-lo, de forma complementar às esferas estadual e federal, como ocorre com qualquer outro assunto de interesse local.

O desenvolvimento local, além de ser uma estratégia econômica, é, sobretudo, um campo experimental de novas práticas políticas (construção de espaços étnico-políticos, de novas institucionalidades participativas e de novos modelos de gestão de políticas públicas, governamentais e não governamentais), novas práticas sociais (implementação de estratégias inovadoras de desenvolvimento social baseadas na parceria Estado-sociedade) e celebração de pactos sociais territoriais e novas práticas de desenvolvimento (experimentação de novos padrões de produção e consumo).

Para JARA (1999), o desenvolvimento local presta-se a várias interpretações. *"É visto como processo endógeno de mudanças capazes de melhorar as condições de vida, produção e trabalho, que se localizam em espaços territoriais menores, ou como desenvolvimento em escala comunitária, municipal ou microrregional orientado por princípios de sustentabilidade, equidade social, eficiência econômica, democracia política, conservação ambiental e diversidade cultural"* (JARA, 1999: 296).

As conclusões da Oitava Rodada de Interlocução Política do Conselho da Comunidade Solidária (março de 1998) definiram da seguinte forma o conceito sobre desenvolvimento local integrado e sustentável:

"É um novo modo de promover o desenvolvimento, que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas, descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas, além de fomentar o intercâmbio externo, aproveitando-se de suas vantagens locais." (FRANCO, 1998:54)

No local, é possível identificar melhor os problemas, aproveitar melhor as oportunidade e habilidades e exercer um controle mais democrático das ações sociais. Esse controle social depende, então, da capacidade dos atores sociais de se organizarem

e participarem nos processos de decisão política. Esta capacidade, adquirida pelos atores sociais, em promover ações organizadas localmente, voltadas para diminuir barreiras e aproveitar oportunidades para o desenvolvimento de seu território, vem sendo chamada de capital social ¹⁰. O desenvolvimento local, então, pode significar o desenvolvimento de capital social, pois, por meio deste, é possível mudar a correlação de forças, oferecendo maiores condições de participação aos cidadãos nas decisões políticas, descentralizando o controle do poder público.

Assim, o desenvolvimento local ganha importância no sentido de maior democratização local, como alternativa de intervenção articulada de novos atores sociais e políticos na reorientação da ação do Estado, no sentido de atender aos objetivos de construção da cidadania e da melhoria da qualidade de vida.

A aplicação de políticas públicas no desenvolvimento local deve seguir a concepção "de baixo para cima", pois assim é possível levar em conta as diferenças físicas, tratar das diferenças econômicas e sociais entre as distintas regiões e localidades, dando prioridade aos problemas locais e tendo como pano de fundo a diminuição das desigualdades sócio-econômicas, tanto intra como inter-regionais. Já as políticas orientadas sob a concepção "de cima para baixo" não se preocupam em tratar as diferenças entre locais e regiões, estando mais voltadas para resultados macro-econômicos, em que o contexto social quase sempre tem caráter coadjuvante.

Caminhando nesse entendimento, as resoluções da Oitava Rodada de Interlocução Política do Conselho Comunidade Solidária apontam no sentido de que a gestão das políticas públicas deve ser implementada de baixo para cima, buscando, ao mesmo tempo, uma nova relação entre Estado e sociedade (articulação, descentralização, parceria, transparência, controle social, participação) e uma integração entre as políticas públicas em nível federal, estadual e municipal.

Para BAVA (1996), um modelo alternativo de desenvolvimento requer a combinação de políticas de âmbito nacional com projetos de desenvolvimento regionais

¹⁰ Segundo PUTMAN (1999), capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. O capital social corresponde a recursos cujo uso abre caminho para o estabelecimento de novas relações entre os habitantes de uma determinada região. O capital social para PUTMAN (1999), é definido como um conjunto de recursos e de poderes efetivamente utilizáveis. A acumulação de capital social é um processo de aquisição de poder e até de mudança na correlação de forças no plano local. ABRAMOVAY (2000) utiliza a definição de capital social como um instrumento para a solução dos dilemas da ação coletiva. A acumulação de capital social é um processo de aquisição de poder e até de mudança na correlação de forças no plano local.

e locais. As reformas de âmbito nacional, no sentido de atender aos interesses coletivos, necessitam de atores sociais coletivos e alianças políticas com grande força e capacidade de mobilização, em que as práticas cotidianas de defesa da cidadania, o fortalecimento dos atores sociais coletivos, como agentes promotores do desenvolvimento, o processo de descentralização das políticas públicas e o fortalecimento dos municípios enquanto esferas autônomas de governo, permitem a melhoria na qualidade de vida dos cidadãos.

O que se destaca num projeto de desenvolvimento local desse tipo é a possibilidade de articular, com base nas iniciativas dos governos locais, um conjunto heterogêneo de forças sociais locais, viabilizando a produção de *specialities*, eliminando atravessadores, estimulando micro e pequenas empresas, formas cooperadas de produção e comercialização de produtos e serviços, enfim, articulando e estimulando uma série de iniciativas que abram novas oportunidades de trabalho, distribuição de renda e mercado (BAVA, 1996).

Dessa maneira, espera-se que o desenvolvimento empresarial deve estar mais bem preparado para mercados cada vez mais competitivos, e, para tanto, esse desenvolvimento precisa estar integrado a um processo de desenvolvimento municipal, porque, em princípio, a empresa agropecuária não pode ser competitiva apenas pelos seus esforços, é o município que cria as condições de competitividade. Neste sentido, o associativismo e o cooperativismo assumem importantes papéis, não só no sentido empresarial (produtividade, baixos custos de produção, qualidade e quantidade de produtos para o mercado), mas, principalmente, no sentido de promover espaços de participação, dando acesso ao poder, e no sentido de ganhar poder na sociedade local para influenciar nas decisões (JARA, 1999).

A viabilidade desse modelo de desenvolvimento requer a participação da sociedade civil e a parceria entre esta, o Estado e o mercado. Podendo, por meio dessas parcerias, haver incrementos de capital propriamente dito e, sobretudo, de capital humano e social (FRANCO, 1998).

A dinâmica econômica esperada por esse tipo de desenvolvimento não pode ficar inteiramente ao sabor do mercado, ela requer uma diversidade e complementaridade econômica, em que as iniciativas e empreendimentos devem maximizar as potencialidades de produção, comércio, serviços e consumo locais (FRANCO, 1998).

Alguns autores consideram que o processo de globalização, por um lado, pode representar uma força motora de valorização do espaço local, pois o novo padrão de competitividade imposto pelas transformações nos processos produtivos (natureza e intensidade da revolução científica e tecnológica) e na organização econômica (liberalização e integração dos mercados de bens e serviços) pode abrir novos espaços de desenvolvimento, oferecendo oportunidades para os mercados locais e regionais, podendo surgir oportunidades para produtos locais nos mercados externos, com base na sua especificidade, explorando sua diversidade. É o caso do exemplo citado por GRAZIANO DA SILVA & CAMPANHOLA (1999) sobre as redes internacionais de alimentos, um caso bastante estudado, o das frutas, que estão expostas às exigências específicas dos diferentes mercados consumidores quanto à qualidade dos produtos e outras preferências culturais, que acabam por definir diferentes distribuições espaciais de atividades, e que trazem conseqüências para a economia local. É importante, porém, ressaltar que o processo de globalização não é um fenômeno homogêneo, não ocorrendo com a mesma intensidade em todos os países, locais e regiões, pois depende da atratividade que oferecem às redes globais, podendo acentuar ainda mais as diferenças entre nações e regiões.

Para CAMPANHOLA & GRAZIANO DA SILVA (1999), a globalização, numa aparente contradição, está estimulando a reorganização local. Na medida em que o processo de globalização provoca uma fragmentação do espaço, a força centralizadora do Estado vai diminuindo, ao mesmo tempo em que aumenta a necessidade de intervenção e organização das instâncias locais na mobilização da sociedade. Assim, o processo de descentralização, transferência de competências e atribuições do governo federal à esfera municipal e dos estados, pode ter um papel importante no desenvolvimento local, um vez que é capaz de promover atividades de participação e associativismo, cria espaços democráticos com novos canais de comunicação entre governo e sociedade e é possível apreender melhor as condições e potencialidades locais.

Algumas experiências européias têm caminhado no sentido da descentralização. NAVARRO YÁNEZ (1997), no mesmo sentido dos autores anteriores, ressalta que, devido à globalização, é possível vislumbrar um processo geral de descentralização dos governos centrais para os governos locais, o que pode levar a sistemas de governo, em nível municipal, que ofereçam maiores oportunidades de participação dos cidadãos nos

processos de decisão coletiva. Esta abertura de novas oportunidades aos cidadãos no sentido de participarem da construção de seu futuro coletivo com base no contexto local, redefinindo o papel do governo e da sociedade local, é chamado, pelo autor, de novo localismo.

Porém, GRAZIANO DA SILVA adverte que, no Brasil, embora a municipalização/descentralização tenha um papel importante para o desenvolvimento local, a prática tem mostrado muitas dificuldades advindas de uma cultura autoritária, clientelista e pouco participativa. A municipalização/descentralização deve ser utilizada de forma mais eficiente com a participação dos diferentes segmentos da sociedade.

Entre as principais estratégias do desenvolvimento local integrado e sustentável, estão a parceria institucional e a capacitação de agentes de desenvolvimento. Estes agentes devem ser governamentais, empresariais e da sociedade civil, voluntários e remunerados (FRANCO, 1998).

Dentro do contexto do desenvolvimento local, o meio rural deixa de ser visto como um setor isolado do meio urbano, com atividades exclusivamente agrícolas. Ele, ao contrário, possui um papel importante no sentido de dinamizar a economia local, ofertando produtos e matérias-primas, representando um potencial mercado consumidor. Isto ocorre, sobretudo, onde os estabelecimentos rurais estão representados, em sua maior parte, por agricultores familiares, pois são importantes geradores de emprego e possuem grande capacidade de diversificar seus negócios, acompanhando a tendência da pluriatividade, isto é, são capazes de gerar renda, por meio de atividades agrícola e não-agrícolas, dentro e fora da propriedade rural, conseguindo, desta forma, explorar melhor as potencialidades naturais, culturais, econômicas etc. do meio onde vivem (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

JARA (1999), analisando o papel dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento no desenvolvimento local brasileiro, destaca que devido ao quadro crítico que envolve a administração pública brasileira e considerando esses relacionamentos negativos - tais como clientelismo, nepotismo e corrupção -, bem como os processos de ajuste que enxugam o tamanho da máquina pública, algumas agências governamentais precisam operar por meio de mecanismos locais - canais de participação social, que lhes permitam gerenciar suas atividades de forma desconcentrada e descentralizada. Precisam, em teoria, de mecanismos sociais que aliviem a sobrecarga burocrática, estimulem relações de transparência, ajudem a enfrentar a crise de legitimidade e,

especialmente, desenvolver um senso de governabilidade. Uma governabilidade que se promove mediante um esquema local democrático de processamento de conflitos.

Assim, os conselhos municipais podem representar uma série de mudanças sociopolíticas, culturais e institucionais na sociedade local, levando, simultaneamente, a processos maiores de distribuição de poder, descentralização, modernização e reforma institucional, sendo possível, então, dar governabilidade aos grupos sociais tradicionalmente excluídos. É o que o autor chama "empoderamento", pelo qual, os conselhos municipais são capazes de mudar as posições sociais, permitindo a distribuição de poder, pois as pessoas têm melhores condições de controlar suas próprias vidas, possibilidade de interferir no futuro, de mudar acontecimentos e, principalmente, de influenciar na tomada de decisões.

BUARQUE (1999) aponta o desenvolvimento de assentamentos da reforma agrária como forma particular de desenvolvimento local, pois, apesar destes não terem a aderência político-administrativa do setor público (municipalidade), apresentam uma grande homogeneidade social e econômica e capacidade de organização comunitária. Em termos de escala, os assentamentos podem ser menores que o espaço municipal (contido em determinado município) ou cortar mais de um município, estabelecendo relações de parceria político-institucional com diversas instâncias.

Desta forma, passaremos a apresentar as formas pelas quais a reforma agrária pode apresentar-se como uma estratégia de desenvolvimento local.

2.4. Reforma agrária como estratégia do Desenvolvimento local.

O entendimento da reforma agrária como estratégia para um novo modelo de desenvolvimento deve passar necessariamente, pelas mudanças que estão ocorrendo nas relações entre campo e cidade e, também, pela nova maneira como vem sendo enfocado o próprio desenvolvimento, não apenas como um espaço físico, mas, sim, abrangendo um conjunto de relações econômicas, sociais, culturais, atribuindo ao local um papel estratégico no desenvolvimento. Neste sentido, os assentamentos de reforma agrária podem representar uma importante estratégia para o desenvolvimento, não só rural, mas, sobretudo, local.

Os assentamentos rurais de reforma agrária podem ser vistos como criadores de capital social, pois a sua constituição acarreta a introdução de novos elementos e agentes, que ocasionam alterações nas relações de poder local. MEDEIROS (1999) argumenta que o simples fato de ocorrer uma desapropriação significa o reconhecimento do conflito por parte do Estado, proporcionando sua intervenção no sentido da desapropriação. Assim, acontecem alterações nas relações sociais, visto que ela envolve graus diferenciados de negociação com o proprietário, que pode ou não fazer parte da elite local, e, também, diversas agências públicas, estatais ou não, voltadas para a implantação e viabilização do assentamento, passam a atuar na região.

Em muitos locais, constitui-se ainda, uma dinâmica mais participativa do que a tradicionalmente existente nos municípios brasileiros, assim, o simples fato da criação de uma associação inaugura uma prática política por vezes desconhecida regionalmente, podendo indicar alterações na cultura política local com claro avanço da própria democracia local.

Um assentamento também implica a formação e a organização de lideranças. Segundo LEITE (1999), estas lideranças acabam, muitas vezes, participando dos processos políticos locais, tornando-se porta-vozes do grupo e de suas demandas. O autor cita o exemplo de inúmeros casos de assentados que disputam o cargo de vereadores e até mesmo prefeituras, sendo comum, também, a sua participação nas disputas sindicais, presença de conselhos de diferentes tipos, cooperativas locais, associações etc. O autor ressalta que atuar nesses espaços implica ter poder de falar pelos e para os assentados e, conseqüentemente, buscar ser ouvido/legitimado por estes e pela sociedade.

Esse é o caso do estudo feito por LOPES (2000), sobre o poder local e a participação política nos assentamentos rurais de Sergipe. Ele constata que, em alguns municípios onde foram constituídos assentamentos, por meio de ocupações de terra organizada por movimentos sociais, ocorreu uma mudança no poder político local, em que os assentados têm conseguido, embora de forma tímida, produzir fraturas no modelo de subordinação ao poder local constituído, apoiando candidatos do próprio assentamento, disputando espaço político com os grupos dominantes. Os assentados e/ou filhos de assentados têm participado das disputas eleitorais como vereadores e passaram a ter maiores oportunidades de representar seus interesses frente à sociedade mediante a ocupação de cargos expressivos, como, por exemplo, na Comissão Estadual

do PROCERA (Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária), na presidência da Associação Central de Pequenos Produtores da região Centro-sul, e desta forma, conseguiram atender a uma série de necessidades do assentamento, como moradia, recursos de financiamento para a produção agrícola, água, energia elétrica etc.

FURTADO & FURTADO (1998), analisando a repercussão da reforma agrária no desenvolvimento local no Nordeste, chama a atenção para a importância da capacitação técnica como instrumento imprescindível nesse processo de desenvolvimento. Essa capacitação deve ser formativa, reflexiva, interativa e continuada, possibilitando que o sujeito, pela construção do conhecimento prático, consiga agir sobre a realidade em que está inserido. Assim, a partir desse processo de construção coletiva é possível a formação de novos atores sociais. Esse autor mostra ainda que mediante o trabalho de capacitação dos atores sociais feito pelo INPA, o assentamento Oitica I (Ceará), apesar de passar por muitas dificuldades, dá sinais de que o processo de reforma agrária pode ser um importante instrumento no desenvolvimento local. Alguns indicadores são apresentados, como: os assentados estão confiando mais uns nos outros e, principalmente, governando o assentamento em conjunto, existindo uma participação maior, inclusive de mulheres e jovem, no sentido de decidir e encaminhar as questões; desprivatizaram-se as terras do assentamento, ou seja, passaram a ter controle pelo coletivo, com a retirada de cercas; os projetos coletivos (trator, casa de farinha, irrigação) que antes estavam abandonados foram retomados; foi possível obter por meio da prefeitura ou governo de Estado, alguns benefícios sociais nos campos da saúde e educação; houve uma queda, para quase zero, na mortalidade dos bovinos, com aumento da produção de leite, em função do manejo, melhoria da alimentação e vacinação; aumento da produção e produtividade de culturas alimentares como milho e feijão, com mais assentados produzindo melhor, porque se desprivatizaram áreas, o trator atendeu a todos e, no momento certo, antes do plantio, o sistema de irrigação passou a ser utilizado por todos os assentados, que passaram a cumprir dias de trabalho nas áreas comuns.

Como destacamos anteriormente, o desenvolvimento local implica, também, um processo articulado de desenvolvimento econômico entre o urbano e rural, gerando oportunidades de trabalho e renda. Através do assentamento, ocorre, também, a reivindicação de algumas demandas como: saúde, educação, transportes, estradas, apoio à produção etc. E isto acaba beneficiando o município e, em alguns casos, toda a região.

Neste sentido, o Instituto de Terras de São Paulo (ITESP) mostra que os assentamentos podem provocar uma dinamização no comércio local e regional, estimulando a abertura de novos estabelecimentos, gerando novos empregos, promovendo maior circulação de recursos e captação de impostos. A geração de empregos e de serviços se dá não só pelo maior volume de negócios no comércio local, mas especialmente na produção agropecuária. Os serviços de preparo de solo e outras operações, usualmente, são contratados de terceiros, com ênfase para a época da colheita, quando a demanda por mão-de-obra supera a capacidade de trabalho das famílias. Surge, na região, uma grande demanda por serviços especializados, tais como perfuração de poços (do tipo cacimba, para uso doméstico), construção de cercas, instalação de currais, galpões e demais estruturas ligadas à produção, serviços de manutenção mecânica, serviços bancários, cartórios, assistência médica, transportes, lazer etc. Segundo o ITESP (1998), um indicador que ajuda a avaliar os impactos na economia regional, em que se inserem os assentamentos, é a evolução da arrecadação de ICMS. Após a implantação do assentamento em Promissão (1987/88), há um crescente aumento na arrecadação de ICMS, refletindo as transformações na economia local. Em Mirante do Paranapanema, a partir de 1995, ano de implantação do assentamento, observa-se um aumento na arrecadação de ICMS de 148%. O salto na arrecadação pode ser creditado ao assentamento, já que, não existem grandes empreendimentos ou outros fatores relevantes que justifiquem este aumento.

Além das demandas, os assentamentos trazem também a possibilidade de acesso a recursos antes inexistentes. Um exemplo é o PROCERA (Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária), mecanismo de crédito que pode estar provocando dinamização nos mercados locais, especialmente, em pequenos municípios, por meio da compra de sementes, insumos agrícolas, material de construção etc. (MEDEIROS, 1999).

Um exemplo, citado por ABRAMOVAY (1994), na região de Cruz Alta (RS), onde os assentamentos possuem produtividades superiores às médias municipais, estes representam um mercado de consumo de bens industriais, e uma forma de valorização do meio rural, cujo cálculo econômico pode não ser imediato, mas cujos efeitos sociais são óbvios. Foi feito um estudo comparativo da área onde estão situados os projetos de assentamento no momento da desapropriação (três em 1968, um em 1983, dois em 1985 e dois em 1988), e em 1989, constatou-se um aumento significativo no número de escolas, mercados, lojas, tratores implementos, indústrias caseiras etc.

Desta forma, os assentamentos de reforma agrária podem representar uma estratégia para o desenvolvimento local, tanto no que diz respeito à melhoria de vida das famílias beneficiadas por esses projetos, em termos sociais, econômicos e políticos, quanto para o desenvolvimento do município em que estão inseridos. É o que demonstraremos no capítulo seguinte, por um estudo de caso realizado no assentamento Nova Santo Inácio e Ranchinho e no município de Campo Florido.

Capítulo 3. O assentamento Nova Santo Inácio e Ranchinho e os impactos sobre o município de Campo Florido

Como destacamos anteriormente, o desenvolvimento local implica novas práticas políticas, sociais e econômicas, que levam, por sua vez, a um controle mais democrático das ações político-sociais, uma intervenção mais articulada entre os diferentes atores sociais, uma integração entre políticas públicas em nível federal, estadual e municipal, formas cooperadas de produção e comercialização, objetivando, por fim, a construção da cidadania e da melhoria da qualidade de vida e novas oportunidades de trabalho e renda.

Além disso, aqui, estamos partindo do princípio de que o desenvolvimento local deve ser entendido como um processo em que não se realiza o corte rural-urbano. Pelo contrário, o que pretendemos demonstrar é que uma perspectiva integradora campo-cidade pode provocar uma maior dinamização do desenvolvimento municipal.

Assim, com base no estudo de caso do assentamento Nova Santo Inácio e Ranchinho e do município de Campo Florido, serão apresentados alguns indicadores de como os assentamentos de reforma agrária podem representar uma estratégia para o desenvolvimento local. Para tanto, analisamos o processo de geração de renda das famílias assentadas, as condições de saúde, habitação, infra-estrutura e lazer do assentamento, bem como as condições ambientais. Logo em seguida, serão analisados alguns indicadores dos impactos que o assentamento ocasionou no município de Campo Florido, como: a evolução da arrecadação e geração de recursos, o surgimento de novos estabelecimentos comerciais e a inserção política e social dos assentados na vida política do município

3.1. O assentamento Nova Santo Inácio e Ranchinho

O processo de luta pela terra que deu origem ao assentamento Nova Santo Inácio e Ranchinho teve início no município de Iturama-MG, em 1989, cidade natal da maioria das famílias. Inicialmente esse movimento contou com a presença de 22 famílias,

chegando a ter, em determinado momento, 400 famílias. No decorrer do processo de acampamento, algumas foram desistindo, e chegou-se ao final com 115 famílias, que participaram do processo de assentamento.

A primeira ocupação feita pelo grupo deu-se na fazenda Colorado, em Iturama, em 1989, também na região do Triângulo Mineiro, de onde foram despejados indo acampar às margens da rodovia BR-497.

Novamente no município de Iturama, as famílias de sem terra ocuparam a fazenda Varginha e foram novamente despejadas mediante ação policial. O INCRA, então, iniciou o processo de desapropriação das fazendas Santo Inácio e Ranchinho no município de Campo Florido, também na região do Triângulo Mineiro, distante cerca de 200 Km de Iturama.

As famílias permaneceram acampadas em área próxima a essas fazendas enquanto aguardavam o lento desenrolar do processo de desapropriação. A entrada definitiva na área do assentamento ocorreu em Maio de 1993, com 108 famílias e, após a redefinição das áreas de reserva legal, com mais 7 famílias.

As 115 famílias permaneceram acampadas na área do assentamento durante 1 ano e 5 meses, enquanto aguardavam o INCRA realizar o parcelamento da área. Nesse período, os acampados plantaram, em área coletiva, cerca de 250 ha com arroz, milho, gergelim e amendoim, todos destinados ao autoconsumo.

O assentamento Nova Santo Inácio/Ranchinho foi criado, oficialmente pela Portaria INCRA nº 392, de 26 de maio de 1994, com 115 parcelas. O quadro 2 mostra que existem 8 lotes de 15 a 20 ha, 39 de 20 a 25 ha, 49 de 25 a 30 ha, 18 de 30 a 35 ha, e mais 923,00 ha, que compreendem as áreas de reserva coletiva, da sede da associação e da escola. O assentamento localiza-se nas antigas fazendas Santo Inácio e Ranchinho, que pertenciam a um único proprietário e cujas áreas contíguas somam 3.958,62 ha.

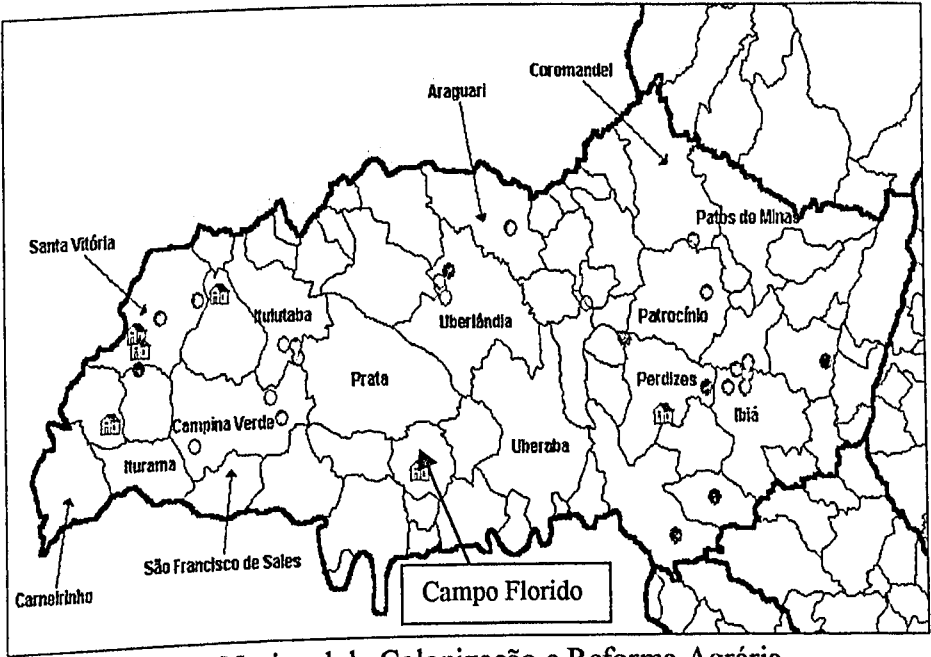
Quadro 2. Resumo dos dados básicos sobre o assentamento

Nome do Assentamento	Área (ha)	Nº de fam.	Data de criação	Tamanho dos lotes	Representação dos beneficiários
Ranchinho / Nova Santo Inácio	3.958	115	26/05/95	8 de 15 a 20 39 de 20 a 25 49 de 25 a 30 18 de 30 a 35	Associação Nova Santo Inácio /Ranchinho
Município	UF	Microrregião Homogênea		Mesorregião	
Campo Florido	MG	Uberaba		Triângulo Mineiro	

Fonte: Plano de consolidação do assentamento Nova Santo Inácio e Ranchinho. Programa INCRA/BID.

O assentamento está localizado no Município de Campo Florido, no Estado de Minas Gerais, distante 580 Km de Belo Horizonte, 88 Km de Uberaba, 140 Km de Uberlândia, 200 Km de Ribeirão Preto e 12 Km da sede do município, seguindo pela BR-262, que corta a área do assentamento em trecho não asfaltado (Figura 1).

Figura 1. Localização do município de Campo Florido no Triângulo Mineiro.



Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

A fazenda onde se localiza hoje o assentamento era de propriedade de três irmãs, resultado de herança familiar. Nenhuma delas residia na propriedade, uma morava no Rio de Janeiro, uma em São Paulo e outra em Uberaba. Na época da desapropriação, a fazenda possuía apenas pastagens naturais, que eram alugadas para tratar de 2.000 cabeças de gado, e mais 14 carvoeiras, que tiravam madeira da área. Os impostos da fazenda não eram pagos há vários anos, e o laudo de vistoria realizado pelo INCRA indicou 96% de improdutividade.

Assim, ao estabelecer-se o assentamento Nova Santo Inácio e Ranchinho, uma série de impactos foram ocasionados na área desapropriada. A tabela 6 mostra a situação dessa área no momento da desapropriação e atualmente.

Tabela 5. Indicadores da área onde hoje se localiza o assentamento Nova Santo Inácio e Ranchinho referentes ao período de 1994 e 2001.

	1994	2001
Famílias residentes	1	115
Tratores	1	5
Escolas	0	2
Bares	0	2
Lojas	0	1
Carroças	1	70
Indústrias caseiras	0	1
Telefone público	0	1
Conjunto desintegrador	1	10
Gado (cabeças)	2.000 ¹¹	1.500
Frangos (cabeças)	0	3.450
Suínos (cabeças)	0	265
Caprinos (cabeças)	0	22

Fonte: EMATER de Campo Florido

Elaboração: NOMURA, M.

Desta forma, o estabelecimento dessas famílias representou uma forma de dinamizar o meio rural, imprimindo efeitos multiplicadores ao processo de desenvolvimento. Este fato pode ser percebido pela descentralização do consumo, em que os assentados passaram a representar um mercado de consumo de bens industriais e uma forma de valorização do meio rural, pois, após a implantação do assentamento,

ocorreu o aumento do número de tratores, carroças, desintegradores, escolas, lojas, bares, indústrias caseiras, telefone público, além do aumento do número de animais e, como veremos posteriormente, o aumento da área plantada.

O levantamento de dados no assentamento Nova Santo Inácio e Ranchinho foi feito por meio de questionários, aplicados a uma amostra de 31 famílias em uma população de 115 famílias (considerando um intervalo de confiança de 80%). A escolha das famílias entrevistadas foi realizada mediante sorteio.

3.1.1 A origem da renda dos assentados

Na avaliação econômica dos sistemas produtivos¹² dos assentados entrevistados, foi feito um levantamento da renda para o ano agrícola 1999-2000. No processo de geração de renda, a pesquisa realizada mostrou que os assentados obtêm renda de origem agrícola, ou seja, rendas relacionadas à exploração de diferentes culturas como: a mandioca, melancia, pimenta, milho, abacaxi etc; e rendas advindas de criações animais como: galinha caipira, gado de leite e de corte, suínos etc. No cálculo da renda agrícola¹³ considera-se a produção destinada a venda e aquela de autoconsumo produtivo e da família.

Tendo como base a amostra pesquisada no assentamento constatou-se que o desempenho da renda agrícola é bastante variável entre os lotes analisados. Para melhor efeito de comparação entre os resultados, adotamos uma unidade comum, ou seja,

¹¹ Como comentamos anteriormente, este gado não pertencia à propriedade.

¹² Adotamos neste trabalho o conceito de sistema produtivo elaborado pelo projeto de cooperação técnica INCRA/FAO no Diagnóstico de Sistemas Agrários. Neste trabalho considera-se que na escala de um estabelecimento agrícola o sistema de produção pode ser definido como uma combinação (no tempo e no espaço) dos recursos disponíveis para a obtenção das produções vegetais e animais.

¹³ Para o cálculo da renda agrícola (RA) utilizamos a metodologia do diagnóstico de Sistemas Agrários (PCT INCRA/FAO), onde: $RA = PB - CI - D - S - I - J - RT$.

PB é o produto bruto, ou seja, o valor total do que é produzido, seja para venda ou consumo da família;

CI é o consumo intermediário representado pelos bens que são transformados no processo: adubos, óleo diesel, calcário, agrotóxicos, remédios para os animais etc;

D é a depreciação do capital fixo que dispõe o agricultor: máquinas implementos, meios de transporte, equipamentos para processamento dos produtos, insumos, instalações etc;

S são os salários gastos pelos agricultores na produção;

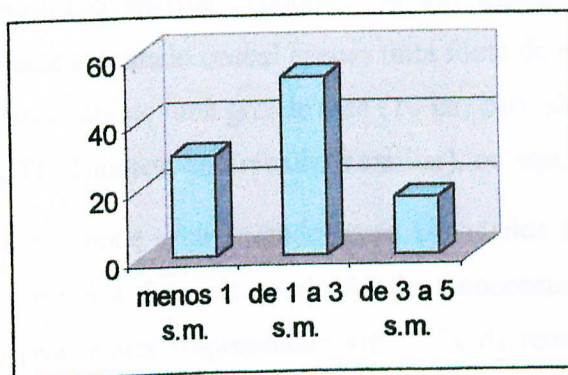
I são os impostos;

J são os juros;

RT é a renda da terra.

calculamos a renda agrícola por Unidade de trabalhado familiar (UTF)¹⁴. Através do Gráfico 1 podemos notar que em 30% dos casos a renda agrícola é menor que 1 salário mínimo por UTF, em 53% dos casos estudados a renda agrícola alcançada foi de 1 a 3 salários mínimos por UTF e em 17% dos casos a renda agrícola obtida foi de 4 a 6 salários mínimos por UTF.

Gráfico 1. Renda monetária por unidade de trabalho familiar.



Elaboração: NOMURA, M.

Além da renda agrícola algumas famílias entrevistadas obtêm renda vendendo sua força de trabalho para outros lotes do assentamento Nova Santo Inácio e Ranchinho (são as chamadas diárias), em propriedades agrícolas do município de Campo Florido e municípios vizinhos ou possuem emprego temporário na área urbana de Campo Florido.

A pesquisa mostrou que 30% dos lotes analisados alugam suas áreas de pastagem. O preço pago pelo aluguel varia de R\$ 80,00 a R\$ 125,00 por mês. Esta variação de preço depende do tempo em que o pasto será alugado, podendo variar de alguns meses a anos (na entrevista constatou-se um caso de aluguel por 3 anos), da qualidade da pastagem e da época do ano.

Através da pesquisa foi possível verificar que em 23% dos lotes analisados existem famílias que complementam sua renda com as diárias na área agrícola e em 3% com diárias na área urbana. O preço pago pelas diárias é de R\$ 10,00 e o tempo de serviço durante o ano varia de 2 a 8 meses.

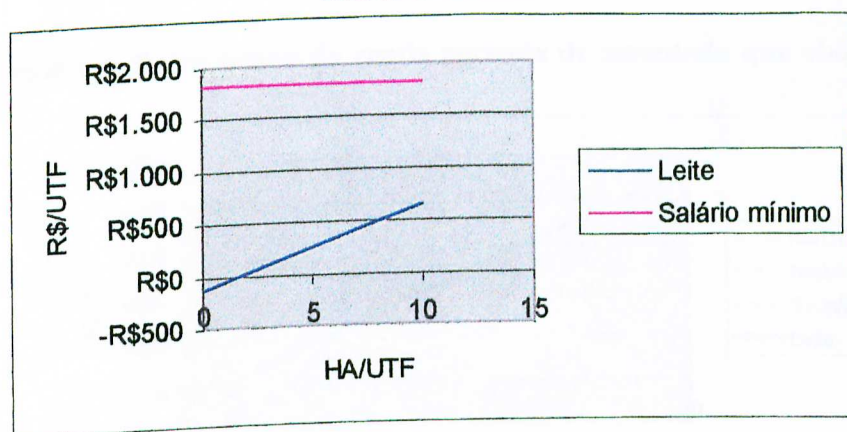
¹⁴ Neste trabalho, considerou-se 1 UTF sendo um trabalhador do sexo masculino ou feminino acima de 15 anos que dedicou-se às explorações agropecuárias de seu sistema produtivo no ano agrícola 1999-2000.

Estas atividades, venda da força de trabalho e aluguel de pasto, possuem maior relevância naquelas famílias onde a renda agrícola alcançada por UTF é menor que 1 salário mínimo. Em muitos casos a família não obtém nenhum tipo de renda de origem agrícola, explorando apenas a renda de origem animal (venda de leite), existindo situações onde não se explora nenhuma dessas rendas, porém, nas entrevistas constatou-se apenas uma situação como esta. Nos casos em que explora-se a pecuária leiteira podemos observar que o plantel é bastante reduzido, de apenas seis cabeças de gado.

O gráfico 2 mostra o sistema produtivo de um assentado dessa categoria. Podemos observar que esse assentado possui apenas uma fonte de renda agropecuária, a produção de leite, que necessita de uma grande área (10 ha) para alcançar uma renda de apenas R\$908.00 por UTF (Unidade de Trabalho Familiar), ou seja, por trabalhador.

Um dos fatores que pode estar levando esses assentados a obter rendas muito baixas (menos de 1 s.m.) é a falta da produção de autoconsumo, que, nas outras categorias, apresentou peso maior (representam até 15 % da renda agrícola). Quando comparamos esses dados com a renda média das famílias assentadas ao nível do Brasil¹⁵, percebemos que a renda obtida por meio de produção para o autoconsumo possui um peso ainda maior, 37% na composição geral da renda familiar.

Gráfico 2. Desempenho econômico da renda agrícola de assentado que obteve menos de 1 s.m.



Elaboração: NOMURA, M.

¹⁵ Dados da pesquisa Principais Indicadores Sócio-econômicos da Reforma Agrária (FAO/INCRA – 1991)

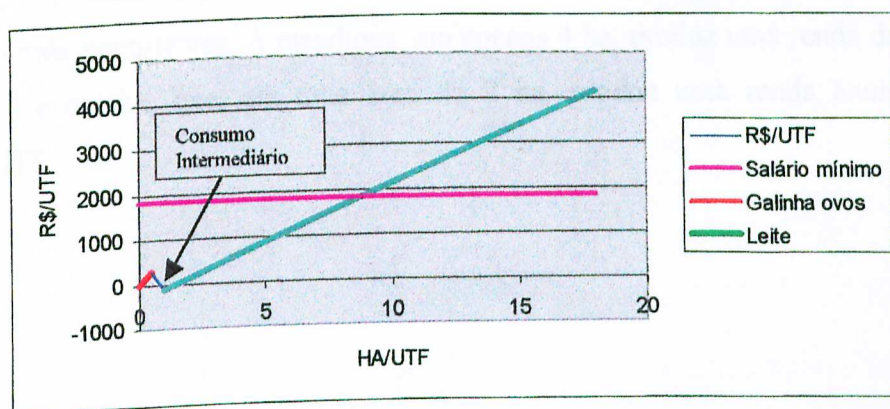
Quando comparamos a renda agrícola dos assentados com um patamar de reprodução¹⁶, podemos ter uma noção do desempenho das suas rendas, ou seja, se esta renda está sendo suficiente para a reprodução da família e de sua possível capitalização. O gráfico 2 mostra que a renda agrícola anual gerada por este assentado não alcançou os valores de salário mínimo, ou seja, não alcançou o patamar de reprodução social. Esse assentado complementa sua renda com diárias, recebendo cerca de R\$900.00 por ano.

A pecuária leiteira é a principal atividade geradora de renda entre os assentados. Em alguns sistemas produtivos analisados, esta é a única atividade desempenhada e como vimos anteriormente ocorre nos casos em que a renda agrícola por UTF é menor que 1 salário mínimo, porém, ocorre também nos casos em que a renda agrícola por UTF situa-se entre 1 a 3 salários mínimos.

Nestes casos, verifica-se que a produção de leite, em torno de 20 litros, é bem menor quando comparado com sistemas produtivos que geram melhores renda, em torno de 50 litros diários.

O gráfico 3 mostra o sistema produtivo de um caso como este. Percebe-se que esse assentado realiza produção de autoconsumo, consumo de aves e ovos, o que representa pequena parte de sua renda agrícola, a maior fonte de renda é proveniente do leite, e esta atividade ocupa uma grande área (17 ha) para gerar uma renda anual de R\$ 3.869,00/UTF. Neste caso, a renda ultrapassou o patamar de reprodução social.

Gráfico 3. Desempenho da renda agrícola de assentado que obteve de 1 a 3 s.m.

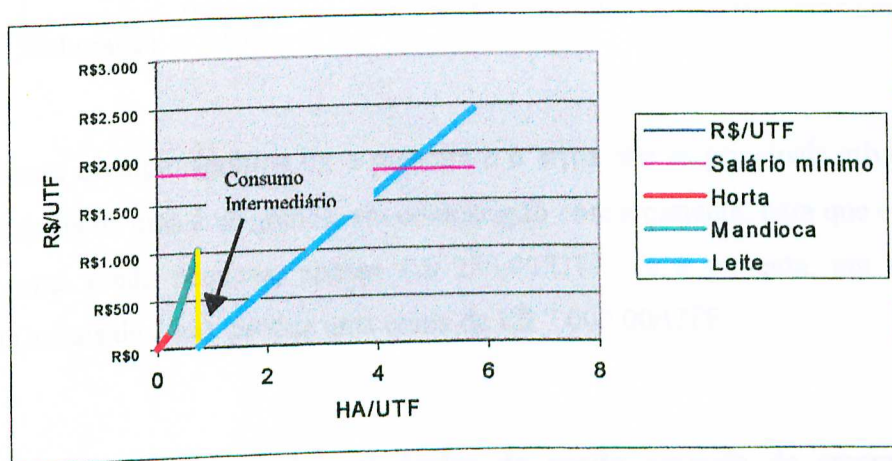


Elaboração: NOMURA, M.

¹⁶ Adotamos neste trabalho o salário mínimo como sendo o patamar de reprodução simples, já que este se

atividades agrícolas, geralmente, cultivam a mandioca. Porém, produzem em uma área bem menor, no máximo 2 ha, do que os assentados que obtêm de 3 a 5 s.m.. No gráfico 4 são mostrados esses fatos. A mandioca até que produz uma renda razoável ao assentado, contudo, a área plantada é muito pequena (1 ha), não representando, desta forma, um retorno significativo.

Gráfico 4. Desempenho da renda agrícola de assentado que obteve de 1 a 3 s.m.

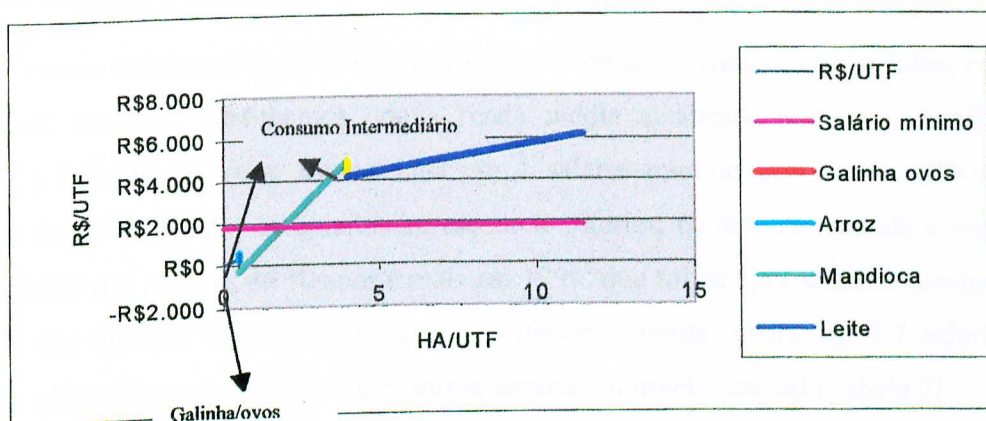


Elaboração: NOMURA, M.

O gráfico 5 mostra o sistema produtivo onde, além da produção de autoconsumo, representada pelo arroz e aves/ovos, se desenvolve duas atividades geradoras de renda importantes. A mandioca, em apenas 4 ha, produz uma renda de R\$ 4.340,00/UTF, e o leite, que, em uma área de 7 ha, produz uma renda anual de R\$1.240,00/UTF.

aproxima do custo de oportunidade do trabalho rural encontrado na região.

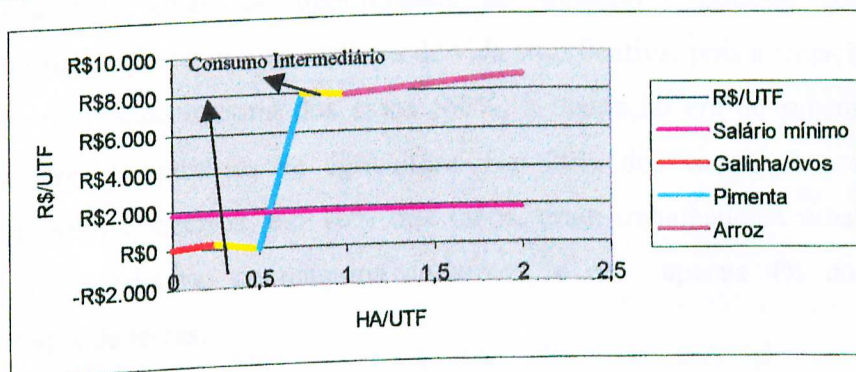
obteve de 3 a 5 s.m.



Elaboração: NOMURA, M.

Neste exemplo (gráfico 6), a pimenta e o arroz são as principais atividades. O arroz necessita de uma área grande, em comparação com a pimenta, para que o produtor obtenha uma renda pequena, apenas R\$ 250,00/UTF. Já a pimenta, em uma área pequena (menos de 1 ha), produz uma renda de R\$ 7.000,00/UTF.

Gráfico 6. Desempenho econômico da renda agrícola de assentado que obteve de 3 a 5 s.m.



Elaboração: NOMURA, M.

Outro fator a ser destacado é que as famílias que conseguem obter maiores rendas vendem diretamente seus produtos às indústrias da região ou ao comércio local, como é o caso da mandioca, vendida para fábricas de polvilho e farinha de Perdizes, Canápolis e Limeira do Oeste, cujo preço pago varia de R\$55,00 a R\$80,00 a tonelada.

sa a pimenta e vendida para a comunidade, e, por fim, para a produção de
Uberaba, Itapagipe e São Paulo.

Quando comparamos os dados anteriores, referentes à renda dos assentados, com o contexto nacional, percebemos que a renda média alcançada por essas famílias superou a linha de pobreza, estabelecida em 1 salário mínimo por família (IBGE). Porém, a renda média dos assentados apresenta-se inferior, quando comparada à renda média mensal das pessoas de 10 anos e mais em 1999, que foi de 3,52 salários mínimos. A renda das famílias assentadas também é inferior à renda média, de 3,7 salários mínimos, alcançada pelas famílias de reforma agrária em nível nacional (Tabela 7).

Tabela 7. Renda média familiar

Rendimento médio familiar das pessoas de 10 anos e mais em 1999 (PNAD)	Renda média familiar de assentados da reforma agrária (FAO/INCRA)	Renda média familiar do assentamento Nova Santo Inácio e Ranchinho (2000)
3.52	3,7	2.8

Elaboração: NOMURA, M.

Contudo, se for analisada a viabilidade econômica do assentamento por meio da eficiência pelo custo de oportunidade do trabalho¹⁷, pode-se concluir que o assentamento representa uma melhora de vida significativa, pois a situação de emprego anterior, na grande maioria dos casos (60%) a ocupação era de subemprego, isto é, trabalhadores temporários na agricultura. Em 20% dos casos, os assentados eram arrendatários ou meeiros, em 16% dos casos, eram trabalhadores urbanos (pedreiro, professor, proprietário de máquina de arroz), e em apenas 4% dos casos eram proprietários de terras.

3.1.2 A evolução da produção e comercialização

A produção agrícola do assentamento, destinada ao mercado, iniciou-se com maior intensidade a partir de 1995, com a aquisição de créditos (PROCERA custeio e investimento), sendo a mandioca a principal atividade agrícola desde o início do

¹⁷ Ver capítulo 1, página 32.

assentamento. Essa atividade compreende uma das maiores áreas plantadas do assentamento: de 1995 a 1999 foram plantados 422,75 ha de mandioca (Tabela 8), o que corresponde a 5.277,50 toneladas (tabela 9). Como comentamos anteriormente, a exploração dessa cultura tem representado retorno monetário significativo para as famílias com melhores rendas.

Outra atividade agrícola importante no processo de geração de renda é a pimenta, porém, como podemos constatar pela tabela 8, ela vem sendo explorada somente a partir de 1998. O algodão, no ano de 2001, não está sendo explorado devido aos baixos preços no mercado, problemas de produtividade e dificuldades na comercialização, já que o volume produzido é baixo.

Outras atividades, como o arroz, o feijão e o milho, são, em grande parte, destinadas ao consumo da família ou para alimentação animal. O arroz, como mostra a tabela 7, de 1995 a 1999, abrange a maior área plantada do assentamento, 446,2 ha, o seu volume de produção nas safras 95/96 e 97/98, foi alto (Tabela 9), 210 toneladas e 240 toneladas respectivamente, assim, além do autoconsumo esse arroz foi comercializado. Nas safras 96/97 e 98/99 esse volume caiu bastante, porém, pode ser considerado suficiente para a alimentação das famílias, em média 0,4 toneladas anuais por família.

Verifica-se que, apesar da produção de autoconsumo ser baixa para outras culturas, ou não ocorrer, como é o caso de muitas hortaliças, somente a moranga e o quiabo foram plantados ao longo do ano, o assentamento está contribuindo para diversificar a produção agrícola do município de Campo Florido. Os dados do Censo Agrícola do IBGE mostram que em 1985, o município gerava 15 produtos (lavoura permanente, temporária e horticultura), já em 1995 eram 32. Assim, são vários os produtos que passaram a ser explorados depois da implantação do assentamento, como exemplo, podemos citar a moranga, o algodão, o quiabo, a melancia e muitas forrageiras que não constam do levantamento de dados da EMATER.

As demais atividades encontram obstáculo no processo de comercialização, pois o comércio local não absorve todos esses produtos, e a venda para as cidades vizinhas se torna inviável devido às dificuldades de transporte.

Tabela 7. Evolução da área plantada (ha) do assentamento Nova Santo Inácio e Ranchinho.

	1995/1996	1996/1997	1997/1998	1998/1999	Total (ha)
Abacaxi	-	-	-	2	2
Algodão	12	26	28	9	75
Arroz	166	40	200	40,2	446,20
Banana	1,0	-	-	-	1
Batata doce	2,5	-	-	-	2,5
Feijão	26,6	12	-	-	38,6
Mandioca	45	150	120	107,75	422,75
Melancia	-	-	10	7,2	17,2
Milho	88	38	60	-	186
Moranga	-	-	1,5	4,5	6
Pimenta	-	-	-	S/ inf.	-
Quiabo	2,0	-	-	-	2
Total	346,10	266	419,5	170,65	

Fonte: EMATER

Elaboração: NOMURA, M.

Pode-se constatar pelos dados da Tabela 8 que ocorreu uma diminuição da área plantada no ano agrícola 98/99 em comparação com o ano anterior, relacionada ao aumento da área com pastagem, ou seja, da exploração da pecuária leiteira, que, como se verá a seguir, tem crescido ano a ano. Outro fator é o aumento, a partir daquele ano, de atividades não agrícolas desenvolvidas no interior do assentamento, conforme veremos posteriormente.

Tabela 8. Evolução da produção do assentamento Nova Santo Inácio e Ranchinho.

	1995/1996	1996/1997	1997/1998	1998/1999	Total
Abacaxi (kg)	-	-	-	350	350
Algodão (ton)	24	46	30,8	13,5	114,30
Arroz (ton)	210	48	240	56,28	554,28
Banana (ton)	30	-	-	-	30
Batata doce (ton)	10	-	-	-	10
Feijão (ton)	24	10,8	-	-	34,80
Mandioca (ton)	600	2.400	1.200	1.077,5	5.277,50
Melancia (ton)	-	-	60	32,8	92,80
Milho (ton)	132	57	180	-	369
Moranga (ton)	-	-	27	38	65
Pimenta (litros)	-	-	-	300	300
Quiabo (ton)	10	-	-	-	10

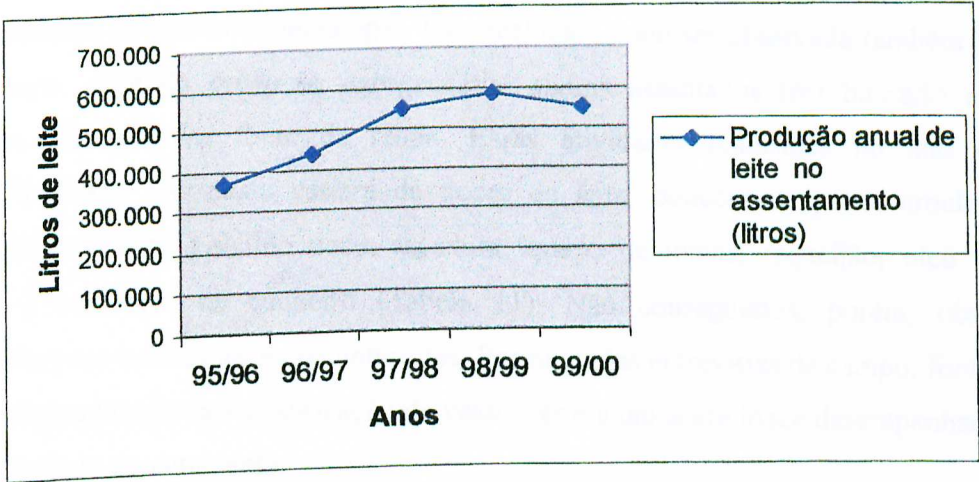
Fonte: EMATER

Elaboração: NOMURA, M.

Como demonstrado anteriormente, a renda animal líquida é a principal fonte de renda para os assentados, sendo a pecuária leiteira a mais explorada. Pelo gráfico 7,

No ano agrícola de 95/96, a produção foi de 365.000 litros, no ano de 96/97, esta produção sobe para 438.000 litros, em 97/98, foi de 547.500 litros, para o ano 98/99, a produção foi de 520.125 litros, e no ano 99/2000, subiu, novamente, para 547.500 litros.

Gráfico 7. Produção anual de leite do assentamento Nova Santo Inácio e Ranchinho.



Fonte: EMATER de Campo Florido
Elaboração: NOMURA, M.

A produção de leite do assentamento, além de contribuir significativamente na alimentação das famílias assentadas, consegue gerar recursos financeiros que antes não existiam. Os dados da tabela 10 permitem verificar que o valor total da produção de 1995 até 2000, foi crescente nos últimos anos, e alcançam no ano agrícola de 1999/2000 o valor de R\$ 153.300,00 em todo o assentamento.

Tabela 10. Produção de leite e valor da produção do assentamento Nova Santo Inácio e Ranchinho de 1995 a 2000.

	95/96	96/97	97/98	98/99	99/2000
Produção anual de leite	365.000	438.000	547.500	520.125	547.500
Preço médio (R\$)	0,25	0,25	0,24	0,24	0,28
Total (R\$)	91.250,00	109.500,00	131.400,00	109.226,25	153.300,00

Fonte: EMATER de Campo Florido

Outro ponto importante a ser observado, quanto à instalação do assentamento no município, é que aumenta a demanda de insumos agropecuários, aquecendo, dessa maneira, o comércio local. O manejo e alimentação do gado requerem uma série de suplementos (vitaminas, sal mineral, sal comum), vacinas, remédios e insumos para as pastagens.

Como destacado anteriormente, a implantação de um assentamento representa não só uma melhora no processo de geração de renda das famílias assentadas, bem como, impactos na economia municipal. Esta realidade pode ser observada também no fato de que, além da produção agropecuária, alguns assentados têm buscado nas atividades não-agrícolas fonte de renda. Essas atividades realizadas no ano de 1998/1999 foram: fabricação caseira de doces de leite, bonecas de pano, crochês, farinha de mandioca, polvilho doce, rapadura, queijo de minas, requeijão, óleo de mamona e vassouras de coqueiro (Tabela 11). Não conseguimos, porém, obter informações para os anos agrícolas anteriores. Por meio das entrevistas de campo, foram obtidas informações de que a fabricação de vassouras é a única atividade desempenhada desde o início do assentamento.

Para o ano agrícola 99/2000, por meio da pesquisa de campo levada a efeito no assentamento, constatamos que poucas famílias estão realizando tais atividades, somente a fabricação do óleo de mamona e das vassouras estão sendo desenvolvidas. Algumas famílias, que antes fabricavam doces, crochês e queijos, alegam que não estão encontrando mercado consumidor para seus produtos e que necessitam de uma atividade em escala maior para que a atividade seja compensatória.

Tabela 11. Produtos não-agrícolas comercializados no assentamento Nova Santo Inácio e Ranchinho no ano agrícola 1998/1999.

Especificação	Quant. Produzida no ano agrícola 98/99	Preço médio por Unidade de Medida (R\$)
Vassouras	4700 un.	1,75
Bonecas	Sem infor.	Sem inf.
Crochês	Sem inf.	Sem inf.
Óleo de mamona	1.800 litros	15,20
Doces (leite e frutas)	800 Kg	2,20
Farinha de mandioca	60 Kg	Sem inf.
Polvilho doce	390 Kg	Sem inf.
Queijo de minas	1.200 Kg	Sem inf.
Requeijão	80 Kg	Sem inf.
Rapadura	1.680 un.	1,50

Fonte: EMATER de Campo Florido.

Essas atividades não-agrícolas representam uma alternativa de fonte de renda, principalmente, para as mulheres, já que as atividades agropecuárias encontram obstáculos de caráter técnico e/ou de comercialização. Porém, essas atividades estão sendo realizadas de maneira individual, o que dificulta o processo de comercialização.

Com relação ao padrão tecnológico utilizado pelas famílias entrevistadas, não constatou-se grandes diferenças entre as três categorias de renda monetária. Na grande maioria dos casos, é feita uma calagem, uma adubação de plantio e preparo do solo (aração e gradagem), e não são utilizados aparelhos de irrigação ou máquinas de colheita. O manejo do solo é bastante precário, não é uma prática comum entre os assentados fazer curvas de nível, ou adubação verde.

O padrão tecnológico da pecuária também é precário. O manejo do gado é feito em regime de criação semi-extensivo, em que as pastagens foram geralmente implantadas antes do assentamento, apresentando problemas de fertilidade e erosão, praticamente, não há estrutura de manejo do gado, existindo poucos currais, barracões ou piquetes. A pastagem, na grande maioria, é composta de brachiaria, e alguns assentados plantam cana napier e milho para alimentação do gado. Apenas algumas famílias, principalmente aquelas que conseguem obter maiores rendas, alimentam o gado na época da seca por meio de ração, e, em poucos casos, é utilizada silagem, ou

seja, o melhor retorno monetário está relacionado ao melhor manejo e alimentação do gado.

Todas as famílias entrevistadas vacinam o gado contra febre aftosa, em alguns casos, são utilizados remédios e apenas em um caso entrevistado é feita inseminação artificial.

O índice médio de produtividade é considerado baixo, em torno de 5,0 litros/dia/vaca. Existe uma cooperativa de leite no município de Campo Florido, onde alguns assentados, até o ano passado, vendiam leite, porém, devido à lei da Granelização passaram a vender somente para o laticínio Jussara, que emprestou um resfriador para o assentamento.

Atualmente, 38 assentados entregam leite para o laticínio Jussara, o tanque de expansão coleta, aproximadamente, 1500 litros por dia. O leite é comercializado em sua totalidade junto a esse laticínio, que possui sua matriz no município de Franca (S.P.), e um entreposto em Conceição das Alagoas, próximo a Campo Florido. Recentemente, os assentados construíram a "Casa de Leite" dentro de um lote, com o objetivo de abrigar um tanque de expansão, de propriedade do laticínio Jussara. Esta foi a solução encontrada, pelos assentados e pelo laticínio, para atender a Lei de Granelização, que proíbe que o leite seja entregue em tambores separados. Esse tipo de parceria, entre os assentados e empresas privadas, pode representar uma estratégia interessante, pois assim, os assentados conseguiram achar uma solução para a lei imposta, e o laticínio não precisa recolher o leite todos os dias em tambores separados.

A assistência técnica para os assentados vem sendo feita pela EMATER. A equipe local conta com um engenheiro agrônomo, um técnico agrícola e uma assistente social. Os próprios assentados escolheram a EMATER para prestar assistência ao assentamento. Em alguns relatos coletados na entrevista de campo o trabalho realizado por essa equipe é avaliado de maneira positiva, porém, em outros, o trabalho da EMATER é criticado no sentido de que a equipe não consegue apontar soluções para os problemas produtivos.

Pode-se constatar que o assentamento, além de colaborar de maneira significativa na oferta de alimentos para a população do município de Campo Florido, tem contribuído na oferta de produtos agrícolas para cidades vizinhas, bem como na oferta de matérias-primas para as agroindústrias da região. Este fato pode ser comprovado mediante a comercialização da produção dos assentados, que é bastante

diversificada, ocorrendo dentro do próprio assentamento, no município de Campo Florido e outros municípios da região, é o que mostram os dados da tabela 12.

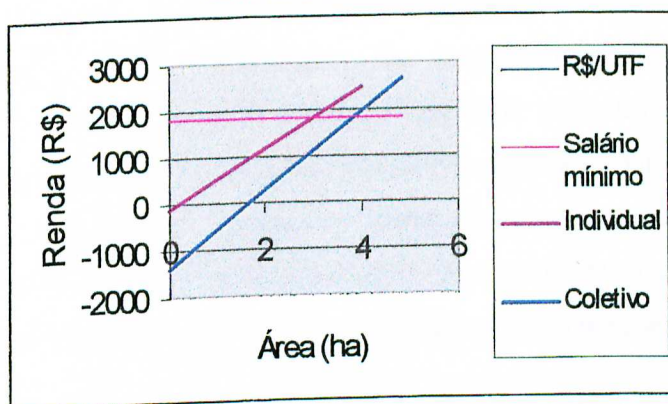
Tabela 12. Comercialização da produção do assentamento Nova Santo Inácio e Ranchinho no ano agrícola 1998/1999.

Produto	Canal de comercialização
Algodão	Algodoeira de São Paulo
Arroz	Assentamento, Campo Florido e municípios vizinhos
Frangos	Assentamento, Campo Florido e municípios vizinhos
Leite	Laticínio Jussara e COOPERVE
Mandioca	Farinheira de Perdizes e Canápolis
Melancia	Assentamento, Campo Florido e municípios vizinhos
Ovos	Assentamento, Campo Florido e municípios vizinhos
Suínos	Assentamento
Vassouras	Assentamento, Campo Florido e municípios vizinhos

Fonte: EMATER de Campo Florido.

Além da produção individual em cada lote, existem grupos de assentados que se unem para plantar coletivamente. Atualmente, existe um grupo de 7 agricultores que plantaram 34 ha de mandioca brava, com colheita prevista para março de 2001. Esse tipo de organização é uma estratégia interessante para as famílias assentadas, pois a previsão é de uma produção de 408 toneladas (estimativa feita, levando-se em consideração a produtividade média dos assentados), e que o preço alcançado será de R\$ 70,00 a tonelada, esse grupo conseguirá uma renda agrícola líquida de R\$ 2.652,00 por pessoa. Este tipo de organização permite a obtenção de uma renda maior do que o plantio individual, como demonstrado no Gráfico 8, pois viabiliza um poder de mercado superior junto aos compradores.

individual e coletivo.



Elaboração: NOMURA M.

A renda estimada para o plantio coletivo poderá ter um desempenho melhor, já que, seu custo de implantação foi mais elevado, o que significa que os cuidados com o preparo do solo e práticas de adubação foram melhor dimensionados. Assim a produtividade por área plantada, provavelmente, poderá ser maior do que os cálculos estimados.

3.1.3 Qualidade de vida: condições de saúde, educação, habitação, infra-estrutura e lazer.

O primeiro fato a destacar é sobre a origem das famílias assentadas. Nas entrevistas realizadas no assentamento, não se constatou nenhuma família de origem no próprio município de Campo Florido. Em sua grande maioria, 57% do total de entrevistados, originam-se de Iturama e Limeira do Oeste; outras cidades como Itapagipe, Arabá, São Francisco, Juvelândia, Uberlândia e União de Minas representaram 43% do resultado das entrevistas. Essas famílias, ao mesmo tempo em que buscam melhorar suas condições de vida e trabalho, provocam impactos sociais, políticos e econômicos no município de Campo Florido.

A primeira indicação na melhoria da qualidade de vida dos assentados é demonstrada, quando questionados sobre se sua situação melhorou após ser assentado. Todos os entrevistados responderam afirmativamente à pergunta. Para alguns entrevistados (25%), porém, a situação melhorou em alguns aspectos, no que diz

respeito ao processo de geração de renda a melhora ocorreu até certo ponto e depois estagnou. Os assentados percebem deficiências nesse processo, especialmente, em relação às questões técnico-produtivas e de comercialização. A melhora deu-se principalmente no que diz respeito a possuir um lugar mais tranquilo para criar os filhos, sem violência e com boas oportunidades de educação. Outro fator citado foi a possibilidade de viver longe do estresse da cidade, sem a necessidade de pagar aluguel, com abundância de água, a possibilidade de plantar o de que necessita para a alimentação da família e não precisar mais trabalhar como empregado.

Das famílias entrevistadas, 15% dos titulares são do sexo feminino, destas, 50% possuem idade entre 41-50 anos, 25% de 31-40 anos e 25% de 51 a 60 anos de idade. O grau de escolaridade alcançado por metade dessas entrevistadas foi o primeiro grau incompleto, a outra metade completou primeiro grau. Dos titulares do sexo masculino (85% dos entrevistados), 40% têm entre 31 a 40 anos de idade, 31% entre 41 a 50 anos de idade, 14,5% entre 51 a 60 anos, 10% entre 21 a 30 anos e 4,5% com idade acima de 65 anos de idade. Com relação ao grau de escolaridade, 56% possuem o primeiro grau incompleto, 12% são analfabetos, 12% completaram o primeiro grau, 12% possuem o segundo grau completo, 4% o segundo grau incompleto e 4% o curso superior completo.

A Escola Municipal Santa Terezinha é uma das conquistas alcançadas pelos assentados. A sua construção partiu da iniciativa de algumas famílias assentadas, ela funciona dentro da área do assentamento e foi construída e equipada pela Prefeitura Municipal de Campo Florido. Ela funciona em três turnos, ministrando aulas do pré-escolar e da 1ª a 4ª série do 1º grau, atendendo não só crianças assentadas, mas também crianças da zona rural de Campo Florido. A grande maioria dos entrevistados acredita que a escola atende às necessidades das famílias assentadas, considerando a escola de boa qualidade. Alguns entrevistados, entretanto, consideram que a escola deve melhorar, notadamente, no que diz respeito ao transporte, pois as crianças ainda têm que caminhar muito até chegar à escola, também precisa oferecer melhor infra estrutura de lazer e melhor qualificação dos professores, com uma educação que compreenda melhor a realidade dos assentados. Outra conquista na área da educação é a Escola Família Agrícola. Ela foi instalada na área do assentamento no início do ano de 2001, oferecendo ensino agrotécnico para jovens da região.

A maioria das residências dos assentados é de alvenaria sem acabamento, os recursos para construção foram, em parte, provenientes do crédito PROCERA Habitação e outra parte com créditos próprios. Os assentados alegaram que o recurso disponibilizado por essa linha de crédito foi insuficiente para a construção completa da casa. Alguns assentados construíram a habitação totalmente com recursos próprios, pois o dono da casa de materiais de construção, onde foram comprados os materiais, não efetuou a entrega destes. Em pouquíssimos casos, os assentados ainda moram em barracos construídos de lona plástica, eles atribuem este fato à prioridade em se investir em atividades agropecuárias que lhes proporcionem renda. Todos os casos entrevistados possuem luz elétrica em seus lotes.

As famílias assentadas, quando necessitam de tratamento médico, utilizam o Posto de Saúde do município. Este serviço é considerado precário, pois o atendimento é muito demorado, oferece poucas consultas, atendendo a poucas especialidades médicas e não oferece remédios suficientes. Casos mais complexos são tratados em Uberaba. Os assentados acreditam que deveria existir um posto de saúde dentro do assentamento. Algumas famílias utilizam plantas medicinais para tratar de doenças, por eles consideradas mais simples, como dor de cabeça, diarreia, dores de estômago etc.

As fontes de lazer utilizadas pelos assentados são, principalmente, o futebol (na sede da associação existe um campo de futebol), o forró, que acontece todos os finais de semana em um bar localizado dentro do assentamento. Alguns assentados participam de festas religiosas, como a Folia de Reis, e, anualmente, é realizada uma grande festa no assentamento em comemoração ao seu aniversário de criação. Atualmente, a CARITAS está desenvolvendo um projeto voltado à população jovem do assentamento, oferecendo diversas atividades como oficinas de crochê, tricô, artesanato, música e atividades esportivas.

3.1.4 Condições ambientais

A vegetação predominante no assentamento é de cerrado, havendo variações condicionadas por diferenças pedológicas e hídricas, ocorrendo matas ciliares e cerradão. Desta forma, existem comunidades higrófilas (Veredas e Campos de Várzea), formações sucessórias, como capoeiras e Campos antrópicos. Grande parte do

assentamento é coberta por pastagens de braquiária, em muitos lotes já existentes antes da implantação do assentamento.

A grande maioria das famílias possui fossa nos seus lotes, e não se constatarem problemas de abastecimento de água para consumo doméstico. O abastecimento de água é feito por meio de cisternas, poço artesiano e, em alguns casos, queda natural. O assentamento dispõe de 15 nascentes, que formam 4 veredas e 3 córregos, todos perenes. As nascentes estão protegidas por vegetação nativa, encontrando-se as áreas de preservação permanente em bom estado de conservação. O regime de chuva da região caracteriza-se por um período chuvoso de seis a sete meses (out-mar), sendo janeiro e dezembro os meses mais chuvosos. A precipitação média é de 1.300 mm.

Segundo o Plano de Consolidação do Assentamento Nova Santo Inácio e Ranchinho, elaborado pelo programa INCRA-BID, predominam, na área do assentamento, as terras com classe de capacidade de uso III. Esta classe de uso do solo apresenta limitações ao uso devido à baixa fertilidade natural, alta saturação de alumínio, baixa capacidade de retenção de umidade e susceptibilidade à erosão. Necessitando, portanto, da utilização de variedades adaptadas para esse tipo de solo, bem como, da correção e fertilização deste, e da adoção de práticas conservacionistas e de manejo do solo. Predominam no assentamento as classes de relevo plano a suave ondulado.

Pelos dados do Censo Agropecuário do IBGE, pode-se constatar que as condições de conservação do solo da área rural do município de Campo Florido têm melhorado. Em 1985, o município de Campo Florido apresentava 53,27% de conservação do solo destinado à agricultura, em 1995, esse valor subiu para 63,44%. O mesmo ocorreu para o solo destinado à pecuária, em 1985, o município apresentava 53,27% de conservação do solo, enquanto que, em 1995, esse valor subiu para 63,94%. Apesar da maioria dos lotes não apresentar um manejo intensivo de conservação do solo, o assentamento, pode estar colaborando para essas condições de conservação do solo, já que, antes do assentamento o solo era destinado, em quase sua totalidade, a pastagens que não recebiam nenhuma prática de conservação e, principalmente, porque havia várias carvoeiras que retiravam madeira para a fabricação do carvão, o que contribuiu, em grande medida, para a degradação ambiental.

Outro fato a destacar é que, após a implantação do assentamento, as áreas de reserva legal foram demarcadas, e existe entre os assentados a preocupação em proteger a fauna e a flora dessas áreas.

Observa-se pela pesquisa de campo, que um dos problemas meio ambientais enfrentados pelos assentados está relacionado, principalmente, ao lixo doméstico, que, na grande maioria dos casos é jogado nos lotes, não sofrendo nenhum tipo de tratamento especial.

3.2. O impacto sobre o município

O município de Campo Florido foi emancipado em 17 de Dezembro de 1938, sendo, então, desmembrado do município de Uberaba. Possui 1.271,81 Km², e seu principal recurso hídrico é o Rio São Francisco. Atualmente, sua economia gira em torno da agricultura e pecuária. O aumento da população de Campo Florido pode ser visualizado na Tabela 13. É possível perceber que, antes da implantação do assentamento, o número de pessoas residentes no município de Campo Florido estava diminuindo, de 4.954 no ano de 1980 caiu para 4.519 pessoas. Nesse período, apesar da população urbana crescer, a área rural apresentava diminuição da sua população, de 2.972 em 1980 caiu para 1.772 em 1991.

Tabela 13. Evolução da população do município de Campo Florido.

Ano	1980	1991	1996	2000
Pessoas residentes	4.954	4519	4649	5325
Pessoas residentes na área urbana	1.982	2747	2820	3138
Pessoas residentes na área rural	2.972	1772	1829	2187

Fonte: IBGE

Elaboração: NOMURA M.

Desta forma, observamos o crescimento da população de Campo Florido após a implantação do assentamento. Como mostra a tabela 14, a taxa de crescimento das pessoas residentes no município de Campo Florido, no período de 1980 a 1991, apresentou um valor de -0,83, enquanto que para o período posterior à implantação do assentamento, a taxa de crescimento foi de 1,79. A taxa de crescimento da população residente na área urbana no primeiro período foi de 3,01, enquanto, no segundo, subiu para 29,66. As pessoas residentes na área rural no primeiro período apresentaram uma taxa de crescimento negativo, -0,59, enquanto no segundo, a taxa de crescimento foi de 2,29.

Tabela 14. Taxa de crescimento da população de Campo Florido no período de 1980 a 1991 e 1996 a 2000.

	Taxa de crescimento no período de 1980 a 1991.	Taxa de crescimento no período de 1996 a 2000.
Pessoas residentes.	-0,83	1,79
Pessoas resid. na área urbana.	3,01	29,66
Pessoas resid. na área rural.	-4,59	2,29

Fonte: IBGE

Elaboração: NOMURA M.

Procuramos destacar anteriormente, que o desenvolvimento é um processo em que o rural não está separado e tampouco é independente do desenvolvimento urbano. Assim, mudanças significativas no meio rural, como a implantação de um assentamento, podem imprimir efeitos dinamizadores e multiplicadores para o município.

Por meio da implantação do assentamento, é possível observar a diminuição da concentração de terras no município de Campo Florido: o índice de gini em 1985 era de 0,652, em 1995, este índice passou para 0,534. Isto decorre, logicamente, do fato de que o imóvel rural que antes pertencia a apenas um proprietário passou a ser explorado por 115 famílias.

3.2.1 Entrada de créditos e obras de infra-estrutura

Um dos primeiros impactos do assentamento Nova Santo Inácio e Ranchinho no município de Campo Florido refere-se à vinda de novos recursos financeiros públicos para o município, já que a implantação e a consolidação deste requerem uma série de incentivos governamentais. Assim, o primeiro item trata-se da vinda destes recursos na forma de obras de infra-estrutura e créditos. Tais recursos, ao mesmo tempo em que permitem a dinamização da agropecuária do município, aumentando a oferta de produtos agrícolas e não agrícolas produzidos pelo setor agropecuário do município, acabam por, também, dinamizar o seu setor comercial, pois, como veremos no segundo tópico, ocorre a demanda por uma série de bens do comércio local.

Após a emissão de posse do assentamento, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) inicia obras de infra estrutura básica na área desapropriada. Compete a este órgão a construção de estradas de acesso ao assentamento e aos lotes, infra. estrutura de abastecimento de água para consumo humano, e eletrificação em rede tronco.

As obras de infra-estrutura, construídas no assentamento a partir de 1994, atenderam não só às famílias assentadas, bem como beneficiaram o município uma vez que essas obras são também utilizadas pela população local (pontes e estradas), e a execução destas obras exigiu a participação de diferentes instituições públicas e privadas, é o que mostra a Tabela 15. O total de investimentos nessas obras alcançou o valor de R\$ 458.577,31 e mobilizou a participação da associação dos assentados, a prefeitura, companhias de energia elétrica, telefonia, abastecimento de água, e empresas privadas.

Os créditos recebidos pelo assentamento, de 1994 até 1999, somam um total de R\$ 1.138.043,70 (Tabela 16). Estes créditos têm o objetivo de oferecer condições para as famílias assentadas desenvolverem sistemas produtivos - agrícolas e pecuários - rentáveis. A linha de crédito concedida ao assentamento Nova Santo Inácio e Ranchinho foi o PROCERA (Programa Especial de Crédito Para a Reforma Agrária) custeio e investimento, que, atualmente, foi substituído pelo PRONAF A (Programa Nacional de Financiamento da Agricultura Familiar).

Tabela 15. Obras de infra estrutura no assentamento Nova Santo Inácio e Ranchinho.

Obra executada	Ano	Conveniente contratada	Forma execução	de Qtd/unid de Med.	Valor (R\$)
Eletrif. Rural Complementação	1996	Eletrorede	Licitação	7,00 Km	45.414,30
Construção de estradas	1997	Prefeitura	Convênio	9,0 Km	5.000,00
Perf.e equip. poço adução de água	1995	Copasa	Convênio	01 un.	39.656,37
Construção de ponte	1997	Associação	Dispensa	6,00 m	6.500,00
Eletrif. Rural - complementação	1997	Eletrorede	Carta acordo	0,740 Km	6.200,00
Eletrif. Rural - inst. sist. cap. água	1997	Cemig	Licitação	0,680 Km	4.994,11
Aquis. de mat. p/ reforma casa sede	1995	Associação	Contrato	01 un.	12.459,35
Eletrificação rural	1995	Eletrorede	Dispensa	37,16 Km	246.000,00
Compl. sistema abastecimento água	1997	Associação	Licitação	01 un.	3.160,75
Construção da casa de farinha	1997	Licitação	Licitação	01 un.	24.374,94
Sistema abastecimento água	1997	Licitação	Dispensa	01 un.	55.623,10
Posto telefônico comunitária	1996	Detel		01 un.	3.360,00
Const. de galeria e sangradouro	1998	Associação	Dispensa	01 un.	2.801,29
Ampliação de barragem peq. Porte	1999	Cef/prefeitura	Dispensa	01 un.	3.033,10
Total					458.577,31

Fonte: INCRA

O PROCERA custeio era destinado ao financiamento de atividades agrícolas. No caso do assentamento Nova Santo Inácio e Ranchinho, essa linha de crédito financiou atividades como café, maracujá, milho, mandioca, algodão e feijão. Assim, os assentados passaram a comprar uma série de produtos no comércio local e regional como: adubos, calcário, mudas, sementes, defensivos (inseticidas, herbicidas, fungicidas) etc. E com a outra linha de crédito, o PROCERA investimento, os assentados passaram a comprar animais (bovinos, suínos, eqüinos), tratores, implementos, ferramentas agrícolas, desintegradores, charretes, materiais para a construção de cercas, currais e aparelhos de irrigação.

Tabela 16. Créditos recebidos de 1994 até 1999 pelos assentados do assentamento Nova Santo Inácio e Ranchinho.

Ano	Nº famílias	PROCERA custeio	Nº famílias	PROCERA investimento
1994	107	-	115	214.000,00
1995	107	87.857,00	107	127.330,00
1996	-	-	115	60.000,00
1997	115	114.890,00	-	-
1998	115	224.000,00	115	215.197,00
1999	115	4.000,00	103	90.769,75
Total		430.747,00		707.296,75

Fonte: INCRA

Além dos produtos citados, as atividades agropecuárias e não-agrícolas desenvolvidas pelos assentados exigem, por sua vez, outros produtos comerciais tais como: vacinas, remédios, nitrogênio líquido (inseminação artificial), açúcar para fabricação de doces, sal mineral, vitaminas etc.

3.2.2 O surgimento de novos estabelecimentos e a evolução da arrecadação municipal.

A entrada dos créditos no assentamento representa não só uma possível melhora no padrão produtivo dos assentados, com conseqüente melhora da renda, mas também a inserção destes no sistema econômico local como consumidores. Os assentados passam a comprar uma série de produtos no comércio local, de consumo e uso pessoal como: roupas, produtos alimentícios, aparelhos domésticos, móveis, antenas parabólicas, moto, bicicletas, etc. Mediante o crédito habitação, os assentados compram materiais de construção: tijolos, cimento, etc.

Pode-se constatar que o número de estabelecimentos comerciais contribuintes, sofreu aumento após a implantação do assentamento. Em 1995, havia, no município de

Campo Florido, 35 estabelecimentos comerciais, no ano de 1997 o número de contribuintes subiu para 51, em 1999, já eram 58 os contribuintes (tabela 17).

A abertura de novas lojas comerciais ocorreu principalmente em alguns setores: postos de gasolina, lojas de roupas e calçados e de uma casa de produtos agropecuários no município de Campo Florido, que não existia antes do assentamento. Ocorreu, também, a abertura, dentro do assentamento, de uma loja de produtos agropecuários, a CERTRIM (Cooperativa dos Empresários Rurais do Triângulo Mineiro), que vende produtos agropecuários aos assentados com prazos para o pagamento. O aumento nas vendas desta cooperativa é confirmado pelo valor de sua arrecadação fiscal: em 1995, ela foi de R\$86.383,00, em 1997, este valor subiu para R\$115.287,00, e, em 1999, o valor foi de R\$125.986,00.

Por intermédio de entrevistas no comércio local, constatou-se que os comerciantes do município avaliam de maneira positiva a implantação do assentamento, pois as famílias assentadas elevaram o volume de vendas, e também contribuem na oferta de diferentes produtos (galinha caipira, queijos, melancia, doces). Este é o caso de um comerciante que, após o assentamento das famílias, ampliou o seu estabelecimento comercial. Esse fato se comprova pelos dados apresentados pela Secretaria de Estado da Fazenda sobre as atividades econômicas do município de Campo Florido, pelos quais a empresa desse comerciante está entre as principais, segundo a contribuição de ICMS¹⁸.

Tabela 17. Número de contribuintes e valor total, em reais da VAF dos contribuintes do município de Campo Florido.

	1995	1997	1999
Número de contribuintes	35	51	58

Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Florido

Elaboração: NOMURA M.

Outro estabelecimento que surgiu após a implantação do assentamento foi um Hotel/Restaurante. Este estabelecimento surgiu da necessidade de hospedar a equipe do INCRA, que fazia vistoria na fazenda e mediava o processo de desapropriação.

Assim, à medida que o assentamento contribui na dinamização do comércio e da agricultura de Campo Florido, outros setores também são estimulados, como o setor bancário, serviços, entre outros.

Isso se verifica pelo aumento do número de estabelecimentos do município de Campo Florido, principalmente, nos setores de comércio e agropecuária.

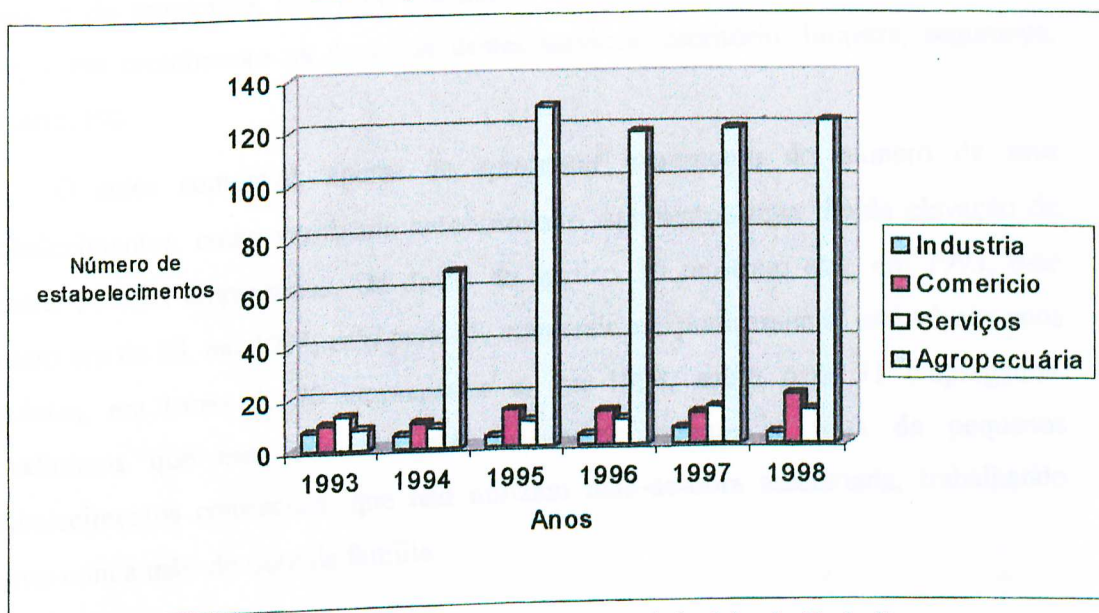
O setor agropecuário foi o que mais aumentou o número de estabelecimentos. (Gráfico 9). Segundo dados da RAIS (Relatório Anual de Informações) do Ministério do Trabalho, em 1993, eram apenas 8, em 1994 passaram para 64, e, a partir de 1995, o número destes estabelecimentos tem-se mantido na faixa de 118 a 128. Chama a atenção o fato de que esse aumento ocorreu a partir do ano de implantação do assentamento, porém devemos destacar que não deve ser diretamente atribuído à sua implantação, já que esse levantamento feito pela RAIS leva em consideração os estabelecimentos registrados com C.G.C., e no caso do assentamento, todos os assentados são representados pela Associação. Entretanto, a implantação do assentamento pode ter influenciado indiretamente no aumento do número de estabelecimentos agropecuários, já que existem evidências de que, em outros municípios, após a implantação de um assentamento, vários latifundiários começam a dividir suas propriedades em áreas menores, e/ou arrendam suas terras no intuito de torná-las produtivas.

O setor de comércio também apresentou crescimento, apesar de não ser tão acentuado como o da agropecuária. O setor de comércio, em 1993, apresentava 10 estabelecimentos, em 1995, este número subiu para 14 e, em 1998, chegou a 19 estabelecimentos (Gráfico 9).

Os setores de serviços e industrial não apresentaram aumento. O setor de serviços, em 1993, apresentava 13 estabelecimentos, de 1994 até 1996, este número caiu, em 1997 subiu para 14, mas, em 1998, voltou para 13. Já o número de estabelecimentos industriais caiu progressivamente, de 7 estabelecimentos, em 1993, passou a 4, em 1998 (Gráfico 9).

¹⁸ Ver no endereço www.almg.gov.br/munmg/ml1408.html

município de Campo Florido.



Fonte: RAIS (Relatório Anual de Informações) – Ministério do Trabalho.
Elaboração: NOMURA, M.

Os efeitos multiplicadores que o assentamento imprimiu sobre o município podem ser analisados também pelo aumento do número de empregados de Campo Florido. Por meio da gráfico 10, verifica-se que, com exceção do setor industrial, todos apresentaram crescimento do número de empregados.

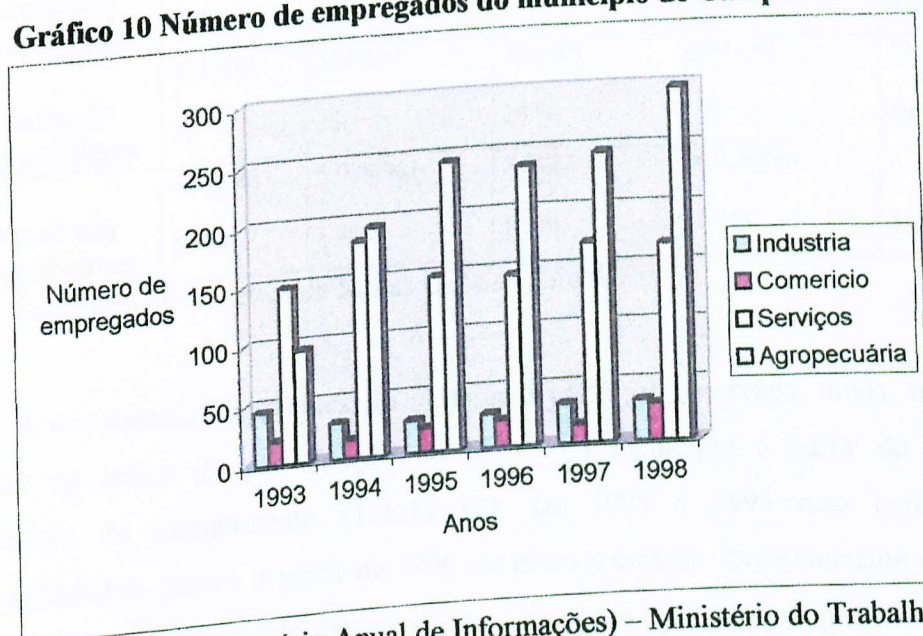
O setor agropecuário foi o que mais cresceu. Em 1993, o número de empregados era 94, passando para 193, e em 1998 chegou a 297. Também neste caso, o aumento do número de empregados não deve ser atribuído diretamente à implantação do assentamento, já que se trata de empregados com carteira assinada e no assentamento a contratação de mão-de-obra ocorre sazonalmente por meio de empreitadas diárias.

Já a elevação de empregados do setor de serviços está relacionado diretamente ao assentamento, uma vez que a demanda, principalmente na época de sua implantação, uma série de serviços, tais como: perfuração de poços artesianos, serviços bancários e de escritório, transporte, instalações elétricas, serviços de construção civil, instalação de antenas parabólicas etc. É o que demonstram os dados do gráfico 10. Em 1993, antes da implantação do assentamento, o número de empregados do setor de serviços era de 147, em 1994, ano de implantação do assentamento, passou para 182. Em 1995 este número volta a 147, voltando a crescer, em 1997, e, em 1998, era de 166 trabalhadores. Esse

aumento está relacionado também aos efeitos multiplicadores do assentamento no comércio do município, pois com um maior número de estabelecimentos comerciais ocorreu um crescimento na demanda destes serviços: escritório, limpeza, segurança, bancário, etc.

O setor comercial, apesar de apresentar incremento do número de seus estabelecimentos, como verificado anteriormente, apresentou uma tímida elevação do número de seus empregados. Os dados do gráfico 10 mostram que, em 1993, esse número era de 19, em 1994, caiu para 15, mantendo-se, praticamente, estável nos anos seguintes, em torno de 20 empregados e, em 1998, subiu para 31 empregados. Acreditamos que esse aumento não foi maior, porque se trata de pequenos estabelecimentos comerciais, que não utilizam mão-de-obra assalariada, trabalhando apenas com a mão-de-obra da família.

Gráfico 10 Número de empregados do município de Campo Florido.



Fonte: RAIS (Relatório Anual de Informações) – Ministério do Trabalho.
Elaboração: Nomura M.

O aumento do número de estabelecimentos reflete-se no consumo de energia elétrica do município. Pelo quadro 3 pode-se constatar este fato. Observa-se a elevação no número total de consumidores, que, de 1360, em 1995, passou para 1634 em 1999. Nota-se que o setor rural foi o que mais aumentou o número de consumidores. Em 1995

eram 334 consumidores em 1999 esse número subiu para 463. Este fato está relacionado diretamente ao assentamento, já que, com a instalação da linha tronco de eletrificação no assentamento, em 1995, iniciou-se a instalação da rede elétrica nos lotes.

Quadro 3. Consumo de energia elétrica do município de Campo Florido de 1995 a 1999.

Classe	1995	1996	1997	1998	1999
Industrial	595.068	559.511	626.964	602.773	614.742
Consumo(kwh)	11	12	13	13	13
Nº consumidores					
Comercial	510.246	535.217	600.705	703.106	644.002
Consumo(kwh)	96	92	107	104	107
Nº consumidores					
Residencial	1.228.599	1.310.840	1.424.627	1.481.936	1.501.925
Consumo(kwh)	898	917	934	947	1.022
Nº consumidores					
Rural	2.038.041	2.179.163	2.429.085	2.757.510	3.077.365
Consumo(kwh)	334	415	442	452	463
Nº consumidores					
Outros	451.879	494.230	486.481	503.661	512.853
Consumo(kwh)	21	26	28	29	29
Nº consumidores					
Total	4.823.833	5.078.961	5.567.862	6.048.986	6.350.887
Consumo(kwh)	1.360	1.462	1.524	1.545	1.634
Nº consumidores					

Fonte: Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

A dinamização econômica do município pode ser observada, ainda, mediante aumento do índice de participação no ICMS do município a partir do ano de implantação do assentamento (Tabela 18). De 1986 a 1995 esse índice caiu progressivamente, porém, a partir de 1996 ele passa a crescer. Evidentemente que esse fato está ligado ao incremento das atividades comerciais e de serviços provocados pela implantação do assentamento no município, como reconhecem, em entrevistas, técnicos da prefeitura municipal local.

Tabela 18. Índice de participação no ICMS do município de Campo Florido de 1985 a 1998.

Ano	Índice.Médio
1985	0.101399
1986	0.102701
1987	0.100883
1988	0.068145
1989	0.094084
1990	0.085470
1991	0.0541730
1992	0.0419340
1993	0.0409475
1994	0.0396480
1995	0.0355895
1996	0.0380110
1997	0.0452555
1998	0.0473748
1999	0.0818300

Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Florido

Quando se comparam as taxas de crescimento do índice de participação do município no ICMS do período anterior ao assentamento e após sua implantação nota-se claramente a diferença que o assentamento está ocasionando na economia municipal. De 1985 a 1993 essa taxa de crescimento foi de -11,5%, ou seja, apresentou um crescimento negativo, de 1994 a 1998 foi de +6,14%.

3.2.3 A inserção política e social dos assentados

Com base na perspectiva de que o desenvolvimento local vem sendo proposto como resultado de um pacto territorial¹⁹, é possível o exercício de novas práticas políticas, podendo resultar em alterações no poder local e o surgimento de novos atores sociais.

Já no início do processo de luta pela terra, configurou-se uma disputa de forças entre os acampados e os donos das fazendas ocupadas. Nesse processo, ocorreram ameaças de morte e intimidação aos acampados por meio da presença de homens armados no local do acampamento. No longo período de acampamento (três anos e meio em Iturama mais um ano em Campo Florido), iniciou-se uma dinâmica

¹⁹ CARDOSO, A. e ORTEGA, A C. (2201) tratam deste tema nos Textos para Discussão do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. A esse respeito ver também MOYANO (2001).

democrática e participativa, com reuniões, assembléias periódicas e a organização dos assentados em grupos (formação política, alimentação, saúde, educação, animação etc.) para suprir as necessidades do grupo como um todo. No início, várias entidades, como partidos políticos, igreja católica, sindicatos e outros movimentos sociais de luta pela terra, atuaram no processo. Exemplos dessas entidades são: a Pastoral Rural, o Partido dos Trabalhadores, a Central Única dos Trabalhadores, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A dinâmica política gerada naquele processo incentivou um grupo de pessoas, que já atuavam em outras entidades e movimentos, a criar um movimento de luta pela reforma agrária, o MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra).

Um dos indicadores do desenvolvimento local é a ocorrência de alterações nas relações sociais, isto é, o assentamento Nova Santo Inácio e Ranchinho tem sido um espaço de atuação de algumas entidades, movimentos e instituições públicas e privadas. Uma delas é a CARITAS, que, como já citado anteriormente, realiza um trabalho com os jovens do assentamento. O movimento que possui uma atuação mais expressiva é o MLST, porém não são todos os assentados que dele participam. Instituições de ensino como a Universidade Federal de Uberlândia, através de seus núcleos de estudos da Geografia (Núcleo de Estudos agrários), e da economia (Núcleo de Agricultura e Meio Ambiente) têm realizado pesquisas no assentamento, bem como estudantes de mestrado de diferentes cursos, os estudantes da Escola agrotécnica de Uberaba dedicam-se a estágios no assentamento.

No ano de 2001 foi inaugurada no assentamento a Escola Família Agrícola, uma escola agrotécnica que oferecerá vagas para as famílias assentadas e para as famílias de agricultores familiares da região. A implantação dessa escola está envolvendo diversos segmentos da sociedade: entidades públicas como a prefeitura municipal de Campo Florido, a Universidade Federal de Uberlândia, que, por meio de alguns professores do Instituto de Economia, Ciências Sociais e Pedagogia está participando do processo de seleção dos professores e alunos, e envolvendo, entre outras entidades de movimentos, do MLST, a associação do assentamento e Igreja católica.

Para o ex-presidente da associação, o processo de luta pela terra que deu origem ao assentamento mudou a correlação de forças do município, pois os trabalhadores rurais sem terra passaram a ter maiores oportunidades de serem ouvidos, tanto pelo governo municipal, quanto pelo governo federal mediante a presença e atuação do

INCRA. Ele ainda ressaltou que o fato de ser hoje assentado lhe dá melhores oportunidades, do que sua condição anterior de bóia-fria, de ser ouvido, e, conseqüentemente, de reivindicar melhorias para toda sua família e para o assentamento como um todo. O relato do atual presidente da associação caminha no mesmo sentido, segundo ele: "hoje como assentado, não pelo cargo que ocupo de presidente da associação, sou mais respeitado e ouvido pela sociedade".

O desenvolvimento local possibilita uma maior democratização das decisões, com maiores condições de participação aos cidadãos nas decisões políticas. Isto vem ocorrendo por meio da participação dos assentados no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. Ele é composto de representantes da prefeitura, da câmara municipal, da COOPERVALE (cooperativa de leite), da ASTROCAMPO (Associação dos Trabalhadores Rurais de Campo Florido), da CERTRIM (Cooperativa dos Empresários Rurais do Triângulo Mineiro), do Sindicato Rural, e representantes do assentamento. Atualmente, o Conselho está discutindo a implantação de uma feira livre no município e a construção de um canteiro de mudas.

Também pode ser verificado, no município de Campo Florido, que a partir da implantação do assentamento, inaugurou-se uma relação mais próxima entre a prefeitura e as famílias assentadas. Segundo o prefeito, existe uma parceria entre a prefeitura e os assentados no sentido de reivindicar melhorias para o assentamento frente aos governos estaduais. De acordo com o relato dos assentados existe uma abertura maior dentro da prefeitura para que eles possam reivindicar e discutir as demandas do assentamento.

Outra forma de participação se dá por intermédio de reuniões entre o prefeito e o assentamento. O atual prefeito, reeleito no seu segundo mandato, ressaltou a importância dos assentados nas últimas eleições, cujo apoio foi fundamental.

A consolidação do assentamento também implica a formação de lideranças. Este fato pode ser observado pela participação de assentados nos processos políticos locais, quando na penúltima eleição quatro assentados candidataram-se ao cargo de vereador, embora nenhum deles tenha conseguido alcançar o número de votos necessários. Muitos assentados da Nova Santo Inácio e Ranchinho são lideranças expressivas no movimento de luta pela terra no Triângulo Mineiro.

Considerações finais

Em primeiro lugar, importa resgatar os objetivos gerais propostos por este trabalho, que foram de analisar os impactos sociais econômicos e políticos do assentamento Nova Santo Inácio e Ranchinho na área desapropriada e no município onde está inserido, Campo Florido, demonstrando, desta forma, como a reforma agrária pode ser utilizada como uma estratégia para o desenvolvimento local.

Para tanto, foi necessário analisar historicamente as discussões que permearam a problemática da posse e uso da terra no Brasil. Neste sentido, no primeiro capítulo, foi feito um resgate histórico, mostrando como foi criada a propriedade privada da terra. O Brasil principiou a divisão de seu território em grandes propriedades, concentração que esteve relacionada também à concentração de poder e de riquezas. Com o fim da abolição e a vinda de imigrantes, iniciava-se o desenvolvimento de um mercado de trabalho capitalista, cumprindo o objetivo de povoar áreas vazias do território nacional e, principalmente, fornecer mão-de-obra barata para a cafeicultura. A formação de latifúndios ao longo de nossa história, teve aparatos legais como foi o caso da Lei de Terras, que permitiu que os latifundiários incorporassem a extensão de terras que quisessem.

Com a revolução de 1930, surgiu a possibilidade de mudar a hegemonia agrário conservadora da época, pois houve o afastamento das elites agrárias cafeeiras do poder. Getúlio Vargas iniciou uma política de industrialização, e assim, a agricultura cumpriria o papel de fornecer matérias-primas para as indústrias nascentes e para abastecer o mercado interno, que estava em franca expansão. Porém, os setores agrários tradicionais, representados pelos latifúndios, continuavam intocados.

Nas décadas de 1950 e 1960 assistiu-se a um rico debate sobre as justificativas e objetivos de uma reforma agrária no país. Amplos segmentos da sociedade brasileira, e mesmo a burguesia industrial da época, defendiam uma reforma agrária, pois a agricultura era apontada como obstáculo para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Porém, com o golpe militar de 64 e o regime que se seguiu, essas propostas seriam deixadas de lado, e, no seu lugar, seria implementada uma política de modernização da agricultura, via pacote tecnológico da revolução verde, com o uso de máquinas, implementos, insumos e sementes melhoradas.

Após o governo militar, a questão agrária foi debatida com a criação do Plano Nacional de Reforma Agrária, porém, mais uma vez, tais propostas não saíram do papel.

A reforma agrária, a partir dos anos 1980, insere-se em um novo contexto, pois ela não é mais uma proposta da burguesia brasileira como foi nas décadas de 1950 e 1960, ela representa, sim, uma necessidade dos trabalhadores rurais. Também destacamos que a crise agrária hoje perdeu seu caráter exclusivamente rural, ela é também uma crise urbana, pois grande parte da mão-de-obra expulsa do campo foi para as cidades, e nestas não encontram mais postos de trabalho.

Desta forma inicia-se a discussão, no capítulo dois, sobre as novas relações campo e cidade. Inicialmente, com a decomposição do complexo rural, e depois com o desenvolvimento do complexo cafeeiro, que exerceu fortes influências no setor urbano/industrial. Com a implantação do D1 para a agricultura, surgiram os complexos agroindustriais que imprimiram uma nova dinâmica para a agricultura, que passou a absorver diversos produtos industriais e, também, a fornecer matérias-primas para as agroindústrias. Essa dinâmica inseriu-se no processo de modernização pelo qual passou a agricultura, provocou impactos negativos, pois foi parcial, atingindo apenas parte dos produtores, aumentando a concentração de renda, fundiária, e aumentando o êxodo rural.

Diante desses fatos, acredita-se ser necessário um novo modelo de desenvolvimento, que não se resuma apenas ao crescimento econômico, mas sim, que integre dimensões sociais, econômicas e políticas. Por isso, apresentamos a discussão acerca do desenvolvimento local, pois, nesta perspectiva, haverá a possibilidade de implementar novas práticas políticas, mais participativas, e novos modelos de gestão de políticas públicas. E também novas práticas sociais, aproveitando melhor as oportunidades e habilidades de cada local. Dentro do contexto do desenvolvimento local, o meio rural deixa de ser visto como um setor isolado do urbano.

Os assentamentos de reforma agrária, ao serem incorporados àquela perspectiva, representam uma estratégia para esse modelo de desenvolvimento, pois sua implantação traz impactos não só para as famílias assentadas, mas também para o município onde está inserido. A implantação e a consolidação de um assentamento, além de representar melhores condições de vida para a população assentada, trazem novos recursos para o

município e inaugura práticas políticas, que trazem um reconhecimento social ao assentado que antes ele desconhecia.

Assim, por meio do estudo de caso realizado no assentamento Nova Santo Inácio e Ranchinho verifica-se que este representou uma melhora significativa para as famílias assentadas e apesar da renda gerada ser mais baixa que a renda média das famílias brasileiras, a situação de emprego melhorou, pois a ocupação anterior era de subemprego, na maioria dos casos. Além disso, as famílias estão desfrutando de melhores condições de moradia, saúde, e lazer.

Com relação ao processo produtivo, o assentamento vem contribuindo de maneira significativa na comercialização de diferentes produtos agropecuários, como a mandioca, pimenta e o leite. Estes produtos são vendidos no comércio local, bem como para municípios vizinhos e outros estados. Vem ocorrendo, ainda, a comercialização de produtos não agrícolas, o que representa fonte de renda para as famílias, e também a oferta de diferentes produtos para o mercado local.

O assentamento trouxe recursos financeiros públicos e obras de infra estrutura antes inexistentes, que beneficiaram não só a população assentada, como também o município, pois esses créditos representaram uma dinamização do comércio local, já que, os assentados passaram a comprar um série de produtos – agropecuários, alimentícios, vestuário, materiais de construção, móveis, veículos etc. Houve ainda a demanda por novos serviços como: bancários, escritório, perfuração de poços, instalações elétricas, transporte, etc.

Esses efeitos multiplicadores do assentamento refletiram-se no aumento do número de estabelecimentos do município de Campo Florido, bem como no número de empregados. Houve inclusive o aumento na arrecadação de ICMS do município, a partir do ano de implantação do assentamento.

O processo de luta pela terra, a implantação e a consolidação do assentamento trouxeram aos assentados novas formas de organização políticas, que, apesar das dificuldades e deficiências, representam novas oportunidades destes serem ouvidos pela sociedade. Isto pode ser verificado pela inserção política dos assentados no município de Campo Florido, com a participação destes nas eleições, como candidatos a vereadores, e em instâncias coletivas de discussões, como o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

Assim, acredita-se que a reforma agrária seja um importante instrumento para o desenvolvimento local, haja vista seus efeitos multiplicadores, que, embora tímidos em algumas áreas, representam significativas melhoras sociais, econômicas e políticas, tanto para o meio rural quanto para o urbano.

Perspectivas para a reforma agrária.

Para que a reforma agrária realmente cumpra o papel de estratégia para o desenvolvimento local, alguns aspectos merecem ser melhorados, em primeiro lugar, o processo deve ocorrer de forma massiva, isto é, a reforma agrária deve ser realizada em todo o território nacional, assentando o maior número possível de famílias sem terra.

Outro ponto refere-se ao apoio financeiro governamental para a consolidação desses assentamentos, que, em muitos casos, e no assentamento Nova Santo Inácio e Ranchinho não foi diferente, os créditos são liberados com atraso e não são suficientes para o financiamento da produção.

A precária assistência técnica ou sua falta também representam um entrave para o pleno desenvolvimento econômico das atividades agropecuárias dos assentamentos, bem como a orientação técnica em outras áreas, como no caso do assentamento Nova Santo Inácio e Ranchinho onde o projeto da Casa de Farinha foi abandonado, em que, entre outros problemas, houve a falta de apoio no gerenciamento e planejamento agroindustrial.

Um dos pontos centrais para a melhoria do assentamento analisado, segundo nosso ponto de vista, está na organização política administrativa do assentamento, que apesar de representar um avanço, ainda apresenta muitos pontos a serem melhorados, como a retomada de projetos coletivos de produção e discussão política, embora a cultura individualista ainda predomine em grande parte do assentamento.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento local.** Pg 301. In: Seminário - Reforma agrária e desenvolvimento sustentável: Novas perspectivas. Fortaleza. Nov. 1998.
- ABRAMOVAY, R., CARVALHO FILHO, J.J. de. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais: o caso dos assentamentos. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, Campinas, SP, v.24, p, 36-53, 1994.
- AGUIAR, C. R. **Abrindo o pacote tecnológico: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil.** São Paulo: Polis; (Brasília): CNPq, 1986.
- ANDRADE, M. C.de. **Abolição e Reforma Agrária.** São Paulo: Ática, 1987.
- BAVA, C. S. Desenvolvimento local: uma alternativa para a crise social?. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v.10, p, 53-60, 1996.
- BUARQUE, S. C. **Desenvolvimento local.** www.iica.org.br.
- CAMPANHOLA, C. GRAZIANO DA SILVA, J. **Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local.** In: Congresso brasileiro de Economia e Sociologia rural, 37, 1999. Foz do Iguaçu. Anais...Foz do Iguaçu: SOBER, 1999.
- CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.
- CARDOSO, A. e ORTEGA, A. C. **PRONAF: Potenciais e limites de uma política de desenvolvimento local.** Uberlândia, IE/UFU, 2001. (Textos para discussão).
- DELGADO, G. C. Capital e política agrária no Brasil: 1930-1980. In: SZMRECSÁNYI, T. & SUZIGAN, W., Org. **História econômica do Brasil contemporâneo.** São Paulo: ed. Hucitec, 1997.
- FRANCO, A. **Desenvolvimento local integrado e sustentável. Dez consensos.** Revista Proposta nº78, set/nov 1998.
- FURTADO, E; FURTADO, R. **Repercussão da reforma agrária no desenvolvimento local do Nordeste: a capacitação técnica como uma estratégia**

imprescindível. Pg.55. In: Seminário - Reforma agrária e desenvolvimento sustentável: Novas perspectivas. Fortaleza. Nov. 1998.

GOMES DA SILVA, J. **A reforma agrária na virada do milênio.** Campinas: ed. ABRA, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro.** Campinas, IE/UNICAMP, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.**-Campinas, SP:UNICAMP.IE, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária.** Coleção primeiros passos. Editora brasiliense, S.P. 1990.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Mas qual reforma agrária?** 1987. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, Campinas, SP, p, 11-57, abr/jul 1987.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia e agricultura familiar.** Porto Alegre: ed. Universidade/UFRGS, 1999.

GRAZIANO NETO, F. Recolocando a questão agrária. In: STÉDILE, J.P.(Coord.) **A Questão Agrária Hoje.** Porto Alegre: UFRGS, 1994.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio.** Rio de Janeiro: ed. Paz e Terra, 1997.

GUANZIROLI, C. H., Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária. In: Romeiro, A., GUANZIROLI, C., LEITE, S. (Coord.) **Reforma agrária: produção, emprego e renda. O relatório da FAO em debate.** Rio de Janeiro: Vozes, 1994. P. 13-68.

INCRA-BID, Plano de Consolidação do Assentamento Nova Santo Inácio e Ranchinho - Município de Campo Florido/MG. **Programa de Consolidação de Assentamentos da Reforma Agrária.** Brasília Outubro 1998.

INCRA/FAO, **Guia metodológico - Diagnóstico de Sistemas Agrários.** Projeto de Cooperação técnica INCRA/FAO. Autor Danilo Prado Garcia Filho. 1999.

ITESP,SÃO PAULO. **Construindo o futuro: política de investimentos em assentamento rurais, seus custos e resultados.** Nº10. São Paulo: ITESP, 1998.

JARA, J. C. **Globalização, desenvolvimento local e associativismo.** www.iica.org.br.

JARA, J. C. **A sustentabilidade do desenvolvimento local.** www.iica.org.br.

LEITE, S. **Impactos regionais da reforma agrária no Brasil: aspectos políticos econômicos e sociais.** In: Seminário - Reforma agrária e desenvolvimento sustentável: Novas perspectivas. Fortaleza. Nov. 1998. p, 34.

LINHARES, M.Y., TEIXEIRA DA SILVA, F.C., **Terra prometida – uma história da questão agrária no Brasil.** Editora Campus. Rio de Janeiro, 1999.

LOPES, E. S. A. **Poder local e participação política nos assentamentos rurais de sergipe.** In: XXXVIII Congresso brasileiro de Economia e Sociologia rural, 2000. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: SOBER, 2000.

MEDEIROS, L. S. de. LEITE, S. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil. Processos sociais e políticas públicas.** Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS. 1999.

MEDEIROS, L. S. de. LEITE, S. **Perspectivas para a análise das relações entre assentamentos rurais e região.** In: TEIXEIRA DA SILVA, F.C., SANTOS, R., COSTA, L.F.de C. (Org.) **Mundo rural e política. Ensaios interdisciplinares.** Editora Campus, Rio de Janeiro, RJ. 1999.

MOYANO, E. "Sobre el concepto de capital social y su utilidad para el analisis de los processo de desarrollo. Reflexiones a partir de um artículo de Michael Woolcock". In: **Revista Economia Ensaios, IE/UFU.**

NABUCO, J. **O abolicionismo.** Rio de Janeiro: ed. Nova Fronteira, 2000. Grandes nomes do pensamento brasileiro.

NAVARRO YÁNEZ, C. **Globalização e localismo, novas oportunidades para o desenvolvimento.** Análise social. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Quarta série vol. XXXII. 1997.

PRADO JR, C. **A questão agrária.** São Paulo: ed. Brasiliense, 1979.

- RANGEL, I. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**/Ignácio Rangel. GRAZIANO DA SILVA, J, org. Porto Alegre: ed. Universidade/UFRGS, 2000. p,9,39-42,221-229.
- ROMEIRO, A.R. Renda e Emprego: a viabilidade e o sentido da Reforma Agrária. In: STÉDILE, J.P.(Coord.) **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.
- ROMEIRO, A.R. Reforma Agrária e distribuição de renda. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, Campinas, SP, v.21, p, 4-22, 1992.
- SALGADO, C. da R. S. Experiências Municipais e Desenvolvimento Local. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v.10, p, 48-53, 1996.
- SZMRECSÁNYI, T. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.
- SMITH, R. **Propriedade da terra e transição: estudo da formação da propriedade da terra e transição para o capitalismo no Brasil**. São Paulo: ed. Brasiliense, 1990.
- STÉDILE, J. & FREI SÉRGIO. **A luta pela terra**. Ed. Scritta, 1993.
- TAVARES, R. LEROY J. P. **Agricultura e reforma agrária no planejamento econômico (1963 - 1985)**. Revista Proposta 44, 1990.
- UMBELINO DE OLIVEIRA, A. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, J.P.(Coord.) **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.
- VEIGA, J.E. da. **A face rural do desenvolvimento. Natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: ed Universidade/UFRGS, 2000
- VEIGA, J.E. da. Fundamentos do agrorreformismo. In: STÉDILE, J.P.(Coord.) **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

Anexo

1. Questionário aplicados às famílias do assentamento Nova Santo Inácio e Ranchinho.

Indicadores sociais

1) Número do lote: _____

2) Nome do sítio: _____

3) Tamanho do lote (há): _____

4) Nome do titular: _____

5) Idade do titular:

() < de 21 anos

() 21 a 30 anos

() 31 a 40 anos

() 41 a 50 anos

() 51 a 65 anos

() > de 65 anos

6) Quantos membros existem na família? _____

7) Qual o sexo e a faixa etária dos membros da família?

	Masculino	Feminino
De 0 a 6 anos		
De 7 a 14 anos		
De 15 a 20 anos		
De 21 a 30 anos		
De 31 a 40 anos		
De 41 a 50 anos		
De 51 a 65 anos		
Mais de 65 anos		

8) Qual o nível de escolaridade dos membros da família por faixa etária?

	0-6	7-14	15-20	21-30	31-40	41-50	51-65	mais 65
Pré-escolar								
Analfabeto								
1ºincomp.								
1ºcomp								
2ºincomp.								
2ºcomp								
Superior incomp.								
Superior comp.								

9) Acha que a escola atende às necessidades do assentamento? Por que ?

10) Quando precisa, onde procura tratamento médico? Atende às necessidades do assentamento?

11) Ocorreu algum caso de morte infantil na família?

12) Quais as fontes de lazer utilizadas dentro do assentamento?

13) Antes de ser assentado já foi:

☐ proprietário de terra

☐ arrendatário/ meeiro

☐ Trabalhador permanente na agricultura

☐ realizou trabalho temporário ligado à agricultura

☐ Trabalhador urbano

☐ Outros _____

14) Qual a sua origem ?

15) Quantos membros da família trabalham dentro do lote, em que atividades e quanto tempo dispendem nestas atividades ?

16) Existem membros da família que trabalham dentro do assentamento, porém, fora do seu lote?

☐ não

☐ sim

Qual a atividade que exerce e quanto ganha nesta atividade _____

17) Existem membros da família que trabalham em atividades externas ao assentamento?

☐ não

☐ sim

Qual a atividade?

☐ indústria

☐ comércio/serviço

☐ agricultura

☐ agroindústria

☐ estudante

☐ serviços públicos

18) Realiza mutirão em alguma etapa da produção? Qual ?

19) Qual o tipo de moradia?

- ☐ alvenaria com acabamento
- ☐ Alvenaria sem acabamento
- ☐ Mista - alvenaria/madeira
- ☐ Madeira
- ☐ Madeirite
- ☐ Lona plástica
- ☐ Outros _____

20) Qual a origem dos recursos da moradia?

- ☐ próprio
- ☐ crédito INCRA
- ☐ imóvel já existente no P.A

21) Qual a fonte de água?

- ☐ poço cacimba
- ☐ poço tubular profundo
- ☐ mina/ribeirão
- ☐ caminhão pipa
- ☐ outros _____

22) Existe fossa?

- ☐ sim
- ☐ não

23) Existe energia elétrica no lote?

- ☐ não
- ☐ sim

Qual?

- ☐ monofásica
- ☐ trifásica
- ☐ outras _____

24) Realiza alguma atividade não agrícola?

- ☐ não
- ☐ sim

Qual a atividade?

- ☐ fabricação de rapadura
- ☐ fabricação de doces
- ☐ fabricação de queijos, mussarela, requeijão
- ☐ fabricação de bonecas de pano
- ☐ outros _____

25) Quanto isto representa em sua renda?

26) Acha que a situação melhorou após ser assentado?

Organização político administrativa

1) Quantas pessoas da família participam na organização do assentamento?

Cooperativas _____

Associações _____

Grupos _____

Sindicatos _____

Movimentos _____

Outros _____

2) Algum membro da família representa o assentamento (instituições, entidades, cargos políticos) fora do PA?

Geração de renda e capitalização

1) Quais as principais fontes de renda?

☐ agrícola

☐ pecuária

☐ trabalho temporário fora do PA

☐ trabalho permanente fora do PA

☐ aposentadoria

☐ atividades não agrícolas desenvolvidas no lote

☐ outro _____

2) Após ser assentado quais os bens que adquiriu?

	Recurso próprio	Créditos
Carro		
Bicicleta		
Moto		
Trator		
Charrete		
Gado		
Equinos		
Ferramentas agrícolas		
TV		
Som		
Geladeira		
Fogão		

3) Qual a renda gerada no último ano agrícola?

4) Qual a renda líquida?

5) Qual o valor estimado do auto consumo?

6) Onde realiza suas compras?

Organização da produção e comercialização

1) Utilizou tratores/equipamentos coletivamente?

2) O plantio foi individual ou coletivo? O que achou dos resultados?

3) Faz algum tipo de armazenamento da produção?

4) A produção é comercializada:

☐ individual

☐ coletiva

☐ individual e coletiva

5) Para onde é comercializada a produção?

6) Como é comercializada a produção?

☐ venda direta para o comercio local

☐ venda direta para o comercio de outro município

☐ venda a atravessadores

7) Realiza compras coletivas? Quais?

☐ insumos

☐ máquinas

☐ sementes

☐ gado

☐ outros _____

Roteiro para entrevistas qualitativas com lideranças políticas empresariais, e do serviço público do município

A) Do seu ponto de vista quais foram as mudanças ocasionadas pelo assentamento que refletiram no município?

B) Quais são os aspectos positivos trazidos pelo assentamento ?

C) Quais os aspectos negativos trazidos pelo assentamento ?

D) Qual o peso político dos assentados nas decisões do município? Eles tem participado?

E) Quais os setores que mais se dinamizaram no município após a implantação do assentamento?

F) Como o senhor acha que o município vê a inserção dos assentados em sua vida política e social?
